



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FRANCISCO MAURO DA SILVA MENEZES

***TE DEUM: A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE DEIDADE DO IMPERADOR NA
PARAÍBA DE 1840-1860.***

**JOÃO PESSOA
2024**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ata nº 299 de defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba de autoria do mestrando FRANCISCO MAURO DA SILVA MENEZES, área de concentração História e Cultura Histórica, linha de pesquisa em HISTÓRIA E REGIONALIDADES.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de 2024, às 14 horas e 30 minutos, em sessão realizada através do link <https://meet.google.com/giy-fahu-xcq>, atendendo aos princípios ordenadores dos Artigos 67 a 72 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA da UFPB, foi realizada a Sessão de Defesa e Julgamento da Dissertação de autoria FRANCISCO MAURO DA SILVA MENEZES matrícula 20221008385, junto ao PPGH/CCHLA/UFPB, requisito final para obtenção do título de Mestre em História na área de concentração em História e Cultura Histórica, linha de pesquisa HISTÓRIA E REGIONALIDADES, conforme encaminhamento do professor GUILHERME QUEIROZ DE SOUZA, coordenador do PPGH, e cumprimento do exame de qualificação, pré-requisito para esta apresentação, segundo registrado na secretaria do Programa. O trabalho do mestrando foi avaliado pela Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) doutores(as): CARLOS ANDRE MACEDO CAVALCANTI (UFPB – Orientadora e Presidente da sessão), VALDIR EFUN LOURENÇO E LIMA DE SANTA RITA (UFPB - Examinador Externo) e JOÃO FLORINDO BATISTA SEGUNDO (PMPB - Examinador Externo à Instituição). A realização da sessão de Julgamento e Avaliação ocorreu em ambiente virtual através do link XXX, divulgado previamente pelo PPGH e com acesso permitido aos interessados em acompanhá-la em tempo real. Iniciada a sessão, o presidente CARLOS ANDRE MACEDO CAVALCANTI apresentou os membros da Comissão e, em seguida, indicou ao mestrando para que fizesse, oralmente e pelo tempo de 20 minutos, a apresentação do Trabalho Final intitulado *“TE DEUM: A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE DEIDADE DO IMPERADOR NA PARAÍBA DE 1840-1860”*. Concluída a apresentação, procedeu-se à arguição pelos membros da Banca. Ao final da arguição, foi solicitado ao público presente que saísse da sala a fim de que a banca pudesse deliberar sobre a apresentação do mestrando. Após discussão, a Banca emitiu o seguinte parecer:

Que o orientando candidato proceda às atualizações acordadas em banca para o texto dissertativo que está aprovado com os parabéns e as congratulações pela pesquisa pioneira realizada, no que se solicita e se indicando a publicação do trabalho.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

30

35

- 40 Assim, decidiu-se pelo conceito **APROVADO**. Deve a secretaria do PPGH, após homologação desta ata pelo Colegiado deste Programa, solicitar à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba a emissão, na forma da lei, do respectivo diploma de Mestre em História. Terminada a sessão foi encerrada a reunião, da qual, eu, GUILHERME QUEIROZ DE SOUZA, coordenador do PPGH, lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros da
- 45 banca e pelo mestrando.

João Pessoa, 26 de agosto de 2024.

50

Orientador

Carlo André Marcelo Cavalcanti

Examinador Externo 1

gov.br

Documento assinado digitalmente
VALDIR EFUN LOURENÇO E LIMA DE SANTA RITA/
Data: 09/09/2024 15:44:0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

55

Examinador Externo 2

gov.br

Documento assinado digitalmente
JOAO FLORINDO BATISTA SEGUNDO
Data: 09/09/2024 15:54:31-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Mestrando

gov.br

Documento assinado digitalmente
FRANCISCO MAURO DA SILVA MENEZES
Data: 09/09/2024 18:56:41-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

FRANCISCO MAURO DA SILVA MENEZES

***TE DEUM: A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE DEIDADE DO IMPERADOR NA
PARAÍBA DE 1840-1860***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre. Orientador: **Prof. Dr. Carlos André Macêdo Cavalcanti.**

Área de Concentração: História e Cultura Histórica e na Linha de Pesquisa – História e Regionalidades.

JOÃO PESSOA
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M543t Menezes, Francisco Mauro da Silva.

Te deum : a construção da ideia de deidade do
imperador na Paraíba de 1840-1860 / Francisco Mauro da
Silva Menezes. - João Pessoa, 2024.
93 f. : il.

Orientação: Carlos André Macêdo Cavalcanti.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História da Paraíba. 2. Simbolismos. 3.
Imaginário. 4. Poder. 5. Deidade do imperador. 6.
Brasil imperial. I. Cavalcanti, Carlos André Macêdo.
II. Título.

UFPB/BC

CDU 981.33(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TE DEUM: A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE DEIDADE DO IMPERADOR NA PARAÍBA
DE 1840-1860

Francisco Mauro da Silva Menezes

Dissertação apresentada à banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Carlos André Macêdo Cavalcanti
(Orientador/PPGCR/UFPB)

João Florindo Batista Segundo
(Examinador Externo/PPGCR/UFPB)

Valdir Efun Lourenço e Lima de Santa Rita
(Examinador Externo/PPG/DCI/UFPB)

Aprovada em 26 de agosto de 2024.

AGRADECIMENTOS

Afinal, como explicar a permanência, por quase sessenta anos, de uma monarquia rodeada de repúblicas por todos os lados? Como entender o enraizamento de uma realza Bragança, mas também Bourbon e Habsburgo, em um ambiente tropical, cercado de indígenas, negros e mestiços? A resposta é estranhar o que parece tão natural em nossos compêndios de história. (Schwarcz , 1998, p. 19)

Começo meus agradecimentos com uma reflexão de Lilia Schwarcz onde devemos, segundo a autora, estranhar o que é comum, “natural” e sem importância no que se refere a pesquisa histórica, pois é justamente lá, que encontramos respostas para questões que o passado nos impulsiona para uma solução, mesmo que seja uma solução parcial.

Durante meu envolvimento como o PPGH/UFPB tive a oportunidade de aprender a pensar como um historiador, pois até então, pensava apenas como professor de História do ensino básico, e ao longo dessa jornada tive o prazer de ouvir e compartilhar ideias com o professor Carlos André Cavalcanti, na disciplina Tópicos Especiais em História e Cultura Histórica I, quando eu era aluno especial em 2021, aprendi e com o ouvido atento pude refletir sobre meu tema com mais propriedade; obrigado professor pelos ensinamentos desse Tópico Especial e pela sua Orientação ao longo dessa jornada dissertativa, pois compreendi a importância dessa tarefa de pesquisar o passado com um olhar de historiador.

Quando da aceitação de meu projeto de pesquisa pela Banca de Mestrado fiquei muito feliz, pois a Instituição estava dizendo para mim, que era possível meu progresso no meio acadêmico. Durante esta caminhada deparei-me com professores de auto calado como os professores Tiago Bernardon, Cláudia E. Cury, Paulo Giovani, Martinho Guedes, Ana Maria Veiga e o professor Elio Chaves Flores, que dentro de suas competências, puderam me proporcionar momentos de reflexões e estímulos para poder fazer uma escrita da História Regional comprometida com rigor historiográfico. Minha profunda gratidão, mestres e doutores do PPGH/UFPB.

Aos professores da Banca de Qualificação meu agradecimento por terem aceitado a tarefa de analisar os avanços e dificuldades em minha pesquisa, aos Professores Tiago Bernardon, João Segundo, Soraya e Lusival Antonio Barcellos minha gratidão! Ao professor João Segundo, quero agradecer pelos apontamentos feitos, pois foi de grande ajuda sua

orientação e sugestões para o melhoramento da dissertação, obrigado pelo olhar atencioso e minucioso ao meu trabalho...gratidão!

Quero agradecer, também, ao Professor Tiago Bernardon, tanto nas aulas que ministrou, em Teoria da História, que esclareceu o papel das reflexões sobre o processo de construção do conhecimento histórico, quanto nas sugestões e críticas construtivas ao meu trabalho na banca de qualificação, que possibilitaram uma absorção cognitiva sobre o meu papel com historiador e a responsabilidade de dissertar com propriedade e fundamentado nas reflexões que estavam ligadas ao objeto de minha dissertação. Por fim, agradecer a presença do Professor Valdir Lima que aceitou, no apagar das luzes, fazer parte da banca de defesa e com brilhantismo e percepção cirúrgica pode fazer as devidas críticas e contribuições para a dissertação, que ofereço ao PPGH-UFPB como condição ao lugar de Mestre em História. Obrigado professor Valdir, só gratidão amigo!

A todos os meus colegas de sala de aula, sintam-se abraçados e amados. Desejo a todos aprovação e prosseguimento na pesquisa e na produção de conhecimento histórico, que esta Instituição PPGH/UFPB possa nos oferecer. Obrigado!

Por fim, a minha esposa Karla Queiroz, a quem tanto devo minha gratidão, porquanto foi ela quem sempre me estimulou para que pudesse avançar no mundo acadêmico e aos meus filhos queridos e amados, João Paulo, Mariana e Alicia, Bruna, Vinícius e Thiago que meu esforço sirva como estímulo para eles trilharem o caminho do conhecimento. Amo todos vocês!

LISTA DE SIGLAS

PPGH

UFPB

IHGP

ANPUH

MENEZES, Francisco Mauro da Silva. *TE DEUM: A Construção da ideia de Deidade do Imperador na Paraíba de 1840-1860*. 2023. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 2024.

RESUMO

A dissertação tem como título *TE DEUM: A Construção da ideia de Deidade do Imperador na Paraíba de 1840-1860* e está relacionada às temáticas da linha de pesquisa adotada, visto que, aborda “práticas políticas cotidianas, culturas políticas ou políticas institucionais; circulação de ideias, representações, constituição de saberes e lugares de poder; práticas e imaginários religiosos”. Logo, o trabalho está na perspectiva de compreender a tentativa de construção do fenômeno do imaginário político/religioso entre 1840 a 1860, como fundamento para a criação de uma autoridade moral deificada da pessoa do Imperador D. Pedro II, no centro administrativo da província da Parahyba. Utilizamos como fonte base, as falas dos Presidentes da Província da Parahyba do Norte na delimitação temporal dada, que está no Centro de documentação da Universidade de Chicago e periódicos que divulgavam essas ideias. O objetivo visa o aprofundamento de conhecimentos que envolvem estudos sobre imaginários e simbolismos sociais na capital administrativa da província da Parahyba do Norte, em meados do século XIX. A pesquisa pretende demonstrar as intenções do poder político na Capital da província Paraibana entre 1840-60, em criar uma atmosfera imagética em torno da figura do imperador e justificar a partir do fenômeno social da deificação do Poder, a legitimidade dos privilégios de classe social existentes na sociedade estudada. Como o fenômeno do imaginário social em determinada sociedade, num tempo específico, pode interferir nas ações de determinados grupos sociais? Como foi construído ao longo do tempo histórico, um imaginário político deificante, pelos agentes políticos e sociais envolvidos no chão da História da Paraíba oitocentista? No trabalho tratamos de responder estas perguntas e esclarecer o lugar e importância do imaginário como categoria de estudo para a compreensão dos usos, que o conceito de deificação do poder gerou na sociedade estudada.

Palavras-chaves: Simbolismos; Imaginário; Poder; Deidade do imperador; Brasil Imperial.

ABSTRACT

The dissertation is entitled *TE DEUM: The Construction of the idea of the Emperor's Deity in Paraíba from 1840-1860* and is related to the themes of the line of research adopted, as it addresses “everyday political practices, political cultures or institutional policies; circulation of ideas, representations, constitution of knowledge and places of power; religious practices and imaginaries”. Therefore, the work is from the perspective of understanding the attempt to construct the phenomenon of political/religious imagination between 1840 and 1860, as a foundation for the creation of a deified moral authority of the person of Emperor D. Pedro II, in the administrative center of the province of Parahyba. We used as a base source the speeches of the Presidents of the Province of Parahyba do Norte in the given time frame, which is in the Documentation Center of the University of Chicago and periodicals that disseminated these ideas. The objective is to deepen knowledge involving studies on social imagery and symbolism in the administrative capital of the province of Parahyba do Norte, in the mid-19th century. The research aims to demonstrate the intentions of political power in the Capital of the province of Paraibana between 1840-60, to create an imaginary atmosphere around the figure of the emperor and justify, based on the social phenomenon of the deification of Power, the legitimacy of existing social class privileges. in the society studied. How can the phenomenon of social imaginary in a given society, at a specific time, interfere with the actions of certain social groups? How was a deifying political imaginary constructed over historical time by the political and social agents involved in the history of nineteenth-century Paraíba? In this work we try to answer these questions and clarify the place and importance of the imaginary as a category of study for understanding the uses that the concept of deification of power generated in the society studied.

Keywords: Symbolisms; Imaginary; Power; Emperor deity; Imperial Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 2 O IMAGINÁRIO SOCIAL COMO FERRAMENTAL DE PESQUISA E O DIALOGO COM A HISTORIOGRAFIA REGIONAL DOS OITOCENTOS.....	19
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO USO DO CONCEITO DE IMAGINÁRIO SOCIAL PARA O ENTENDIMENTO DO TEMPO PASSADO.....	21
2.1.1 DOCUMENTOS COMO EXPRESSÃO MATERIAL DA IMAGÉTICA SOCIAL.....	23
2.1.2 O IMAGINÁRIO POLÍTICO EM TORNO DA IDEIA DE IMPÉRIO BRASILEIRO.....	27
2.2 O DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA REGIONAL MAIS RECENTE SOBRE O TEMA.....	32
2.3 UM BREVE OLHAR SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO.....	35
CAPITULO 3 RELAÇÕES POLÍTICAS E SOCIABILIDADES DO PODER NOS OITOCENTOS NA PARAHYBA DO NORTE.....	43
3.1 UMA BREVE REFLEXÃO DA POLÍTICA SOBRE A PARAHYBA DO NORTE DURANTE O PERÍODO REGENCIAL.....	43
3.2 SOCIABILIDADES POLÍTICAS NA PARAHYBA ENTRE 1840 A 1860.....	44
CAPÍTULO 4 A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DO IMPERADOR NA PARAHYBA.....	52
4.1 FALAS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DA PARAHYBA ENTRE 1840 A 1860: A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE DEIDADE DO IMPERADOR D. PEDRO II.....	53
4.2 A RELAÇÃO DO PODER IMPERIAL COM A IGREJA NA PARAHYBA DO NORTE: TE DEUM: UM RITO, UM MITO.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	71
RELATÓRIOS.....	74

PERIÓDICOS.....	76
IMPERIAL ORDEM DA ROSA.....	78
ARTIGOS.....	78
TABELA DOS PRESIDENTES ESTUDADOS.....	79
TABELA DAS FALAS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA PARAHYBA DO NORTE ENTRE 1844 A 1863.....	83
TABELA DE PERIÓDICOS UTILIZADOS NA DISSERTAÇÃO.....	91
IMAGEM DE D. PEDRO.....	93

INTRODUÇÃO

O objeto da pesquisa começou a ser confeccionado quando da leitura do artigo das pesquisadoras Carla Mary S. Oliveira e Cláudia Engler Cury, “A Província em festa: celebrações e poderes simbólicos na visita de sua Majestade Imperial à Parahyba do Norte – 1859”, publicado no periódico *Artelogie*, nº 4, de janeiro de 2013.

A análise das pesquisadoras revelou um ambiente no qual a presença do Imperador era algo como uma “epifania”, pois houve uma preparação social, política e religiosa para o momento de sua chegada na pequena cidade da Parahyba, então nome da capital da Parahyba do Norte, em 1859. O relatório e fala do Presidente da Província, em 1860, Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes¹, revela que o evento foi o ponto de culminância de todo um preparativo anterior à chegada do Imperador. Em sua fala, o político demonstra sua intenção de edificar na consciência dos seus ouvintes a ideia de que tanto o Imperador como sua família eram de fato instituições deificadas em solo paraibano, no trecho abaixo, as autoras mostram que isso já era parte de toda uma tradição lisboeta. Para confirmar isso as autoras afirmam que:

O Império brasileiro já surgiu intrinsecamente amalgamado ao campo do simbólico. Ainda antes da Independência, quando o país foi alçado à condição de Reino Unido junto a Portugal e Algarves, a família real lusa teve o cuidado de trasladar minuciosamente às paragens tropicais, com D. João à frente, os rituais cotidianos da corte lisboeta, tanto em seus festejos e datas comemorativas da coroa, como também em seus ritos de sacração e exposição pública do poder político. Para Lília Schwarcz, nesse sentido, após garantir a autonomia política e sua própria manutenção nas rédeas da nova nação, a realeza brasileira soube atualizar a tradição europeia ”e a fez dialogar com as representações locais, anteriores a seu estabelecimento” (SCHWARCZ, 2001b: 08). (OLIVEIRA; CURY, 2013, p 4/15)

¹ “Devo começar pela menção do importante facto, que a história desta província registrará sem duvida como um dos mais elevados e fecundos em proveitosas consequências para sua prosperidade, e futura grandeza a Visita Imperial. Aqui estiverão SS. MM. II. desde as 3 horas da tarde de 24 até as 9 horas da manhã de 30 de dezembro do anno proximo passado. O lugar que me coube, como presidente da provincia, na festa immensa, com que aqui forão recebidos SS. MM. II., pura significação do patriotismo dos Parahybanos, e do profundo amor e veneração, que tributamos ao **Augusto** Chefe da Nação e á Familia Imperial, proporcionou-me os meios de presenciar de perto, e por consequencia de poder relatar minuciosamente agora á V. Exc. todos os successos festivos d’aquelles seis dias notaveis, em que vi trocadas as fadigas e dissabores da administração por momentos de indissivel prazer, cuja grata recordação conservarei sempre; mas o fervoroso acolhimento, que aqui tiverão SS. MM. II., as provas de amor e **veneração** ás Suas **Augustas** Pessoas, que á cada passo, e como que á porfia, procurava e) manifestar, pelo modo mais desinteressado, todas as classes de cidadãos sem distincção alguma. a angelica bondade. com que tam demonstrações foras sempre recebidas pelo Regia Par, entregue por todaa parte, com ilimitada confiança, as ruidosas manifestações de prazer de seus subditos, podem ser objecto de sentimento, como fora°, mas nunca e adio denarração fiel, como V. Exc. sabe; por isso abstando-me de entrar em pormenores á esse respeito, occuparei a attenção de V. Exc. com a singela e sucinta exposição dos factos relativos, á visita Imperial, por me parecer que devem ficar consignados em documentos da natureza deste, tanto mais quanto tem V. Exc. de dar noticia desses factos oficialmente ao Governo Imperial em virtude de determinação contida em aviso expedido pela Secretaria d’Estado dos Negocios do Imperio, que eu tratava de cumprir.” (*Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 15 de junho de 1860 pelo presidente, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes.* p. 01-02. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=37&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1274%2C-1%2C4835%2C3411>. Acesso em: 15 maio 2022. Grifos nossos.).

O artigo faz uma descrição das condições urbanas da cidade, revelando a partir das fontes tratadas, que boa parte dela possuía uma urbanização precária, ruas estreitas e íngremes, população em sua maioria analfabeta e simples. A província refletia as características de todas as províncias do mesmo naipe, no imenso território imperial, no início da segunda metade do século XIX.

Pesquisando os documentos digitais do Center For Research Libraries, relativos ao arquivo público da província da Parahyba do Norte, percebeu-se que durante as décadas de 40, 50 e 60 oitocentista, os termos de tratamento com conotação divina (augusto, excelso, anjo, veneração, adoração) ligados à figura do Imperador e sua família foram usados de forma costumeira, com o objetivo de produzir na consciência social a crença da Nação², e consistia na divulgação das ideias de manutenção da ordem pública e do respeito à autoridade, pois condição de existência da política do regresso e do progresso da paz, crença aquela colocada em prática por uma política de governo paternal e civilizadora.

A análise dos dados relativos às mensagens dos presidentes da província da Parahyba, durante o período imperial delimitado, revela as concepções construídas sobre a deidade e deificação da figura do Imperador D. Pedro II e mostra também, como através da confecção de conceitos ligados a ideia de poder divinizado foi possível à construção ou a *tentativa de efetivação* de um determinado Imaginário do poder imperial e a consequente dominação imagética da sociedade da época.

Assim, a estratégia para compreender o objeto dessa dissertação levou em conta uma metodologia analítico-comparativa, onde dialogamos com autores como Baczko (1995), C. Castoriadis (1982), Pierre Bourdieu (1989), Antoine Prost (2008), Durand (2012) como também, para desenhar aquele contexto deificante da presença/ausência do Imperador na vida dos Paraibanos no final da primeira metade do século XIX, mais precisamente entre os anos de 1840 até 1860.

As fontes consultadas foram de três bases digitais principais: O Center For Research Libraries, que armazena dados de todos os Arquivos Públicos dos Estados Brasileiros, no caso o que interessa é o Arquivo Público do Estado da Paraíba entre 1840-1860; O BNdigital, que

² “Reina na provincia profunda paz, nem devemos suppor, que possa ser ella alterada, desde que na crença da nação fora acolhida como um dogma a necessidade imprescindivel da manutenção da ordem pública, e do respeito á autoridade, como condicção da nossa existência política, e do progresso do pais: sendo certo que a política paternal e civilisadoura, adoptada pelo governo Imperial, e lealmente executada por seus delegados nas provindas [...]” (*Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 15 de junho de 1860 pelo presidente, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes.* p. 04. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=37&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1274%2C-1%2C4835%2C3411>. Acesso em: 15 maio 2022. Grifos nossos.)

faz parte do acervo digital da Biblioteca Nacional, onde analisamos os periódicos produzidos na Província da Parahyba do período proposto. Assim como utilizamos o acervo que se encontra no site: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>, que reúne os materiais impressos pela sociedade paraibana durante o século XIX.

As fontes digitais ajudam a compreender aquele modo de vida e a metodologia vai ao encontro da definição de cultura de E.P. Thompson, que percebe a cultura não como um conjunto de valores, atitudes e crenças comuns, “...mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre escrito e oral, o dominante e o subordinado...; é uma arena de elementos conflitivos...”(Thompson, 1998, p.17).

Logo, a análise do conteúdo dos periódicos e das falas dos presidentes do período proposto ajuda a tecer uma interpretação e uma representação da realidade do passado, na perspectiva aqui adotada, que revela essa mística de deificação em torno do exercício do poder na Parahyba para a submissão social em geral. Refletindo assim, aquela arena de elementos conflitivos, segundo Thompson.

Portanto, esse estudo objetiva a compreensão de como se processou a construção do imaginário social, do dizer-fazer dos dirigentes políticos na Parahyba, em torno da construção da ideia de deidade do Imperador e sua família, para legitimar e consolidar o projeto político do império brasileiro no chão da história paraibana.

Sobre a importância da análise dos periódicos para a metodologia da pesquisa, a dissertação de Thayná Cavalcanti Peixoto demonstrou com todas as letras, que os documentos impressos ao tempo dos oitocentos eram o canal por onde o pensamento e as intenções da sociedade eram filtradas e transmitidas para mobilizar o fazer-dizer social do contexto estudado, pois vejamos:

[...] acredita-se que os jornais são essenciais para compreender a sociedade brasileira do século XIX, já que os periódicos da época trazem consigo não só aspectos do cotidiano, mas também “[...] o jornal no século XIX é, por excelência, o lugar do diálogo, do debate, da fofoca e das polêmicas, sejam aquelas mezinhas, sejam as grandes e célebres” (BARBOSA, 2007, p.18). Em vista disso, “[...] não é mais possível escrever uma história da vida cultural brasileira oitocentista sem a consulta aos jornais da época” (BARBOSA, 2007, p.18). Mas, de qualquer forma, as fontes de cunho jornalístico precisam ser problematizadas e contextualizadas, principalmente, porque suas páginas representaram um espaço de disputa política, além de terem sido um dos mais importantes veículos de informação no período[...]. (Peixoto, 2017, p. 22-23).

Então, a análise desse material forma a base para a confirmação de nossa inquietação teórica e metodológica, visto que os volumes dos periódicos produzidos neste recorte temporal

e as falas dos presidentes da província são provas por excelência da escrita ora trabalhada. Por tudo devemos seguir o princípio que Prost explicitou no capítulo XII de *Doze Lições Sobre a História*, a saber: “**A prova só é aceitável se for verificável**. Portanto, a verdade no âmbito da História, conforme já afirmamos, é aquilo que é comprovado; no entanto, só é comprovado aquilo que possa ser verificado. O texto histórico serve-se, em profusão, de notas porque ele não recorre ao argumento de autoridade” [...]. (2008, p. 235; grifo nosso).

A partir desse princípio, percebemos aquilo que os autores já discutidos na bibliografia formularam como sendo a formação de uma “comunidade de sentidos”, diante do fomento de uma cultura ou modo de vida que garantisse o domínio social e político dos agentes sociais mais diretamente envolvidos com a política na sociedade paraibana sobre o conjunto da sociedade local.

Certeau, em *A Escrita da História*, expõe a natureza dos documentos arquivados e faz uma reflexão sobre como devemos tratá-los, pois através deles a experiência dos povos sintetiza-se e por eles podemos perceber como uma sociedade específica se representava no fazer de sua história. É através da análise dos eventos descritos e das intenções daqueles que almejavam a manutenção de seus privilégios pessoais e de classe, do recorte temporal proposto, que:

Os Arquivos compõem o “mundo” deste jogo técnico, um mundo onde se reencontra a complexidade, porém, triada e miniaturizada e, por tanto, formalizável. Espaço preciso em todos os sentidos do termo; de minha parte veria aí o equivalente profissionalizado e escriturário daquilo que representam os jogos na experiência comum de todos os povos, quer dizer, das práticas através das quais cada sociedade explícita, miniaturiza, formaliza suas estratégias mais fundamentais, e representa-se assim, ela mesma, sem os riscos nem as responsabilidades de uma história a fazer (Certeau, 1982, p. 15).

Então, o manejo adequado desse material possibilita uma interpretação ou uma leitura do passado, onde as práticas (o fazer) da província da Parahyba entre 1840-1860 miniaturizada e formalizada em seus arquivos enseja uma escrita da História, que se aproxime do objeto perquirido neste trabalho.

Jose Carlos Reis nos traz uma reflexão sobre a escrita da História, que nos coloca diante de uma questão fundamental para o trabalho, ora proposto. Questão essa, que diz respeito ao como dissertar um tema sobre determinados eventos do tempo vivido. O autor realiza uma distinção entre eventos históricos e fatos sobre o passado estudado e explica que:

O documento não é dado, não vem em busca e não se impõe ao historiador. Este o procura e, claro, o encontra. A questão e a hipótese constituem a fonte, ou melhor, elas transformam a fonte em “prova”. Assim, o que pode ser provado não é o “evento tal como se passou”, mas a hipótese que o representa. Como problema e hipótese, a historiografia torna-se uma subjetividade em busca de informações sobre a experiência vivida. (Reis, 2011, p. 8).

Pensando a questão proposta por Reis, as falas dos presidentes e os periódicos que divulgavam ideias deificantes sobre as figuras do Imperador e sua família com uma intencionalidade bem definida, como também, outros suportes documentais que possam surgir ao longa da pesquisa, transformam nossa problemática de trabalho em “fonte” e provam nossa hipótese ao longo do trabalho dissertativo. Pois não é o evento do passado que é provado, mas a problemática e a busca pela resolução dela, sobre o evento do passado, que se transforma em prova e garante inteligibilidade, verificabilidade e credibilidade à escrita da História ora proposta.

Também precisamos estar atentos para uma chamada de atenção de Certeau (1982, p. 20): “Ainda que isto seja uma redundância é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente.” Então, diante do fato de possíveis anacronismos precisei abordar os documentos sempre levando em consideração as intenções impressas nas falas e periódicos, através da análise dos conceitos e da gramática do texto e seus significados, dados ao tempo de sua produção e os resultados no presente do passado dessa documentação coletada e tratada.

Assim, seguindo a afirmação de Severino (1986, p. 220) de que o objeto do pensamento são os conceitos, podemos então, penetrar no pensamento dos agentes do passado através de seus escritos e por meio deles capturar suas intenções e seus silêncios ou suas ocultações, para revelar as reais intenções por dentro do discurso ou do texto, daqueles que no momento do passado estavam em posição de domínio político ou disputando esse *locus* de poder em relação à sociedade como um todo.

Em relação ao cuidado com o tratamento e leitura dessas fontes foi necessário observar as lições de Jacques Le Goff, citadas no trabalho de Pedro Henrique Maia Braga, que expressam a preocupação de problematizar as fontes, pois o escrito do passado está recheado de intenções e silêncios que precisam ser devidamente analisados e comparados com outros suportes para que as verdadeiras intenções surjam e façam a diferença na historiografia ora tratada, por isso:

A cautela e atenção sobre estas equações precisam ser redobradas, visto que às vezes são contraditórias, em que as interrelações entre suas subséries exigem olhar apurado, porque parecem desdobrarem-se, imbricarem-se e se escamotear entre si. Enfim, quantos às problematizações das nossas fontes, citamos o historiador Jacques Le Goff,

“falsos”, porém, “verdadeiros” podem ser os documentos: É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, (...) durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (...). Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. (...) É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (Braga, 1994, p. 546-548).

Os arquivos analisados estão devidamente organizados e tratados nos bancos de dados já mencionados. São 20 (vinte) falas e uma quantidade significativa de periódicos.

Assim sendo, a dissertação almeja uma pequena lauda na historiografia local sobre aspectos específicos do período imperial, que lança luz sobre um possível entendimento das formas de dominação social praticadas conscientemente na Parahyba oitocentista por aqueles que travavam a luta pelo controle dos bens simbólicos na sociedade em questão.

A inteligibilidade de um projeto político passa necessariamente pela confecção de celebrações, ritos, mitos, crenças e criação discursiva, ou seja, o controle e manutenção dos bens simbólicos da sociedade em questão pode ser explicado através das contribuições teóricas e analíticas que Girardet nos traz através de sua obra *Mitos e mitologias políticas* (1987), pois realiza uma análise do fenômeno político introduzindo elementos do inconsciente coletivo para explicar muitos fenômenos ligados a ação política, como sendo frutos da influência direta de fenômenos irracionais provenientes de mitos, lendas, crenças populares e sonhos coletivos.

Raoul Girardet elege quatro estruturas explicativas para compreender as manifestações mitológicas na política, quais sejam, o mito da conspiração, o mito do salvador, a idade de ouro e por fim, o mito da unidade. Segundo Raoul, o mito político é sempre uma fábula do real e tem como função gerar uma explicação dos fatos e acontecimentos e de mobilizar os indivíduos para uma determinada ação política. Essa manifestação se dá em vários níveis, no da linguagem, no nível das imagens, dos símbolos e no mundo das ressonâncias afetivas.

O autor trabalha duas categorias de análise que explicam sua teoria, na medida que utiliza o conceito de “*constelações mitológicas*” de Gilbert Durand definido como um “conjunto de construções míticas sob o domínio de um mesmo tema, reunidas em torno de um núcleo central “e o conceito de Claude Lévi-Strauss, que define a manifestação mítica como sendo um “agrupamento de series idênticas, estruturados em associações permanentes que se apresentam os elementos construtivos da narrativa que elas compõem” (Girardet, 1987, p. 17).

Com esses dois conceitos, Girardet possibilitou uma maior compreensão das manifestações do imaginário político em qualquer época, pois os fenômenos míticos são

eventos de longa duração e atravessam os indivíduos e coletividades em suas temporalidades próprias e os influenciam em vários graus e níveis, que conseguem transformar a média e a curta duração dos eventos possibilitando a implementação de projetos políticos conforme o uso que se faz desse manancial de simbólico.

Logo, podemos utilizá-los para analisar como os presidentes da província da Parahyba entre 1840-60 tentaram edificar um conjunto de imagens de natureza mitológica, encarnada na figura do Imperador D. Pedro II como sendo Sagrado, através do nível da linguagem escrita e de ritos e crenças populares para consolidar um projeto político de homogeneização da ideia de unidade nacional, ou seja, a crença da Nação tendo como núcleo central a pessoa ou a instituição do Imperador do Brasil. É com esse leque de autores e suas teses que a dissertação foi redigida.

2 O IMAGINÁRIO SOCIAL COMO FERRAMENTAL DE PESQUISA E O DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA REGIONAL DOS OITOCENTOS.

No capítulo 2, O Imaginário Social como Ferramental de Pesquisa e o Diálogo com a Historiografia Regional dos Oitocentos, faz-se uma reflexão sobre a importância do uso do conceito de Imaginário Social como instrumento teórico e metodológico para o entendimento do tempo histórico e específico estudado. Isto porque a inquietação teórica é poder demonstrar que toda ação individual e social, no limite da análise, é resultado da influência do conjunto de conceitos que temos da realidade e sob a influência dessa imagética, que nos domina no cotidiano da vida social, produzimos e reproduzimos nossa existência, como seres partícipes de algo que nos envolve e nos direciona consciente ou inconscientemente a um futuro construído pelo passado.

A documentação que se encontra arquivada no suporte eletrônico da Universidade de Chicago, relativa às falas dos presidentes da província da Parahyba do Norte entre 1843 a 1860 faz referência ao Imperador ou à família imperial como sendo seres augustos ou com conotação celestial e, portanto, deificante.

Através da análise da documentação, o Capítulo 2, pretende responder à seguinte questão: Como esse imaginário reforçou a teia das relações que possibilitou a existência e justificou uma mística na qual, o Imperador era tido como uma deidade e *locus* de diferenciação social e de legitimação da Ordem Imperial na Parahyba?

O diálogo com a Historiografia mais recente, produzida pelo PPGH da UFPB sobre temáticas que envolvem relações políticas e imaginário social na sociedade paraibana oitocentista contribuiu para a solução da questão colocada acima.

A dissertação de Segal (2017), *Espaços da autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875)*, sobre a orientação da Prof.^a Dr.^a. Serioja R. C. Mariano. Procurou compreender a atuação política do conjunto dos deputados provinciais entre o período de 1855 a 1875 e a importância da instituição legislativa fundada em 1835 por força do Ato Adicional de 1834, na Parahyba.

Ela será utilizada nesta dissertação, pois releva como foram desenhados o contexto político e a importância da instituição do ato adicional de 1834, que altera as relações políticas do momento e contribui para os eventos futuros relacionados a tentativa de deificação da figura do Imperador em terra Parahybana.

Outra escrita produzida em 2019, por Wesley Abrantes Leandro, dialoga com a cultura política do início do século XIX na Paraíba, pois (Leandro, 2019) ao analisar a atuação de quatro parlamentares paraibanos, que atuaram na constituinte de 1823, sendo eles Augusto Xavier de Carvalho, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, José da Cruz Gouveia e José Ferreira Nobre, fala-se que, “são analisados sob o aspecto da origem social, da formação educacional, da atuação política anterior à independência do Brasil e da postura parlamentar por eles exercida na Assembleia.” (Leandro, 2019). O conjunto dessas e outras que serão apresentadas no corpo dessa escrita formam os argumentos para se pensar a proposta desse capítulo.

Trabalhamos alguns olhares sobre o tema. Retomando autores clássicos e também atuais que reafirmam teses divergentes sobre as formas que o processo de consolidação da política do império foi tecido ao longo do período pesquisado.

Um dos autores pesquisados foi Fernando Uricoechea, que em seu *O Minotauro Imperial* (Uricoechea, 1978) expõe sua tese sobre o processo de formação do Estado brasileiro, onde faz uma análise da síntese entre a evolução do patriarcado em patrimonialismo local e a racionalização da burocracia que tem sua simbiose nos anos entre 1830 e 1875, resultando no formato de uma administração racional e altamente burocratizada, em que o império da lei se torna paulatinamente, em meios a altos e baixos, hegemônico em relação ao poder local ou provincial, que marcou todo o período colonial de nossa história. Para Uricoechea:

O esquema proposto por este trabalho como o mais adequado à interpretação dessa questão durante o Império é aquele que concebe a interação da autoridade central com o poder local como um processo complexo, composto de antagonismos relativos, identidades relativas, e autonomias relativas entre os dois atores. (Uricoechea, 1978, p. 108).

O autor sintetiza seu pensamento demonstrando, que ao longo do século XIX, a partir do evento de 1808, com a chegada da família real e todas as consequências de fatos e fenômenos políticos que ocorreram com essa transferência do poder português para o Brasil, até o final do terceiro quartel do século XIX, se deu a construção do Estado moderno no Brasil, racional e burocratizado conforme a concepção de Max Weber.

A leitura de Uricoechea abriu uma perspectiva que ajuda a compreender as estratégias dos presidentes de província, em estabelecer e reforçar a autoridade moral de D. Pedro II na Parahyba, utilizando um discurso deificante da figura do Imperador no sentido de persuadir a população e em primeiro lugar a elite política, pois na análise do autor, não bastava cooptar ou barganhar apoio com distribuição de títulos ou favores, mas:

Esta aceitação admitida dos limites privados do estado não é consistente com a idéia de autoridade política. É tentador sugerir que talvez seja a própria noção de autoridade estatal que está faltando aqui. O estado exerce poder, sim; mas ainda não é imperativo (authoritative): ele não impõe obediência automaticamente; ele não persuade: ele coopta e barganha. (Uricoechea, 1978, p. 271).

Implementar um discurso enfatizando características deificantes tais como “Adorado Imperador”, “Excelso Imperador” ou “Augusto Imperador” tinha como intenção valorizar a noção de autoridade estatal que estava faltando, segundo o autor.

As fontes levantadas apontam para essa estratégia, pois através dos anos de 1840 a 1860, justamente no período de formação e consolidação do Estado Imperial, é que surge esse discurso deificante não só na Parahyba, mas em outras províncias menores, pois é nelas que se congregavam as forças locais que exerciam pressão junto ao poder central e eram elas que precisavam ser neutralizadas e cooptadas para o lado do Imperador menino.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO USO DO CONCEITO DE IMAGINÁRIO SOCIAL PARA O ENTENDIMENTO DO TEMPO PASSADO.

Como evidência desse movimento do imaginário social político religioso na Parahyba no segundo quartel do século XIX, temos os festejos em comemoração à renúncia de D. Pedro I, quando durante três dias do mês de maio de 1831, a Câmara Municipal da Capital da província da Parahyba do Norte promoveu um *Te Deum*, fortalecendo a vontade e os interesses dos grupos que estavam no poder local:

A Câmara Municipal da Capital mandou celebrar um Solemne *Te-Deum* de ação de graças, e como parte dos festejos, houve uma grande parada das tropas de primeira e de segunda linha, com salvas de artilharia e mosqueteria (PINTO, 1977, p. 114). (Santos, 2014, p. 51)

A introdução do *Te Deum*³ para celebrar a saída de um Imperador do Poder, legitimando a “vontade divina” no fenômeno da abdicação, marca também, a chegada de D. Pedro II anos

³ “O *Te Deum* é um antigo hino de louvor a Deus, conservado em latim; por isso, é conhecido pelas suas primeiras palavras, *Te Deum laudamos*, isto é, “Louvamos-te ó Deus”. A expressão *Te Deum* designa o hino e a inteira celebração festiva; é louvor, exultação e alegria”. Disponível em: <https://arquiocese.salvador.org.br/te-deum-da-independencia/>. Acesso em 02/11/2023.

depois, em 1859,⁴ na Capital da Província Paraibana, confirmando e justificando o “desejo de Deus”, em tê-lo como Imperador do Brasil.

O processo de deificação da figura do Imperador na Parahyba do Segundo Reinado, como instituição fruto dessa imagética mais geral, também estruturou e influenciou os caminhos da sociedade paraibana.

Podemos verificar através da redação do texto oficial do relatório apresentado a Assembleia Legislativa provincial da Parahyba do Norte, pelo excelentíssimo presidente da província, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinária em 2 de agosto de 1850, faz uso de conceitos celestiais para caracterizar a relação da família real com “poderes dos céus” ou algo que associasse o Imperador ao conceito de Augusto foi uma constante nos documentos oficiais ora analisados. Assim vejamos:

Antes porém de entrar em matéria tenho o maior prazer de comunicar-vos que o Anjo Tutelar do Brazil, que vela sobre os destinos do Império escudou contra o terrível flagelo da peste as Augustas Pessoas de Sua Magestade O Imperador, e Sua Magestade A Imperatriz, e a Prole Imperial. (...) (Bezerra, 1850, p. 03).

Analisando a Constituição do Império de 1824 no seu “Art. 4º. A Dynastia Imperante é a do Senhor Dom Pedro I actual Imperador, e Defensor Perpetuo do Brazil” (*apud* Nogueira, 2012, p. 65) constatamos que o pronome de tratamento é Senhor, pronome comum dado para qualquer autoridade ou pessoa comum.

O questionamento que resultou no tema da dissertação diz respeito aos interesses políticos que impulsionaram essa mudança de tratamento em relação à pessoa jurídica do Imperador do Brasil, evidenciados nos documentos oficiais contidos nas falas dos presidentes da província da Parahyba e nos periódicos da época.

Por que em determinado momento da documentação analisada há mudanças na maneira de tratar o Imperador que passa a ser tratado como um ser Augusto, Excelso ou Adorado? O que estava acontecendo no ambiente político da província paraibana e no espaço de poder mais geral, que estimulou um discurso oficial apontando elementos imagéticos e simbólicos na

⁴ OLIVEIRA, Carla Mary S.; CURY, Cláudia Engler. A Província em festa: celebrações e poderes simbólicos na visita de sua Majestade Imperial à Parahyba do Norte – 1859. (c) **Artelogie**, n. 4, Janvier 2013. Disponível em: URL: https://www.academia.edu/2539420/A_Prov%C3%ADncia_em_festa_celebra%C3%A7%C3%B5es_e_poderes_simb%C3%B3licos_na_visita_de_sua_Majestade_Imperial_%C3%A0_Parahyba_do_Norte_1859_Artelogie_Recherches_sur_les_Arts_le_Patrimoine_et_la_Litt%C3%A9rature_de_l'Amérique_Latine_Paris_Fran%C3%A7a_EHESS_CNRS_vol_4_2013_p_1_15_Em_coautoria_com_Cl%C3%A1udia_Engler_Cury. Acesso em: 17 de maio de 2022.

perspectiva de valorizar a imagem deificante do governante maior do império brasileiro entre o período estudado?

Na coletânea do jornal *Diário do Rio de Janeiro (RJ) - 1821 a 1858*, referente ao ano 1841, na edição 00157, p. 2/4⁵, encontramos um discurso que coloca em evidência a intenção de transformar Pedro II em uma entidade ou instituição sagrada para seus súditos.

O discurso foi um manifesto deificante da pessoa do Imperador e expõe as bases pelas quais fluíram um conjunto de representações simbólicas e um manejo no nível da linguagem escrita, de conceitos, que evocam imagens mitológicas na perspectiva de (Girardet, 1987).

Pelo exposto no periódico as representações evocadas no discurso remete-nos a um ambiente mental ou imagético no qual a figura do Imperador é igualada a um apóstolo cristão, desde sua aclamação em 7 de abril de 1831 até sua coroação e sagração em 18 julho de 1841, o texto sugere que o Imperador estava revestido dos poderes dos céus e que sua missão seria de trazer prosperidade a nação, porquanto estava realizando com a sagração o pacto do monarquia com os céus e que a coroação seria a união dessas duas instituições. Assim, estão implícitas e com um nível de clareza a problemática e o caminho a ser trilhado ao longo da exposição dessa reflexão historiográfica, na busca de utilizar ferramentais teóricos envolvendo o conceito de imaginário social, como possibilidade de uma chave de leitura para compreender um determinado aspecto político do período pescurado da história local.

2.1.1 Documentos como Expressão Material da Imagética Social

A documentação que se encontra arquivada no suporte eletrônico da Universidade de Chicago, relativa às falas e relatórios dos presidentes da província da Parahyba do Norte, entre 1837 a 1840, faz pouca referência ao Imperador ou à família imperial como sendo seres Augustos ou com conotação celestial, mas no protocolo de produção dos documentos oficiais do governo da Parahyba do Norte, à partir de 1843, os conceitos de tratamentos utilizados, ao se referirem ao Imperador e sua família, trazem um sentido de algo celestial e portanto, deificante.

⁵ Diário do Rio de Janeiro (RJ) - 1821 a 1858, do ano 1841\Edição 00157. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=24242. Acesso em: 18 de maio de 2022.

Através da análise dessa documentação ficou demonstrado a questão central que move esse trabalho: Como esse imaginário reforçou a teia das relações que possibilitou a existência e justificou uma mística na qual o Imperador era tido como uma deidade e *locus* de diferenciação social e de legitimação da ordem imperial na Parahyba?

Assim vejamos a introdução da fala na abertura do “Relatório que a Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte apresenta na sessão ordinária de 1844, o excelentíssimo presidente da província, Agostinho da Silva Neves”:

O conhecimento que tenho de vossa adesão a monarchia, da qual tendes, com a Província inteira, das provas tão irrefragáveis, me leva a congratular-me convosco pelo consocio de Sua Magestade o Imperador com a excelsa Princeza a Senhora D. Thereza Chistina, irmã do Rei das Duas Sicílias, hoje Imperatriz do Brasil, consorcio que he o mais seguro penhor da felicidade domestica de nosso **Adorado Monarca**, e da continuação da Dynastia do Immortal Fundador do Imperio. (Neves, 1844, p.03) grifo nosso.

Podemos perceber que o conceito **adorado** utilizado na abertura do Relatório de 1844 revela uma intenção de consolidar no poder e no imaginário político e social a ideia de que a família do Imperador e ele próprio estavam na condição de seres divinizados.

Em 2011, no Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais na cidade de Salvador, Cavalcanti afirmou, que o poder sempre se reveste do simbolismo próprio de sua natureza, que no limite da análise é imaginário, e que qualquer forma de poder necessita de seus símbolos, assim se expressa,

O simbolismo não é estranho a nenhuma forma de poder. Mesmo em democracias tidas como avançadas nos nossos dias, o mais despojado governante, quase obrigatoriamente, terá que aceitar os símbolos do poder. (Cavalcanti, 2011, p.10).

Nos relatórios governamentais, a partir da década de 1840, os símbolos que revestiram o poder imperial na província da Parahyba, apresentavam-se nos textos oficiais através de conceitos como adorado, augusto, excelso, família angelical. Logo, reforça-se a ideia de que o poder é simbólico e, portanto, imagético em sua constituição mais íntima.

A pesquisa em todas as frentes do período imperial da História do Brasil foi objeto de um debate que ocorreu durante o ciclo de palestras sobre A Paraíba nos 500 anos da descoberta

do Brasil, abril de 2000. Realizado pelo IHGP, a Professora Dra. Rosa Maria Godoy Silveira⁶ expondo sobre o 2º tema do encontro: A Paraíba durante o império revela que:

Em recente balanço sobre a produção historiográfica relativa à Paraíba imperial, que foi um balanço que nós próprios fizemos num curso que está sendo ministrado na Universidade constatou-se que este período tem sido um dos menos pesquisados, senão o menos pesquisado da nossa história. O Império tem sido sempre o pior período em matéria de pesquisa histórica. E é, com certeza, o pior período da História do Brasil, em matéria de ensino de História. Deste levantamento entre os cerca de 120 títulos levantados no Índice do IHGP, sobre este recorte temporal, dois temas avultam em número de artigos: a Revolução de 1817 (que está na fase da transição) e a Escravidão/Abolição, enquanto, no gênero biográfico predominam artigos sobre Pedro Américo.

Consideramos, no entanto, que a compreensão da História da Paraíba no Império passa por alguns grandes temas basilares, sem desconsiderar a importância do micro História. Tais temas são: os movimentos liberais, a construção da ordem e a crise agrária. (Silveira, 2000, p. 31-53).

Observando essa orientação, este trabalho visa contribuir para que o período imperial de nossa História e em particular, os aspectos simbólicos e imagéticos ligados a construção da ideia de deidade do poder, no segundo reinado na Parahyba, possa servir como estímulo para outros trabalhos dos muitos que foram elaborados e estimulados por esta mesma orientação.

A reflexão trabalha na perspectiva de compreender os sistemas simbólicos, assim como o fenômeno dos imaginários sociais na confecção dos fenômenos da História e suas regionalidades. Logo, a compreensão de como esses simbolismos e imaginários atuam e influenciam o fazer-dizer social é importante, pois lança uma contribuição para o conhecimento acadêmico sobre como foi tecido o presente específico do nosso passado na perspectiva adotada. Tratamos de esclarecer o conceito de imaginário como categoria de estudo para a compreensão dos significados sobre o conceito de deificação do poder, que estava sendo produzido no período estudado e utilizamos a orientação teórica de estudiosos como Baczko (1995), C. Castoriadis (1982), Pierre Bourdieu (1989) e Durand (2012).

Utilizamos aqui, para responder as questões derivadas do tema, o imaginário tal como proposto por Baczko⁷, como uma força constituinte da sociedade, ou seja, “o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo a acção, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos

⁶ Rosa Maria Godoy Silveira (Mestra e Doutora em História, chefe do Departamento de História da UFPB no período da palestra, em 2000).

⁷ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ENCICLOPEDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1995. p.296-332.v.5.

processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum.”. (Baczko, 1985, p. 311)

Como condição de possibilidade para a ação dos indivíduos em sociedade, o imaginário, como estrutura historicamente construída permite a compreensão de como a imagética, relacionada à ideia de deificação do Imperador, influenciou a arquitetura geral do pensamento da sociedade Paraibana oitocentista e movimentou uma parte da sociedade, ao longo do tempo histórico estudado, a uma “veneração ou adoração” e, portanto, há uma submissão política e moral à figura do Imperador e sua família.

Para sedimentar essa reflexão inserimos no debate o entendimento sobre dois conceitos em Pierre Bourdieu (1989), os conceitos de *habitus* e violência simbólica. Para o autor, em uma sociedade dividida em classes sociais, o controle da percepção dos subalternizados e de seu lugar no mundo pela classe dirigente do patrimônio material e simbólico da sociedade em questão, depende do uso permanente do poder político para a manutenção do controle sobre a forma como os subalternizados se veem no mundo e mantenham-se em seu lugar de dominação.

Bourdieu formula o conceito de violência simbólica da seguinte forma “A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer” (Bourdieu, 1996, p. 16). Por meio do capital simbólico, é que instituições e indivíduos podem persuadir outros com suas ideias. A violência simbólica se dá justamente pela falta de equivalência desse capital entre as pessoas ou instituições.

Os seus principais conceitos: campo, *habitus* e capital, desenvolvidos em suas pesquisas durante as décadas de 1960 e 1970 sobre a vida cultural da sociedade francesa atravessa seu pensamento sociológico. Bourdieu (2003) define *habitus* como disposições, estilos de vida, maneiras e gostos incorporados e campo como um espaço social que possui estrutura própria e, relativamente, autônoma em relação a outros espaços sociais, que tem uma lógica própria de funcionamento, estratificação e princípios que regulam as relações.

O *habitus* é um sistema de repertórios de modos de pensar, gostos, comportamentos, estilos de vida, herdado da família e reforçado na escola e nas relações sociais em geral. É a articulação dos capitais econômico, cultural, social e simbólico que confere a determinados grupos alta posição na hierarquia social.

A articulação desses dois conceitos oferece a escrita dissertativa o suporte teórico necessário e suficiente, somado com o conceito de imaginário social de Baczko a base pela qual

posso expressar uma explicação e um esclarecimento de como se processou a dominação imagética de um grupo sobre outros na sociedade paraibana do período analisado.

2.1.2 O Imaginário Político em torno da Ideia de Império Brasileiro

Pensar a ideia que se fazia sobre o conceito de império brasileiro dentro do contexto cotidiano da Parahyba da segunda metade do século XIX é uma tarefa difícil, pois capturar analiticamente o conceito que a sociedade parahybana fazia da Monarquia, passa pelo crivo daqueles, que exerciam influência econômica e política sobre o conjunto da sociedade de então.

Os conservadores do grupo do regresso sustentavam as ideias e costumes monarquistas vigentes do período estudado, como uma estratégia de manutenção da visão de mundo na qual a população estava imersa em relação a permanência do poder constituído. A importância de perscrutar o dizer e o fazer de um grupo social, em uma dada conformação cultural, implica no desvelamento de como esse grupo se articulou e as formas de luta que engendrou para obter seus objetivos.

Na base dessa construção imagética reside a confecção de um tipo de imaginário social, onde repousa a ideia de privilégio de classe, dentro do conjunto da moral monarquista era o valor mais caro, que na concretude do chão da História se materializava na busca pela obtenção de títulos nobiliárquicos e de formação acadêmica em Direito como critério para participar com mais efetividade no campo do *habitus* do poder político.

Com isso queremos perceber através do conceito de imaginário social, como foi construída a ideia de império com os velhos costumes monarquistas, mas ocultando sua intenção na perspectiva da violência simbólica em Bourdieu, qual seja, garantir uma política de privilégios em nome do Imperador com um dizer-fazer, dito, para todos.

Esse dizer-fazer aconteceu através do uso dos conceitos no nível do discurso (conjunto das características que são específicas do objeto pensado) e dos seus significados (aquilo que fica no lugar do objeto pensado), que são dois elementos do processo semiótico imbricados no campo da comunicação (dizer social), mas que são independentes em suas definições, pois existe uma margem semântica que possibilita à produção de sentidos vários para os conceitos. Sobre a definição do conceito, Severino firma: “O conceito é, pois, o resultado das apreensões dos dados e das relações de nossa experiência global, é o conteúdo pensado pela mente, o objeto do pensamento”. (Severino, 1986, p. 222).

Portanto, a produção de ideias através de discursos políticos, celebrações e ritos fazem parte do que Baczko denominou de “savoir-faire”, ou seja, a “elaboração e aprendizagem no manejo (uso) das práticas e técnicas dos imaginários sociais” (Baczko, 1985, p. 299)⁸. Os documentos produzidos entre 1840 e 1860 sobre as ações e intenções do governo da província da Parahyba do Norte demonstram esse manejo com clareza e confirmam em grande medida, o conceito que define a ideia de violência simbólica ora pensada neste trabalho.

A inteligibilidade de um projeto político passa necessariamente pela confecção de celebrações, ritos, mitos, crenças e criação discursiva. Raoul Girardet, em sua obra *Mitos e Mitologias Políticas*, realizou uma análise do fenômeno político introduzindo elementos do inconsciente coletivo para explicar muitos fenômenos ligados a ação política, como sendo frutos da influência direta de fenômenos irracionais provenientes de mitos, lendas, crenças populares e sonhos coletivos.

Raoul Girardet elegeu quatro estruturas explicativas para compreender as manifestações mitológicas na política, quais sejam, o mito da conspiração, o mito do salvador, da idade de ouro e por fim o mito da unidade. Segundo Raoul, o mito político é sempre uma fábula do real e tem como função dá uma explicação dos fatos e acontecimentos e mobilizar os indivíduos para uma determinada ação política. Essa manifestação se dar em vários níveis, no da linguagem, no nível das imagens, dos símbolos e no mundo afetivo.

O autor trabalha duas categorias de análise que explicam e dão inteligibilidade a sua teoria, na medida que utiliza o conceito de “*constelações mitológicas*” de Gilbert Durand definido como um “conjunto de construções míticas sob o domínio de um mesmo tema, reunidas em torno de um núcleo central” e o conceito de Claude Lévi-Strauss que define a manifestação mítica como sendo um “agrupamento de series idênticas, estruturados em associações permanentes que se apresentam os elementos construtivos da narrativa que elas compõem” (Girardet, 1987, p. 17).

Com esses dois conceitos Girardet possibilitou uma maior compreensão das manifestações do imaginário político em qualquer época, pois os fenômenos míticos na política são de ordem sincrônica. Logo podemos utilizá-los para analisar, como os Presidentes da Província da Paraíba entre 1840-60 tentaram edificar um conjunto de imagens de natureza mitológica, encarnada na figura do Imperador D. Pedro II, através do nível da Linguagem

⁸Baczko, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Disponível em: <https://docplayer.com.br/21101171-Baczko-bronislaw-a-imaginacao-social-in-leach-edmund-et-alii-anthropos-homem-lisboa-imprensa-nacional-casa-da-moeda-1985.html> acesso em 27/05/2022.

escrita e de ritos e crenças populares, para consolidar um projeto político de homogeneização da ideia de unidade nacional, ou seja, a crença da Nação tendo como núcleo central a pessoa ou a instituição do Imperador do Brasil.

Os relatórios e falas dos presidentes da província assumem um importante papel na construção da ordem social do período estudado. Assim diz Baczko: “O imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos discursos nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem”. (Baczko, 1995, p. 311).

Durand (2012, p. 19), em *As Estruturas Antropológicas do Imaginário* critica as concepções sobre o entendimento da natureza do fenômeno dos imaginários sociais e afirma que o imaginário é sempre motivado, visto que, sua natureza simbólica é permanente. Logo, a construção de um discurso envolvendo signos (conceitos) motivados por uma necessidade de controle social e poder, produziu entre 1840-60 na província da Parahyba do Norte, símbolos deificantes da figura do Imperador D. Pedro II, pois vemos o que afirma Durand, “O analogon que a imagem constitui não é nunca um signo arbitrariamente escolhido, é sempre intrinsecamente motivado, o que significa que é sempre símbolo.” Logo, partindo dessa motivação de produzir um imaginário de autoridade e poder entorno da figura frágil e inexperiente do jovem Pedro de Alcântara, que se forjou signos apropriados para cooptar as mentes mais céticas do período, no que diz respeito ao êxito da monarquia diante da crise de autoridade e da real fragilidade da monarquia brasileira.

Baczko chegou a formular um conceito de Imaginário, considerando a existência de uma comunidade de imaginação ou de sentido:

“... através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais, exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores...”(Baczko, 1995, p. 309).

O imaginário se expressa através de símbolos, ideologias, utopias, alegorias, rituais e mitos. Tais elementos implicam visões de mundo e tentam modelar às condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças.

A imaginação social, além de fator regulador e estabilizador, também permite que os modos de sociabilidade existentes não sejam considerados definitivos e como os únicos possíveis, mas que possam ser concebidos outros modelos e outras fórmulas. Assim, o exercício

do poder simbólico, passa pelo controle, reprodução e constante reelaboração dos bens simbólicos, por aqueles que exercem a hegemonia política na sociedade considerada.

Bronislaw Baczko assinala que é por meio do imaginário que se pode atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e, ainda, organizam seu tempo histórico. “Uma das funções dos imaginários sociais consiste na organização e controle do tempo coletivo no plano simbólico” (Baczko, 1995, p. 312).

A sua eficácia política vai depender da existência daquilo que Baczko chama de comunidade de imaginação ou comunidade de sentido. As significações imaginárias determinam referências simbólicas que definem, para os indivíduos de uma mesma comunidade, os meios inteligíveis de seus relacionamentos com as instituições. Em outras palavras: a imaginação é um dos modos pelos quais o homem apreende a vida e a elabora. O imaginário é condição necessária das relações humanas, possibilita a própria ação dos agentes sociais no chão da História.

Cabe aqui reforçar esta ideia com uma afirmação de Pierre Bourdieu, que vê a legitimação de um determinado poder simbólico como uma ocultação da arbitrariedade desse mesmo poder, posto que:

“O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.” (Bourdieu, 1989, p.14).

Podemos afirmar então, que o poder no interior das sociedades só se estabelece no momento em que é coletivamente reconhecido; esse reconhecimento, sem dúvida, passa pelo campo do imaginário social, ou ainda, pela construção de um conjunto de representações sociais, que estabelece esse poder como legítimo, mas ocultando sua verdadeira intenção, ou seja, a dominação social e política do conjunto da sociedade.

Logo, essas orientações teóricas nos conduzem para o entendimento de como foi produzida a imagética do poder imperial na Capital da província da Parahyba do Norte, com a exaltação dos privilégios de classe típicos de sociedades monarquistas e tendo a figura do Imperador D. Pedro II, como uma deidade, que sustentava a unidade política do território brasileiro e, no específico, a boa condução da “Paz social” na Província da Parahyba do Norte.

Castoriadis (1982) aborda em seu livro *A Instituição Imaginária da Sociedade*, as relações entre o fenômeno da alienação e o da criação das instituições, fazendo uma crítica da visão econômico-funcional da sociedade. Segundo o autor, a sociedade não pode existir sem seus suportes materiais, mas ela só tem sentido dentro de uma rede simbólica. Daí a limitada explicação funcional da sociedade, já que o elemento simbólico não assume sua devida importância no quadro teórico da visão econômico-funcional. Assim escreve Castoriadis:

“Uma sociedade só pode existir se uma série de funções são constantemente preenchidas, mas ela não se reduz só a isso, nem suas maneiras de encarar seus problemas são ditadas uma vez por todas por sua “natureza”, ela inventa e define para si mesma tanto novas maneiras de responder as suas necessidades, como novas necessidades“. (Castoriadis, 1982, p. 141).

Como vimos, o entendimento da reflexão que Castoriadis desenvolve revela que a sociedade em sua temporalidade específica é criada, organizada e dirigida por uma dimensão imagética. Esta dimensão no seu aspecto efetivo é fonte necessária para existência e compreensão dessa sociedade, tendo em vista que as relações sociais sempre se processam através de uma rede simbólica, pois nós seres humanos não percebemos as coisas imediatamente, mas sempre mediadamente, visto que entre o ser humano e as coisas estão às significações sociais.

Castoriadis aponta o caminho para a compreensão do cimento que liga o todo existente social, pois as significações imaginárias são tudo aquilo que não se refere a nada, ou seja, não possui um referente, mas produz uma quantidade enorme de significantes e significados, os quais só têm sentido nelas e por elas. Daí a deidade do Imperador ser uma significação imaginária social, porquanto ela não se refere a algo existente, mas produz através do fazer/dizer social vários suportes para existir (monumentos, jornais, iconografia, instituições, crenças, guerra, ritos e mitos etc.).

É a partir dessa perspectiva de entendimento que encontrei explicações para um recorte temporal do passado dos que viveram na Parahyba entre 1840 e 1860, pois é através da análise dos significados revelados em diferentes suportes de informações, que os agentes sociais do passado construíram ou tentaram construir seu presente e projetaram sentidos, representações e intenções para suas ações.

Como a proposta é dialogar com o passado na busca de um ferramental teórico para a compreensão dos fenômenos ligados a construção da ideia de deificação do poder, que corrobora para o processo de legitimação das desigualdades sociais típicas do modo

aristocrático da sociedade imperial, o pensamento de Castoriadis ajuda de forma significativa para a compreensão do objeto de inquietação teórica posto e esclarece a base teórica, que dava forma e sentido ao dizer-fazer social relacionado à temática.

O uso do conceito de Imaginário Social na perspectiva aqui adotada contribui como ferramental teórico no campo da História, na medida que, a produção material do mundo humano passa pelo filtro das sensibilidades e do intelecto e nesse percurso as crenças populares, os mitos e toda produção material de reprodução da vida como ela é, se apresenta à consciência social como imagem e conceito, ou seja, como um analogon.

Assim, compreender e aplicar esse ferramental conceitual em qualquer pesquisa no campo da História é nos colocar no cenário do passado humano, visto que o ser social é drenado pela consciência social e a consciência é construída pelo ser social no chão da História, num processo de retroalimentação, mediado pelo monopólio do poder político, daqueles que no momento da análise, estão em posição de domínio econômico e social em relação aos subalternizados do tempo histórico ora estudado.

Portanto, o uso dessa chave de compreensão sobre o passado humano é de importância ímpar na construção de inteligibilidades no caminhar da pesquisa histórica em qualquer tema que requeira a aplicação desse ferramental conceitual, ora trabalhado nessa escrita regional da História.

2.2 - O DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA REGIONAL MAIS RECENTE SOBRE O TEMA.

O diálogo com a Historiografia mais recente, produzida pelo PPGH da UFPB sobre temáticas que envolvem relações políticas e imaginário social na sociedade paraibana oitocentista traz na dissertação de Segal (2017), *Espaços da autonomia e negociação: A atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875)*, sobre a orientação da Prof.^a Dra. Serioja R. C. Mariano, a intenção de compreender a atuação política do conjunto dos deputados provinciais entre o período de 1855 a 1875 e a importância da instituição legislativa fundada em 1835 por força do Ato Adicional de 1834 na Paraíba. Nessa escrita, a autora desenvolve uma reflexão sobre as redes de sociabilidades que foram sendo criadas em função da cultura política e social do período estudado.

Segal procurou analisar os processos ligados às eleições que ocorriam através do voto distrital com a criação da lei dos Círculos de 1855 e a “organização da Assembleia Legislativa

Provincial da Parahyba e de sua dinâmica interna, buscando analisar os “rituais” e as regras de conduta, que ordenavam o funcionamento das sessões e o comportamento dos que nelas se faziam presentes.”(Segal, 2017, p. 32). Ainda segundo Segal,

A partir desta análise buscamos perceber as negociações e os conflitos que perpassavam as relações de poder entre os deputados provinciais paraibanos, os vereadores e os presidentes de província, com quem os membros do legislativo mantiveram constante contato. É válido enfatizar que embora houvesse uma hierarquização - sendo o cargo de vereador considerado o mais baixo na graduação e o de chefe do executivo o mais elevado - todos os agentes mencionados contribuíram na organização da vida política e administrativa do Império e desempenharam um papel de relevo na construção do Estado nacional brasileiro. (Segal, 2017, p. 33).

É dentro dessa cultura política de negociações, conflitos e poder que grupos ligados ao projeto dos conservadores (regresso) irão construir, no presente do passado, uma narrativa que valorizava o Imperador e sua família como elementos fundamentais e necessários para a paz social e o bom andamento da administração pública e da sociedade como um todo.

Outra escrita produzida em 2019, por Wesley Abrantes Leandro, dialoga com a cultura política do início do século XIX na Paraíba, pois Leandro (2019) ao analisar a atuação de quatro parlamentares paraibanos, que atuaram na constituinte de 1823, sendo eles Augusto Xavier de Carvalho, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, José da Cruz Gouveia e José Ferreira Nobre.

O autor analisa esses personagens da cena política do início dos oitocentos levando em consideração características pessoais e de origem de classe para entender suas atuações no processo de edificação da primeira constituição no Brasil, assim os legisladores, “são analisados sob o aspecto da origem social, da formação educacional, da atuação política anterior à independência do Brasil e da postura parlamentar por eles exercida na Assembleia.” (Leandro, 2019), o autor lança luz para o entendimento das relações de poder na Parahyba durante o primeiro reinado.

Durante o período regencial, em função das lutas e revoltas regenciais terem gerado instabilidade política e social, os resultados dos conflitos regenciais serviram como justificativa para um discurso liderado pelo regresso, a partir de 1840, no qual a solução para o estabelecimento da paz social e o bom andamento das relações de poder seria o estabelecimento de um poder centralizador e tendo como princípio de estabilidade a figura de D. Pedro II como, o “Augusto” e “Excelso” protetor do Brasil.

No XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB (Espínola; Melo, 2016) analisam os anos de 1848 até 1855 e procuram compreender como se processou a centralização política por parte dos grupos que faziam parte do partido conservador ou do regresso.

Os autores procuram trazer para a reflexão historiográfica as estratégias, que a elite política ligada aos regressistas colocou em prática para concentrar poder e com isso consolidar o projeto político de instituir D. Pedro II como figura central da restauração conservadora. Outra importante contribuição para a escrita da história paraibana no trabalho dos autores, foi a análise das relações políticas e econômicas das elites do brejo com a da capital paraibana, na perspectiva de entender as interrelações das elites durante o período da centralização do poder imperial.

Christillino (2013) em seu artigo intitulado *O Nordeste na historiografia sobre a política no Segundo Reinado*, apresentado no XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH – 2013, levanta dentro do conjunto da escrita da história dos oitocentos, as quatro tendências historiográficas que abordam temas ligados a formação do poder e as redes de relações políticas que se formaram na construção do Estado Imperial. Autores como Ilmar Rohloff Mattos (2004), José Murilo de Carvalho (2003), Maria Fernanda Vieira Martins (2007) figuram como pilares para o desenvolvimento do título do artigo.

O interessante para a pesquisa ora arrolada é que o trabalho de Christillino traz para o tema da dissertação e do período escolhido a importância de se pesquisar os fenômenos políticos e sociais que estavam acontecendo nas periferias do sistema político em formação (1840-1860), como os presidentes de províncias eram agentes do regime monárquico, muitos dos quais eram membros da Imperial Ordem da Rosa e outras Ordens como a de São Bento, de Cristo etc., que tinha como Grã-mestre o próprio Imperador D. Pedro II, isso prova que as estratégias de distribuição de títulos nobiliárquicos e de cargos nas províncias para a formação de uma base sólida de apoio à Coroa funcionou e foi importante ao longo do período de solidificação do poder imperial.

A Parahyba era uma província da periferia do sistema, que servia como laboratório para o exercício do capital político em formação no Segundo Reinado. Era em províncias como a da Parahyba que os agentes do poder imperial (presidente de província, juiz de paz ou criminal, deputado geral e outros) faziam seus **“estágios de fidelidade ao rei”** e é dentro desse contexto que se manifesta a intenção de criar um imaginário do poder, utilizando uma forma de fala e de escrita onde se caracterizou o Imperador com sendo uma entidade com **“autoridade celestial”**.

As falas articuladas e permanentes dos presidentes de províncias ligados aos conservadores na Paraíba, com o intuito de produzir um efeito deificante da imagem do Imperador e sua família é evidente nos documentos oficiais e nos periódicos que apoiavam o governo.

Como ilustração dessa estratégia podemos apreciar a fala de Agostinho da Silva Neves em 1844, quando foi presidente da província da Parahyba, em seu discurso à Assembleia de deputados:

Illm. e Exm. Sr. A Assembléa Provincial ouvio com summo interesse a exposição franca e leal, com que V. Ex. a instruiu das necessidades mais urgentes da provincia , no dia 3 de Maio de sua installação, e convencida do zelo, prudencia , e sabedoria com que V. Ex. ha dirigido os negócios publicos, ella bem diz ao Governo de Sua Magestade Imperial, que tão acertadamente escolheu a V. Ex. para segunda vez confiar-lhe os destinos d'esta provincia , que jamais se esquecerá de quanto he devedora á illustrada, e benéfica administração de V. Ex. A Assembléa recebe com verdadeiro jubilo as congratulações de V. Ex. , por occasião do feliz consorcio de Sua Magestade Imperial com a **Excelsa** Princeza a Senhora D. Thereza Christina , Irmã do Rei das Duas Sicilias. O Casameato dos Monarchas he sem dúvida hum objecto de subida importancia e alta ponderação para as nações, e-no venturoso consorcio do Senhor D. Pedró Segundo, a Assembléa Provincial da Parahyba não pode deixar de ver huma nova fonte de prosperidades para a Nação,e hum seguro penhor, que nos afiança, com a felicidade domestica do Nosso **Adorado** Monarcha, a estababilidade do Throno , e a continuação e ,perpetuidade da **Augusta** Descendencia do Immortal Fundador do Imperio. E por isso ella se dá os parabens , e se congratula igualmente com V. Ex. por tâ'o fausto, e esperançoso acontecimento. (Relatório de 1844, p. S1-1, grifos nossos)

Podemos constatar isso em diversos textos oficiais e publicações de jornais tais como o periódico *A Ordem: Jornal Político, Literário e Crítico*, que circulou na Parahyba entre 1849 e 1851. No conjunto amostral apenas nos anos de 1857 e 1858, na administração do liberal Henrique de Beaurepaire Rohan, a forma de tratamento ao Imperador muda e ganha uma grafia normal de chefe de Estado. Adjetivações com palavras deificantes tais como excelsa, adorado, augusta ou augusto e fausto aparecem em quase todas as falas dos presidentes durante esse período.

2.3 UM BREVE OLHAR SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO

Aqui neste lugar de reflexão historiográfica vou trabalhar alguns autores que se debruçaram sobre diversos aspectos da construção do Estado Brasileiro, mais especificamente Fernando Uricoechea (1978) e Lilia Moritz (1998), que se debruçaram em compreender fenômenos históricos que foram essenciais para o estabelecimento e consolidação do Estado Imperial Brasileiro.

O objetivo de se fazer um esforço reflexivo sobre os autores consiste em perceber como a relação entre forças políticas locais e centrais se relacionaram para dar forma e conteúdo ao recorte temporal em questão, que visa esclarecer como em meio as diversas relações de

sociabilidades políticas na Parahyba do Norte entre 1840 e 1860 se processou uma estratégia de tornar D. Pedro II uma pretensa deidade através dos discursos dos Presidentes da Província da Parahyba e da circulação de ideias deificantes sobre a figura do Imperador como sendo um instrumento de fortalecimento do poder local, através dos periódicos e do fazer educacional.

A questão central colocada pelo autor de “O Minotauro Imperial” consistiu em compreender a dominação imperial a partir de um Estado burocrático patrimonialista e como se processou esse fenômeno histórico no Brasil. Pois o autor se coloca a seguinte questão, “como se desenvolveu uma dominação burocrática patrimonial no Brasil imperial e, particularmente, qual foi o papel do patrimonialismo no processo de desenvolvimento do estado burocrático moderno?”. (Uricoechea, 1978, p. 14).

O esforço epistemológico de Uricoechea concentrou-se em entender as relações de tensão do poder entre a burocracia de Estado e a correlação de forças das Elites locais, que também se desenvolveu dentro da mesma perspectiva de Poder, ou seja, a criação de um aparato burocrático patrimonialista para justificar sua dominação frente ao conjunto da sociedade local oitocentista.

Segundo o autor existia duas interpretações sobre o processo da colonização portuguesa no território, hoje brasileiro, a interpretação de Nestor Duarte que defendia a tese de uma ocupação dita feudal, pois a iniciativa privada foi o ponto forte daquela ocupação tutelada pelo o Estado Monárquico (Uricoechea, 1978, p. 28) e a outra tese denominada patrimonialista defendida por Raimundo Faoro, que defendia a colonização como um empreendimento totalmente garantido pelo poder do Estado monárquico. Para Uricoechea, a ordem burocrática racional demorou a surgir na História do Brasil, só possível no século XIX, visto que existiam fatores vários que impediam sua materialização na vida política e social no período colonial, segundo o autor (Uricoechea, 1978, p. 37-38):

A essência lânguida — demasiado lânguida — da vida municipal que Oliveira Vianna descreveu-os com tanta propriedade, o ritmo apático dos centros urbanos, a pobreza da cultura burguesa e das associações de interesses e a contração formidável das instituições de mercado geradas pela presença da escravidão foram todas elas condições que, juntas, atrasaram a emergência de uma ordem burocrática racional.

Para Uricoechea duas categorias sociais formavam o tecido do monopólio do poder durante todo o período colonial, os senhores de terras e os militares, que juntos formavam a classe dominante do longo período de nossa história, pois os mesmos senhores de terras eram em momentos distintos também militares e vice-versa. Em função das características dessas

categorias sociais, que tinham uma relação de descontinuidade entre os núcleos centrais representados pelo conjunto da Monarquia e os núcleos periféricos que eram as elites regionais movidos pelo fenômeno da prebendalização da administração real e como segunda característica a solidariedade de parentesco, o tão sonhado senhorio vigoroso e corporativo não se concretizou até o Segundo Reinado, de acordo com o autor.⁹

A dissertação encontra em Uricoechea um caminho para localizar temporalmente a problemática colocada como central para o tema da escrita regional que o trabalho está propondo, pois é justamente na década de quarenta (1840) que segundo o autor começa um crescimento do aparato do estado mais centralizado e volumoso,¹⁰ mas o poder central tinha consciência que era necessário não só um Estado forte, mas a obediência individual, de grupos e social em geral à autoridade do Imperador, pois era condição primeira para a legitimidade moral do império, visto que era a figura de D. Pedro II, que representava politicamente a ideia de centralização do poder.

Para isso era preciso não só a legitimidade política do império, mas a retirada ou esvaziamento do poder das elites locais. As mudanças burocratizantes do Estado tais como, a Constituição de 1824, o Ato Adicional de 1831 e o Código de processos de 1832, que descentralizavam a administração, fortalecia o poder dos senhores de terras. Para o autor de o Minotauro Imperial, o aparelho político do governo tornou-se posse do senhor de terras (Uricoechea, 1978, p. 101).

A mudança política para a centralização e legitimidade política do poder do Imperador D. Pedro II começa com o golpe da maioria, sua sacração como Imperador e posteriormente, a mudança na legislação, que em 1841 retirou dos poderes locais, prerrogativas de nomear autoridades-chaves no jogo político do poder. Então vejamos:

⁹ Existe aqui uma consciência mútua de que cada um precisa do outro, tanto como o primeiro que dá origem a uma espécie de pacto tácito que culmina em um padrão de trocas e reciprocidades: o estado concede autoridade e *status* em troca da cooperação e serviços do senhor de terras. Não se deve pensar que esse padrão vigorou apenas naquelas províncias que tinham uma classe agrária dominante em condições de expansão econômica; foi, pelo contrário, um traço geral igualmente válido para as economias agrárias deprimidas ou estagnadas. Do norte ao sul, da periferia ao centro, o pacto foi uma constante. (Uricoechea, 1978, p. 114).

¹⁰ Apesar da persistência desse traço, o estado brasileiro deu passos para a constituição de um aparato de estado mais centralizado e volumoso nos anos quarenta. Os esforços para a centralização e expansão refletem-se dramaticamente nas taxas de crescimento da despesa pública. Na década anterior, o ministério do Império havia obtido na Corte uma taxa de crescimento inigualada ao longo do Império. Agora é a taxa de despesa total (6.19) da burocracia da Corte que vai permanecer inigualada nos períodos posteriores. As províncias da Bahia e do Rio de Janeiro, que tinham manifestado um decréscimo nos anos trinta, unem-se agora ao Rio Grande do Sul — ainda envolvido na rebelião — num rápido processo de burocratização... (Uricoechea, 1978, p. 98-99).

A quarta década se inicia com um esforço sistemático para tirar das mãos dos senhores locais os instrumentos políticos de governo local. Perderam não só a competência de nomear o vice-presidente como também, o que era ainda mais importante, o monopólio local da máquina judiciária e policial. As legislaturas municipais, as câmaras, foram privadas de sua prerrogativa de nomear os juizes locais. Com a Lei de Interpretação de 1841 os juizes municipais passam a ser nomeados pelo poder central e a concentrar, aliás, funções de justiça e polícia <49>. Os juizes de paz — esse bastião de discricção e arbítrio local — foram afastados das suas jurisdições criminais e de polícia; o juiz de direito e o delegado de polícia — não mais de eleição local — são agora os órgãos indisputados de adjudicação de justiça e polícia. Deram se assim as últimas pinceladas para o acabamento do novo aparato burocrático e centralizado de dominação monárquica que ficaria razoavelmente intacto dessa década até o final do terceiro quartel do século XIX. (Uricoechea, 1978, p. 111)

É dentro desse contexto político que meu trabalho assume uma importância para a escrita da história regional da Paraíba, pois é a partir dos anos quarenta do século XIX, que a documentação ora disponível apresenta uma **inflexão** em sua escrita no que diz respeito ao tratamento dado à figura do Imperador, visto que é no contexto da necessidade de legitimação moral, ou seja, na consolidação da obediência social ao Imperador, que reside a tentativa de deificação do mesmo pelos agentes políticos do Império na Parahyba, ou seja, os presidentes de província.

Essa estratégia seguia uma preocupação que é expressa por Uricoechea em uma das fontes que o autor utiliza para demonstrar sua tese. Fonte essa que expõe uma preocupação de um membro do gabinete do governo, sr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, que na época da referência, teve a experiência de administrar a província da Parahyba de 3 de julho de 1851 a 29 de abril de 1853 e expõem justamente a necessidade de buscar uma solução para a obediência social ou a legitimidade moral do Imperador rapaz, não apenas na força do Estado, mas garantindo a afeição do povo. Então vejamos:

As tentativas de superar tal statu quo estavam, conseqüentemente, ligadas à consciência de uma nova postura legal que enfatizasse a persuasão e a razão sobre a repressão e a tradição. É contra esse fundo de violência e desordem que pode ser enquadrada a seguinte reflexão de um presidente provincial, desapontado com o fracasso das medidas repressivas para restaurar a tranquilidade pública: Se o gov.º conseguir dominar por afeição os corações desses homens, poderá facilmente obter a reforma de certos costumes fataes à sociedade (15)

Por trás desta afirmação, aparentemente canhestra, vinda de um alto burocrata, o que **se revela é a necessidade de procurar um novo princípio de legitimidade sobre o qual construir a nova ordem**. Esta consciência da necessidade de uma *persuasão* racional — ainda que formulada inadequadamente como “afeição” — é, naturalmente, o fim do princípio da autoridade tradicional(16). Está, além disso, muito longe da filosofia política do magistrado que duas décadas-atrás via em um forte aparelho policial, e no

uso da força, a base das obrigações políticas (17). (Uricoechea, 1978, p. 276) grifo nosso.

Buscar uma fórmula para as obrigações políticas da sociedade não só passava pelo uso coercitivo do Estado, mas precisava convencer, persuadir, produzir afeição, pois [...]. O governo central estava agudamente consciente dos limites frágeis de sua autoridade e da ordem legal que tinha conseguido instituir[...]. (Uricoechea, 1978, p. 112). Como então fazer isso? Quais instrumentos utilizar? Como legitimar uma ausência? Esses eram uns dos tantos desafios que os presidentes de províncias tinham para garantir prestígio e respeito frente o poder central.

Ao tentar responder as perguntas postas acima, eu necessitava entender o pensamento de Lilia Moritz Schwarcz, em “As barbas do Imperador : D. Pedro II, um monarca nos trópicos”, a historiadora e antropóloga traz e esclarece, através da construção de uma engenharia imagética a possibilidade de manter uma monarquia por tanto tempo em um contexto diverso e contraditório tanto do ponto de vista político, como do lado cultural, visto que na segunda metade do século XIX havia uma pressão da Europa em romper com todos os governos escravistas e o Brasil sofria essa pressão, como também seus vizinhos, todos repúblicas já consolidadas exerciam certa pressão política e pelo lado da cultura, o império precisava reinventar suas tradições, porquanto a cultura popular não tinha referências ligadas as tradições monarquistas vivenciadas pela elite portuguesa no Rio de Janeiro a partir de 1808.

Como manter um poder que representava, a vista das mudanças no tempo histórico, um retrocesso, como a monarquia do segundo reinado construiu sua justificativa para se manter no poder até 1889? Vejamos o que diz Lilia Moritz:

Dessa maneira, se por parte das elites é possível perceber um uso quase instrumental da “figura do rei” — uma intenção muitas vezes abertamente expressa de construção de uma representação de porte nacional, por meio da oficialização e proliferação de rituais, da criação de monumentos e de um “passado” cuja continuidade temporal levaria ao Império —, já na releitura das festas populares o que está presente é a imagem mítica do rei, de um rei sagrado e religioso que nesse sentido não tem data nem lugar. (Schwarcz, 1998, p.32).

É justamente esse aspecto de um rei sagrado e religioso que se concentrou essa dissertação, pois para a pesquisadora, a maneira como foi conduzida a construção dessa imagem do poder e especificamente a imagem do D. Pedro II, foi a chave de compreensão para responder à duração por quase cinquenta anos de uma monarquia no trópico sul americano.

Não resta nenhuma dúvida sobre o esforço do poder imperial brasileiro de confeccionar uma representação, um conceito, uma imagem do Imperador como sendo a figura singular que conduziria o império brasileiro aos ideais alimentados pela elite política do Rio de Janeiro de

centralização e homogeneização política no sentido de garantir a ordem, a paz e a continuidade do império brasileiro.

Podemos constatar isso na afirmação de Lilia Moritz quando diz que, “ [...] *também no Brasil a monarquia investiu em sua afirmação ritual e teatral. Títulos, cortejos, procissões, manuais de civilidade, pinturas, história e poesia fizeram parte da construção desse processo que por meio de memória e de monumentalidade procurava ganhar espaços na representação nacional.* (Schwarcz, 1998, p.50).

A resolução para as questões colocadas pelos autores analisados se refletiu no chão da história da parahyba através da estratégia de deificação do rei pelo uso de conceitos de cunho sagrado ou religioso introduzidos nos discursos dos presidentes de província, que passaram pela administração da província da parahyba do norte e pela divulgação nos jornais do período, onde se repetia o uso de conceitos associando o Imperador a uma certa natureza sagrada ou no limite como sendo membro de algo maior que ele mesmo.

Uma questão é colocada à reflexão no trabalho da autora de “as barbas do Imperador”, que além de ter analisado um acervo de vinte mil itens relacionados a construção da imagem e representação de Pedro de Alcântara ao longo de seu reinado, um item chama a atenção que é a ausência de barba do Imperador nos seus primeiros quinze anos de governo.

A importância de ter uma barba não estava ligada apenas a ser um adulto, mas principalmente era um **símbolo de autoridade**. Assim como hoje, a gravata e o terno são símbolos de poder e autoridade tanto no legislativo como no executivo, como também o manto preto é símbolo de severa autoridade no judiciário. Ter barba longa era no século XIX, um símbolo de autoridade e respeitabilidade nos círculos do poder. Exemplo dessa simbologia cultural, dos presidentes da província de que se tem registro litográfico/fotográfico, quase todos tinham barba. Usavam barba no período abordado pelo trabalho:¹¹

Antônio Coelho de Sá e Albuquerque;

Francisco Xavier Paes;

Antônio Pinto e Silva;

Henrique de Beaurepaire Rohan;

Ambrósio Leitão da Cunha;

Américo Brasiliense de Almeida Melo.

¹¹ [https://pt.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9rico_Brasiliense_\(pol%C3%ADtico\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9rico_Brasiliense_(pol%C3%ADtico))

Como então produzir respeitabilidade e autoridade a um menino de catorze anos de idade e como manter seu poder sem resistências por parte das elites regionais, fazendeiros e militares sem abalar os valores, as simbologias, rituais e cerimônias típicas da época. Qual a estratégia usada para que o conjunto das elites regionais aceitassem a ideia de ser governada por um menino e depois um rapaz, **com ausência de barba**, sem abalar as relações de subordinação que o poder exige?

Segundo Lilia M. Schwarcz, [...] *a monarquia brasileira se serviu à larga das representações simbólicas que envolvem o poder monárquico e que evocam elementos históricos de longa duração, associando o soberano à idéia de justiça, ordem, paz e equilíbrio.* [...] (Schwarcz, 1998, p.53). A utilização por parte da monarquia de símbolos e rituais ligados a uma aura sagrada foi o caminho para justificar a autoridade e garantir ao menino/rapaz sem barba, respeitabilidade e subordinação por parte das elites regionais.

E nesta senda que a autora afirma que D. Pedro II foi comparado ao menino Jesus, Imperador do Divino na ladainha brasileira e era visto como um pequeno deus europeu em meio a mestiços (Schwarcz, 1998, p.33)¹².

Na Parahyba os discursos dos presidentes revelaram para a pesquisa a efetivação dessa estratégia de divinizar o Imperador que Lilia M. Schwarcz se referiu em sua obra. Como parte da manobra de poder frente as elites regionais ou locais, que junto há distribuição de honrarias e títulos de nobreza entre os influentes locais, combinados com visitas e todo um preparativo epifânico, marcados com te-déuns, fogos e festas, paradas militares e salvas de canhão, efetivavam a construção da ideia de deidade do Imperador no cotidiano provincial, porquanto faltavam ao Imperador menino/rapaz símbolos próprios de autoridade como uma barba longa nos idos das décadas de 1840 e 1850 e no início da década de 1860 já com seus trinta e cinco anos, o Imperador exibia uma certa barba e demonstrava alguma experiência política e isso coincide com a consolidação do Estado administrativo burocrático aos moldes de Fernando Uricoechea.

¹² Imperador de 1840 a 1889, d. Pedro II teve sua vida contada a partir de episódios repletos de dramaticidade e destacada com base neles. Primeiro monarca nascido no Brasil, Pedro de Alcântara foi comparado ao Menino Jesus na tradição portuguesa, revisto como Imperador do Divino na ladainha brasileira, entendido como um novo d. Sebastião pelos últimos fiéis das previsões de Vieira. Filho de Bragança, Habsburgo e parente direto dos Bourbon, d. Pedro era reconhecido como um pequeno deus europeu, cercado por mestiços. Órfão de mãe com um ano, de pai aos dez, Imperador aos catorze e exilado aos 64, no seu caminho é difícil notar onde se inicia a fala mítica da memória, quando acaba o discurso político e ideológico; onde começa a história, onde fica a metáfora. (Schwarcz, 1998, p.33).

Podemos então concluir parcialmente que para garantir respeitabilidade e submissão daqueles que tinham influência política em suas respectivas regiões, o poder imperial utilizou o argumento mítico e a distribuição de títulos (garantir prestígio aos locais) para convencer e legitimar a autoridade do Imperador inexperiente, como também consolidar o Estado Burocrático Brasileiro.

CAPITULO 3 RELAÇÕES POLÍTICAS E SOCIABILIDADES DO PODER NOS OITOCENTOS NA PARAHYBA DO NORTE.

No capítulo 3 Relações Políticas e Sociabilidades do Poder nos Oitocentos na Parahyba do Norte. Trataremos de esclarecer aspectos da Historiografia mais geral, que possibilitou a ideia de construção da Ordem Imperial como projeto político para edificação da ideia de Nação.

Dentro dessa senda a pesquisa revelou as intenções do ideário mais geral do Império em relação à sociedade paraibana, através da estratégia de introdução de uma imagética deificante do Imperador ao conjunto da sociedade para legitimar um projeto político mais geral.

As relações políticas que permeavam as intenções daqueles que estavam mais próximos das instituições de poder na sociedade estudada, apontavam para a efetiva construção da ideia de que apesar de o Imperador ser uma menino e posteriormente um jovem político, ao longo do período estudado, fato esse que fragilizava a ordem monárquica, visto que a cultura patriarcal do período imperial exigia um governante experiente, maduro e com “punho forte” para enfrentar os desafios de manter a centralização do poder, que estava sendo edificada pela elite política do Rio de Janeiro. Como essa elite poderia garantir legitimidade política apresentando um Imperador, menino/jovem, diante de uma sociedade politicamente patriarcal e dividida por interesses regionais?

3.1 UMA BREVE REFLEXÃO DA POLÍTICA SOBRE A PARAHYBA DO NORTE DURANTE O PERÍODO REGENCIAL

Importante para essa reflexão sobre o período regencial foi o artigo de Jerlyane Dayse Monteiro dos Santos - *Elite política e vida cotidiana: A Paraíba no período Regencial (1831-40)*, onde a autora desenvolve uma escrita na qual utiliza fontes do Arquivo Público da Paraíba, código de postura aprovado pela Assembleia provincial de 1831, documentos do IHGP e

leituras que refletem um olhar diferenciado do Período Regencial na Parahyba, tais como a obra de Linda Lewin (1993).

O texto traz um esclarecimento sobre como a política local se articulou com o projeto político da Corte do Rio de Janeiro. Segundo a autora o processo “civilizacional” implementado pela elite política carioca trazia a marca da cultura francesa, pois foi o modelo cultural francês que foi colocado em prática através dos códigos de posturas implementados pelas elites locais em todas as províncias do Império, mas a reflexão se limita a pensar os efeitos na sociedade paraibana do uso daquele código de postura, que normatizava o comportamento social e também estabelecia critérios urbanísticos para a província.

O conceito que ligava as práticas políticas das elites locais com a população e o projeto mais geral da Corte no Rio de Janeiro era o de circularidade cultural (Ginzburg, 1987, p.13) “relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo”, que consiste nas trocas de informações, práticas e mudanças de posturas, comportamentos e hábitos sociais em uma da sociedade entre a cultura das elites e a cultura popular. Essas trocas e trânsito de valores entre as camadas sociais se materializava nas manifestações públicas e na vida cotidiana modeladas pelo código de posturas, que sintetizava em normas o comportamento social e as práticas políticas da então Parahyba no período das regências.

Outra contribuição para nossa dissertação foi o trabalho de André Felipe de Albuquerque Espínola e José Hélio Oliveira de Melo “*A Fina Flor da Paraíba Imperial: As relações entre a Elite Política e Econômica da Província da Paraíba entre 1848 A 1855*”, apresentado no XVII Encontro Estadual da ANPUH-PB, em 2016, expõe as características do Período Regencial em linhas gerais, como sendo um período que se propôs em descentralizar o poder e dar maior autonomia às províncias, através de mecanismos legislativos/judiciais como o Código de Processo Criminal de 1832 e o Ato adicional de 1834, que juntos representavam as vigas estruturais da arquitetura política entre 1831/40. Mas os efeitos da autonomia política, administrativa e econômica nas províncias geraram conflitos de interesses entre as elites locais, que produziram os fundamentos materiais e argumentativos dos conservadores, que reagiram e promoveram o regresso da centralização política a partir de 1840 até o fim do período imperial.

A reação dos agentes políticos pró centralização também utilizou os recursos legislativos e judiciais para alterar e paralisar a descentralização do poder. Então vejamos:

O período regencial, também é conhecido por ser o período da história do Brasil onde ocorreram várias revoltas populares, produzindo um impacto simbólico de claro

ataque à ordem social, um dos princípios mais caros ao Império. Da anarquia que sobreveio da Regência, emergiu a aceitação do fortalecimento da autoridade do poder central como fundamento para manutenção da ordem monárquica, abrindo caminho, sob a liderança Conservadora, para a Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 12 de maio de 1840, a Maioridade, em 1840, e a reforma no Código de Processo Criminal, ocorrida em 1841. (Espindola; Melo, 2016, p. 410).

Resta claro que a estratégia para a manutenção do poder pelos regressistas era o fortalecimento da figura do Imperador, e o uso político e moral de sua pessoa era fundamental para garantir a obediência social em todo território brasileiro. Portanto é nesse contexto que a criação imagética deificada de D. Pedro II e sua família ganha força durante as décadas de 40 e 50 do século XIX, nas falas dos relatórios oficiais e nos jornais, que circulavam na província da Parahyba e certamente em outras províncias, mas o objeto dessa escrita não vasculha as intenções dos presidentes em outras províncias, pois o folego dissertativo se limita na província parahybana.

Pela leitura do artigo, podemos perceber que existia uma circularidade e movimentação dos presidentes entre as províncias, como condição para obtenção de cargos e títulos numa escala superior e o exercício desse cargo (presidente de província) fazia parte dessa progressão dentro da estrutura burocrática do poder imperial.

Portanto, pensar a ação dos presidentes de província a partir de seus discursos, apresentados na abertura da sessão da Assembleia Legislativa na passagem de um para o outro presidente, onde era apresentado o estado de coisas e as soluções para os problemas administrativos e sociais foi o caminho para entender a construção da ideia deificada do Imperador, que circulou na sociedade parahybana.

3.2 - SOCIABILIDADES POLITICAS NA PARAHYBA IMPERIAL.

Quando o Imperador visitou a Parahyba do Norte em 1859, ele tinha 34 anos de idade, logo era um moço com experiência política relativa e precisava àquela altura consolidar sua imagem e construir uma base de apoio político local, pois seu poder e de toda monarquia brasileira dependia da aceitação e obediência moral daqueles que poderiam representá-lo em cada localidade e fortalecer seu poder. A visita a Parahyba fazia parte dessa estratégia política, assim como as outras visitas feitas em outras cidades do império brasileiro.

Na oportunidade da visita, a Imperatriz foi empossada Priora Perpétua e Protetora da Irmandade da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo da capital paraibana:

Enquanto D. Pedro viajou às Vilas de Pilar e Mamanguape, em 26 e 27 de dezembro, a Imperatriz Thereza Christina cumpriu um protocolo comum à época junto à Irmandade da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo da capital parahybana: foi empossada como Priora Perpétua e Protetora daquela agremiação religiosa, cargo honorífico para o qual havia sido nomeada doze anos antes. (Oliveira; Cury, 2013, § 31).

As procissões, solenidades religiosas e missas também eram oportunidades dos membros das irmandades religiosas, confrarias e ordens terceiras demonstrarem e reafirmarem sua posição social. Elas congregavam “os homens bons da cidade” para suprir os diversos ofícios das dioceses, carentes “de um clero com sólida formação doutrinária” (Costa, 2019, p. 43-44).

Alguns párocos, não raramente, representavam os interesses das elites locais ou dos partidos políticos aos quais eram vinculados. A partir da década de 1840, passou a se desenrolar um processo de progressivo afastamento do clero secular da política. O Estado buscava se fortalecer e inibir a influência do clero nas decisões políticas e no comando de possíveis sedições. Algumas leis eleitorais foram modificadas e burocratas civis passaram a assumir funções antes realizadas pelos padres. Além disso, durante o contexto, diversos membros da corrente ultramontana foram nomeados pelo Imperador para assumirem Bispados importantes (São Paulo, Mariana, Olinda), eles defendiam que os religiosos da Igreja Católica deveriam se preocupar mais com assuntos eclesiásticos e espirituais em detrimento da política. Cabe destacar que foi um processo lento que se desenrolou ao longo do Segundo Reinado. Ver: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Afastemos o Padre da Política! A despolitização do clero brasileiro durante o Segundo Império. *Mneme-Revista de Humanidades*, v. 12, n. 29, 2011. (Sousa Júnior, 2020, p. 62).

Como em toda sociedade de corte o privilégio e o prestígio são elementos que favorecem a influência política e social daqueles que o possuem, logo a distribuição de títulos nobiliárquicos (conde, marques, cavaleiro, comendador, barão) era uma estratégia muito eficaz e penso que foi a chave para um reinado tão duradouro. Pois possibilitava a formação de uma base política, econômica e social favorável a política mais geral do império. Pois vejamos o que Oliveira e Cury (2013), apontam sobre essa estratégia política de cooptação de setores da sociedade para garantir executabilidade ao projeto político de centralização do poder monárquico:

Como era de praxe nas visitas imperiais às províncias, antes mesmo de deixar o local visitado, como aconteceu na Bahia e em Pernambuco, ou depois do retorno à Corte, como ocorreu em relação à Paraíba, o gabinete do monarca providenciava a concessão de títulos e comendas em reconhecimento àqueles cidadãos que, de alguma forma, houvessem contribuído e facilitado a estadia e realização dos compromissos públicos de Suas Majestades Imperiais em seus séjours. Tal prática não foi destoante na Parahyba do Norte, portanto. Mas ela pode nos dar uma noção dos indivíduos da elite local que conseguiram reforçar seus poderes simbólicos, políticos e sua influência na rede de relações que compunha a tessitura social da pequena província. Maurílio de Almeida destaca a concessão de dois títulos de Barão: um ao Dr. Flávio Clementino da Silva Freire, Barão de Mamanguape ; e outro ao Coronel José Teixeira de Vasconcelos, Barão de Maraú. Também foram distribuídas, da Ordem da Rosa, seis comendas, enquanto 22 indivíduos receberam o título de oficial e outros 36, o de cavaleiro. Da Ordem de Cristo se distribuiu 4 comendas e 25 indivíduos receberam o título de cavaleiro (ALMEIDA, 1982 : 115-117). Entre estes homens estavam militares, padres, médicos, advogados, funcionários públicos de alta patente e até mesmo proprietários rurais. (Oliveira; Cury, 2013, § 43).

Em 1845, as províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram visitadas por D. Pedro II e a distribuição de títulos foi dentre outros acontecimentos o que cimentava a sociabilidade política por onde o Imperador passava. Assim, o império brasileiro foi se fortalecendo e se manteve até o final do século XIX.

A rede de sociabilidade ou de apoio ao Imperador, no período estudado, nutria-se dessa relação de aproximação daqueles que estavam distantes do poder no Rio de Janeiro e se estabelecia não mais o estranhamento, mas o sentimento de pertencimento ao império, quando da distribuição de titularidades nobiliárquicas. Desta forma o poder imperial era garantido na medida que os simbolismos e o imaginário popular eram alimentados por esse conjunto de eventos: preparativos para a chegada do Imperador, festas, fogos, missas e o Te-Deum para esses momentos oficiais, essa sociabilidade construída a partir da corte com as províncias garantiu o sucesso da monarquia brasileira até sua bancarrota no final dos anos 80 do século XIX.

Durante a sessão imperial da Assembleia Geral em 1859, o Imperador expressou o seu intuito de conhecer as províncias do Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Parahyba (Anais do Senado, 1859, livro 3 - transcrição, p. 259)¹³. Diante de sua pouca idade e com a necessidade da corte em garantir a unidade política e territorial, que na década de 1850 ainda era frágil, as viagens as províncias mais distantes do centro político (Rio de Janeiro) eram

¹³https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1859/1859%20Livro%203.pdf?_gl=1*_ga*NzY2NDgzMjEzLjE3MDMwMjg1MDY.*_ga_CW3ZH25XMK*MTcwMzAyODUwNi4xLjEuMTcwMzAzMDYwNi4wLjAuMA

uma urgente necessidade. Podemos constatar esse fato com o que autores com Mauad e Lobo afirmam sobre o tema:

Para a historiadora Ana Maria Mauad, as visitas feitas pelo Imperador D. Pedro II às fazendas de café reforçavam o laço entre a província e a corte, além de estimular a distribuição de comendas, honrarias, brasões e até mesmo títulos. Essa relação foi importante para manter a imagem do Imperador como um ser soberano, aquele responsável por agraciar os senhores. Segundo a autora, “a viagem dele contribuía para ajudar a classe senhorial a construir sua autoimagem à semelhança da imagem do império”(MAUAD, 1997, p. 184 apud SILVA, 2015, p. 40).

Segundo, Lobo, O II Império, ao menos na melhor fase, foi muito hábil em cooptar a aceitação popular. Aos símbolos de poder característicos da realeza, associavam-se elementos locais; aos rituais imanentes à monarquia, associava-se a participação do monarca nas festas populares, já impregnadas de reis, rainhas e senhores. [...] . A efetividade da Monarquia, a estabilidade que adquiriu no II Reinado, deveu-se em parte à aceitação que as massas tributavam ao regime, mesmo que para tanto o reinterpretassem segundo seus próprios imaginários (suas próprias realidades cotidianas). As festas e comemorações, povoadas de figuras majestáticas, eram o complemento dos ritos oficiais e da figuração cortesã. (Lobo, 2013, p. 166).

D. Pedro II começa seu jogo de xadrez, portanto, no dia 1º de outubro de 1859, dia que se inicia suas visitas as províncias menores do império em construção. A província da Parahyba do Norte, recebeu no mês de agosto de 1859, um ofício da visita do monarca a longínqua Parahyba. O então presidente Ambrósio Leitão da Cunha (Relatório de 1860, p. 01-04), descreve todo o itinerário do monarca desde o dia 24 de dezembro até o dia 30 do mesmo mês, quando de sua partida para a província de Alagoas.

Momento único na história da província e a oportunidade para a elite paraibana barganhar status e garantir para seus membros algum tipo de vantagem política, um cargo na administração da província pelos serviços prestados ou prestígio social através das titulações que aconteciam durante aquelas visitas.

Baseado nas afirmações de Lilia Moritz, quando da definição consciente do uso pelas elites da figura do monarca D. Pedro II e a intenção em transformar o rei em entidade sagrada e religiosa. Encontrei a ancora teórica de alto calado para confirmar que, a elite parahybana

dos oitocentos, na figura de seus presidentes e outros atores (cavaleiros, oficiais, comendadores e todos aqueles que receberam algum tipo de título ou honrarias das ordens nobiliárquicas ou honoríficas do período), também contribuiu dentro de seus limites para transformar o monarca fragilizado moralmente, pelo fato de ser um jovem homem, em uma figura sagrada, pois somente assim ganharia respeito perante aqueles que não podiam respeitá-lo como um Imperador. Então vejamos:

(...)Dessa maneira, se por parte das elites é possível perceber um uso quase instrumental da “figura do rei” — uma intenção muitas vezes abertamente expressa de construção de uma representação de porte nacional, por meio da oficialização e proliferação de rituais, da criação de monumentos e de um “passado” cuja continuidade temporal levaria ao Império —, já na releitura das festas populares o que está presente é a imagem mítica do rei, de um rei sagrado e religioso que nesse sentido não tem data nem lugar. (Schwarcz, 1998, p.32)

Posso afirmar, então com todas as letras, que a estratégia de tornar a figura do monarca e sua família em deidades ficou patente no discurso do então presidente Ambrosio Leitão da Cunha, quando afirma que, “ O lugar que me coube, como presidente da província, na festa imensa, com que aqui forão recebidos SS.MM.II., pura significação do **amor e veneração**, que tributamos ao Augusto Chefe da Nação e a Família Imperial (...)”. (Relatório, 1860, p.01). grifo nosso.

Aquela imagem de um “rei sagrado” da qual Lilia Moritz se refere, ocorre no cotidiano das publicações dos jornais e nas falas dos presidentes da Parahyba, na tentativa de criar um imaginário político/social, que possa elevar a figura do Imperador de um jovem governante para uma instituição sagrada na perspectiva de garantir legitimidade ao seu poder e justificar sua autoridade perante todos.

A estratégia de elevar o poder ou o prestígio dos atores políticos mais influentes de cada região, por onde o Imperador visitava, refletia-se nas titulações recebidas e nos cargos que posteriormente exerceriam na estrutura do poder monárquico ou como presidente de província, ou como deputado provincial ou geral ou como ministro. Exemplos dessa estratégia foi a trajetória do Frederico de Almeida e Albuquerque, que exerceu diversos cargos tais como presidente de província e também foi senador do império. Assim como outros membros da sociedade parahybana foram agraciados com as benesses do poder real.

Os acontecimentos do período apontam para a eficácia da titulação nobiliárquica em terras parahybana, pois em 13 de março de 1860 o proprietário de terra, o senhor Flávio Clementino da Silva Freire foi agraciado com o título de Barão de Mamanguape em função de seu poder na região e por ter prestados valiosos serviços a causa do império e essa titulação estava relacionada diretamente a visita do Imperador em 1859.

Nos jornais da época fica claro a importância de ter uma titulação dada pela monarquia, pois o prestígio social expressava-se ao se adjetivar nos meios de comunicação da época esses títulos, verificar-se na circulação do jornal, O Publicador em 1864, a forma como o presidente da província da Parahyba expressa seu status ao anunciar a promulgação da lei nº 161, que criava um cartório nas vilas de Independência e Bananeiras em 19 novembro de 1864: “ Sinval Odorico de Moura, bacharel formado em sciencias jurídicas e sociaes pela academia de Olinda, **Official da Imperial ordem da Rosa**, e presidente da provincia da Parahyba do Norte”(…).” (O Publicador (PB) – 1864, Edição 00677, p. 1/4). Grifo nosso.

Todas as vezes que o presidente Sinval Odorico sancionava uma lei usava como discurso de autoridade sua formação e o fato de ser oficial da Ordem da Rosa. Esse tipo de estratégia de exercício de poder aparece no jornal O Publicador, 120¹⁴ (cento e vinte) vezes ao longo de 1864 a 1869, condecorando com a honraria da ordem da rosa médicos, estrangeiros, bacharéis, militares enfim, ano após ano, essa prática formou a base social e política que garantiu a vida do regime até 1889.

O prestígio de ter uma titulação honorífica passava também pelo momento da morte, pois a notícia do jornal, A Regeneração em 19 outubro de 1861, fazia referência ao falecimento do Coronel Ismael da Cruz Gouvêa e dentre outras funções exercida pelo finado, consta no jornal sua filiação a Imperial Ordem da Rosa (A Regeneração (PB) - 1861 a 1862. Edição 00044 (1), p. 4/4). Penso que as titulações não eram apenas uma honraria sem função, mas a argamassa que solidificava as relações políticas favoráveis ao segundo reinado em geral e na Parahyba essa estratégia exercia uma influência enorme pelo fato de ser uma pequena província e as relações de poder eram quase caseiras, no sentido de ser algo próximo de todos, pois a quantidade de pessoas que habitavam a sede da província era em torno de nove a dez mil pessoas.

¹⁴ Hemeroteca Digital Brasileira UF:PB: Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Ddrummond_527502844158.DocLstX&Pesq=%22ordem%20da%20rosa%22 acesso em: 22/12/2023.

Logo todos os passos daqueles e daquelas, que participavam de uma forma ou de outra da administração da província repercutia na sociedade, então diante desse quadro de sociabilidade, expor suas qualidades de formação (bacharel em direito, membro de uma ordem honorífica e exercendo um cargo importante) era tudo que almejava os membros da elite política e econômica da sociedade parahybana, como o jornal era a fonte principal de divulgação de informações e fatos do cotidiano da sociedade letrada da época, expressar suas qualidades no jornal era uma forma de exercer poder e exigir obediência da sociedade.

Outra faceta do poder estava na circulação das moedas, que por ser um objeto de necessidade econômica e portanto de uso diário e cotidiano, na orla das moedas que passaram a circular nos anos 1850, no Império, constava a inscrição “PETRUS SECUNDUS DEI GRATIA CONSTITUTIONALIS IMPERATOR ET PERPERTUUS BRASILIÆ DEFENSOR” (“D. Pedro Segundo, por graça de Deus, Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil”), objetivando evidenciar o direito divino de estar no poder por escolha de Deus.

A legitimidade era considerada uma dádiva divina e a soberania era exercida como um direito próprio do Imperador, pois era Deus quem havia concedido esses privilégios a ele, de forma que a própria existência do Imperador era um fator para que Deus desejasse a permanência do império brasileiro. (SILVA, 2015, p. 44).

Ademais, a frase “IN HOC SIGNO VINCES” (“com este sinal vencerás”), comumente associada à cruz, figurava no reverso de algumas moedas, junto com o brasão do Império, numa clara prova do amálgama entre o Estado e a Igreja durante o Império no Brasil. Ainda nesse viés, antes do título primeiro da Constituição de 1824 consta a frase “Em nome da Santíssima Trindade”. A mesma Carta Magna assegurou a liberdade de culto, mas, simultaneamente, a oficialidade da religião católica.

Outro ponto a destacar é que nessa sociedade do “fetiche do prestígio”, a maior parte da população era constituída de escravos e trabalhadores livres. Pobres, incultos e analfabetos, sequer liam o português, que dirá do latim estampado nas moedas. Logo, o status se revestia não apenas da posse de símbolos de poder (como títulos e comendas), mas também pela capacidade de saber ler as fórmulas declaratórias/assecuratórias desse poder.

Ao ser retratado nas moedas, o Imperador se apresenta como um ser superior aos súditos, transmitindo distinção, poder e status. Ao mesmo tempo em que se aproxima dos cidadãos, se

distância dos súditos, por se tratar de um ser único e superior que é identificado como construtor do estado nacional, tarefa não concluída pelo seu pai, Dom Pedro I. A imagem do monarca nas moedas era garantia do seu valor, uma vez que se tratava de uma autoridade legitimamente reconhecida não apenas pelos negociantes, mas por toda a nação.

As moedas se tornaram importante instrumentos de para propagação político-ideológica da Monarquia, mesmo dentre aqueles que não sabiam ler. Todos ao olharem para o busto presente nas moedas poderiam reconhecer o soberano e governante da nação brasileira. SILVA, 2015, p. 47).

Essas moedas surgem um pouco antes do Império enfrentar o Ronco da Abelha, cujo estopim foram os decretos do Censo Geral e do Registro de Nascimento e de Óbitos, esta última que retirava da Igreja a autoridade para realizar tais atos. Diante da celeuma causada, os decretos foram revogados.

Enquanto isso, a barba do Imperador crescia, para transmitir autoridade, houve representação do Imperador com uniforme de oficial da Marinha (era comum os monarcas serem retratados assim e estarem associados ao poder naval). Com a barba crescida, puderam retratá-lo com o peito nu.

Podemos concluir que em uma sociedade onde o exercício do poder necessitava de certos rituais e procedimentos, a sociabilidade entre seus membros, além de ter sido pautada em um discurso de autoridade foi forjada pelo princípio do privilégio, pois ser favorecido em relação a maioria das pessoas era um traço do desenho geral do poder monárquico nacional. Na Parahyba dos oitocentos, isso não foi diferente.

Assim, a distribuição de títulos honoríficos como meio eficaz, somado ao discurso deificante em favor do monarca e a circulação de moedas com a esfinge do Imperador foram instrumentos que cooptaram a base de apoio ao regime monárquico durante o fortalecimento do Estado Imperial no Brasil e nas províncias menores do regime como a pesquisa demonstrou.

CAPÍTULO 4 A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DO IMPERADOR NA PARAHYBA.

Por fim, no capítulo 4, A Construção Imagética do Imperador na Parahyba. A análise das “falas dos presidentes da província da Parahyba entre 1840 a 1860, nos revelou as estratégias e intenções do poder local de imprimir na consciência social a ideia mítica de um “poder sagrado de D. Pedro II” e família, para a legitimação da ordem imperial na Parahyba do Norte.

A concepção de Pierre Bourdieu sobre o uso político do capital simbólico aplicado no recorte estudado, nos ajuda a compreender a intenção política do uso do capital simbólico em torno da representação (imagem construída) de D. Pedro II e sua família, como sendo os bens mais importantes para a manutenção do poder político na sociedade mais geral e no cotidiano da Parahyba do Norte.

Enfim, incluímos na discussão o papel da Religião, e especificamente da Igreja Católica, na manutenção e reprodução da lógica de controle social realizada na Parahyba do Norte durante o recorte estudado, visto que a igreja era uma instituição de Estado durante o império.

A constatação de Lilia Moritz (Schwarcz, 1998, p.79) sobre a atmosfera mística que foi construída ao longo da vida de D. Pedro II, para que sua autoridade como Imperador fosse consolidada é demonstrada no texto seguinte:

(...)Não eram poucas, portanto, as promessas atribuídas a essa personagem que teria sua vida toda coberta por uma aura mística, resultado de uma concepção divina herdada da monarquia medieval europeia, mas, sobretudo, do contexto político e cultural local(...)

Logo, entender o seu envolvimento e sua importância como instituição na construção do mito do poder deificado do Imperador. A Igreja Católica é a chave para a abertura da porta do conhecimento e resposta para a compreensão do objeto ora tratado nesta dissertação e neste capítulo.

4.1 FALAS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA ENTRE 1840 A 1860: A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE DEIDADE DO IMPERADOR D. PEDRO II

O acervo eletrônico do Arquivo Público da Paraíba, digitalizado pela Universidade da Califórnia, coloca à nossa disposição para fundamentar o objeto desse estudo, um conjunto de informações, que evidencia uma intenção de transformar a figura do Imperador D. Pedro II e sua família, em entidades deificadas perante os ouvintes e leitores ou público-alvo dos discursos dos presidentes de província, que passaram pela administração pública da então, Província da Parahyba.

A coleta de dados realizada entre os anos de 1840 até 1860, atravessando a década de 60 também, em que perfaz o recorte da pesquisa nos colocou em um cenário político, que a necessidade de afirmar a importância da figura do Imperador para além do homem de Estado foi uma realidade discursiva, posto que a intenção nas falas e nos documentos oficiais que eram apresentados na Assembleia dos deputados da Província da Parahyba demonstram uma estratégia de transformar a pessoa do Imperador e sua família em uma espécie de capital político no qual o penhor estava concentrado na ideia deificada da coroa no Poder.

Um exemplar dessa tentativa de construção imagética está no discurso feito no Relatório de 1847, onde o representante do poder central na figura do presidente da província, sr. tenente coronel Frederico Carneiro de Campos eleva o monarca a um grau de adoração e vincula a pessoa do Imperador e sua família, à ideia de que a ordem política e social dependesse única e exclusivamente deles.

Servindo-me d'esta occasião para participar-vos a lizongeira noticia do feliz nascimento da Serenissima Prínceza a Senhora D. Izabel eu me congratulo convosco; e o faço com tanto mais subido prazer quanto este acontecimento trouxe hum novo penhor á ventura domestica do Nosso **Adorado** Monarcha, e solidas garantias de ordem para o Paiz e instituições sobre que repousa, (Relatório de 1847, p.03; grifo nosso).

Como podemos perceber na escrita do texto, a intenção em denominar o Imperador de adorado não é mero jogo de palavras, mas o autor da fala quer garantir o respeito ao Imperador, daqueles que o ouvem, para justificar que a ordem e a garantia da manutenção da monarquia repousam no fato de o Imperador ser algo digno de adoração.

O texto abaixo, com grafia original, anuncia o nascimento do príncipe Pedro, que na oratória do presidente provincial Dr. João Antonio de Vasconcellos seria mais um PENHOR

para a sociedade e a economia de todo o império e em particular para a província da Parahyba, pois garantiria a paz social tão buscada nos discursos oficiais:

Ainda cabe-me a honra de, em cumprimento ao preceito da Lei, assistir á instalação desta Assembléa, instrui-la do estado dos negocios publicos da Provincia, e lembrar algumas providencias, que por ventura sirvão para seu melhoramento. Cumprirei pois este dever, como permittirem minhas forças, contando ser supprido por vossas luzes e experiencia. Antes de entrar em materia seja-me permittido annunciar que pelas ultimas noticias officiaes Sua Magestade o Imperador, e toda **Augusta** Familia gozavão de perfeita saude, e que as Provincias ficarão tranquilladas. Annuncio tambem que a Divina Providencia deo-nos mais um penhor de segurança e estababilidade, e por conseguinte de ordem e prosperidade para a nossa Patria na Pessoa do **Augusto** Principe Imperial nascido aos 19 de julho do anno passado, o qual tem o Nome do seu **Augusto** Pai. (Relatório de 1849, p. 03; grifo nosso).¹⁵.

Esse formato de discurso foi mantido não somente como forma de tratamento oficial, mas também como um instrumento ideológico para alcançar o respeito incondicional, tanto dos deputados como da sociedade em geral, pois não se limitava aos documentos oficiais, mas era divulgado nos periódicos que trabalhavam para a publicação e propagação das ideias e políticas do governo. Para exemplificar podemos apresentar uma escrita do periódico (*A Ordem*, Edição 00025, p. 4/4) que contribuía para a divulgação e sedimentação dessa ideia, que estava sendo construída no círculo do poder na Parahyba oitocentista.

O jornal expressa a ideia da natureza “augusta” do monarca em um jogo de palavras onde fica claro a associação das escolhas do monarca e sua relação com a providência divina, pois o texto deixa para os leitores essa associação entre as graças do Céu e a escolha do presidente de província, que o monarca tinha destacado para administrar a Parahyba naquele momento, o sr. Coronel Bezerra, que substituiria o Dr. Vasconcellos.

Quando da morte do filho do Imperador, em janeiro de 1850, as falas reforçam a imagética deificante em relação aos acontecimentos sobre o cotidiano da família imperial. Pois vejamos o relatório apresentado à Assembléa Legislativa provincial da Parahyba do Norte pelo presidente da província, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinária em 2 de agosto de 1850.

¹⁵Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em o 1.o de agosto de 1849., p. 03. Acesso em: 20/02/2023. Disponível em: http://ddsnxt.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4055#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=13&s=0&cv=2&r=0&xywh=-167%2C693%2C1964%2C1385

Antes porém de entrar em materia, cumpre-me participar vos, com profunda magoa, que foi Deos servido chamar a sua Santa Gloria no dia 10 de janeiro proximo findo pelas 4. horas e 20 minutos da manhã o Serenissimo Principe Imperial o Senhor Dom Pedro, conforme a communicação que me foi feita em Aviso do Ministerio do Imperio de 13 do dito mez ; passamento este que pungio de dór a todos os Brasileiros amigos da Monarchia. Apesar do doloroso transe por que passou o Paternal Coração de Sua Magestade o Imperador, e de Sua Augusta Espóza, Sua Magestade a Imperatriz, consta que o Mesmo Augusto Senhor e Imperial Familia nada soffrem em sua precioza saude.(Relatório de 1850, p. 03).

A fala do presidente procura ocultar a natureza humana do acontecimento e assim não revelar a fragilidade, mesmo da “augusta família” e do próprio Imperador, quando afirma que tanto o Imperador quanto sua família nada sofrem em sua “preciosa” saúde. Garantindo, assim, a inabalável força da monarquia e da segurança e ordem que ela traz na sequência do discurso analisado.

Indo mais fundo no relatório de 1850, percebemos na página 29, que a referência à imagética tratada aqui, como objeto de reflexão historiográfica, se faz em situações corriqueiras da vida administrativa, como em aposentar um funcionário, no caso, o senhor Frederico Augusto Neiva. Percebe-se a evocação da pessoa do Imperador como augusta para selar a sorte do funcionário agraciado com a aposentadoria, como também o pagamento dos atrasados.

[...] na Sala desta Assembléa, ou no Palacio do Governo, ou em qualquer Repartição Publica, fiz a encomenda para Pernambuco, donde, espero venha a contento, e por modico preço. Confio llue Vós aproveis esta minha deliberação, filha do amor, e respeito, que consagro á **Augusta Pessoa** de Sua Magestade O Imperador. Em cumprimento á Lei n. 7 de 23 de Março ultimo aposentei o Contador da Administração de Rendas Provinciaes, Frederico Augusto Neiva, e mandei pagar-lhe os respectivos atrasados. (Relatório de 1850, p. 29; grifo nosso).

Quando da análise do relatório do presidente da província, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 2 de agosto de 1851, a força das palavras do então presidente se faz quando condiciona a felicidade dos brasileiros a figura deificada do homem de estado, o Imperador.

Quando o senhor dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque afirma que a família de D. Pedro II e ele mesmo são a garantia (penhor) para a felicidade da sociedade brasileira, isso demonstra a tese de que não basta ter autoridade política para subordinar ao poder a sociedade daquele momento, mas precisava de uma autoridade moral (Uricoechea, 1978, p. 276) e a criação imagética dessa autoridade passava pela ideia de que os membros da família do Imperador e ele mesmo estivessem em um nível augusto ou sagrado para exercer sua autoridade incondicional sobre a sociedade brasileira. Então, podemos apreciar a fala do Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque para constataremos essa linha de raciocínio historiográfica:

Illm. e Exm. Sr. O Corpo Legislativo d'esta Provincia, reunido pela primeira vez depois que aos destinos d'ella preside V. Exc., dezejando dar provas não equivocadas dos sentimentos de inteira adhesão, e confiança, que o animão á respeito da Administração de V. Exc., nos envia, como órgãos fieis de seus sentimentos, á dizer ; que elle ouviu com o maior interesse a exposição franca e sincera com que foi instruido por V. Exc. no dia de sua installação das necessidades vitais da Provincia, o não podendo desconhecer o zelo e actividade. que V. Exc. em tão curto espaço de sua Administração já tem desenvolvido na direcção dos negocios publicos, o corpo Legislativo Provincial, por si, o em nome dos habitantes da Provincia, á que tem a honra de representar, felicita a V. Exc. e hem diz o Nome de S. M. o Imperador, pela acertada escolha de tão Digno Administrador. O Corpo Legislativo Provincial ouviu com a maior satisfação a noticia de que o mesmo **Augusto Senhor**, S. M. a Imperatriz e as Serenissimas Princezas gozão saude, e faz ardentes votos ao Todo Poderoso pela conservação de tão preciosas existencias, que o Corpo Legislativo considera como seguro penhor da felicidade dos Brasileiros. (Relatório de 1851, p. S1-1).

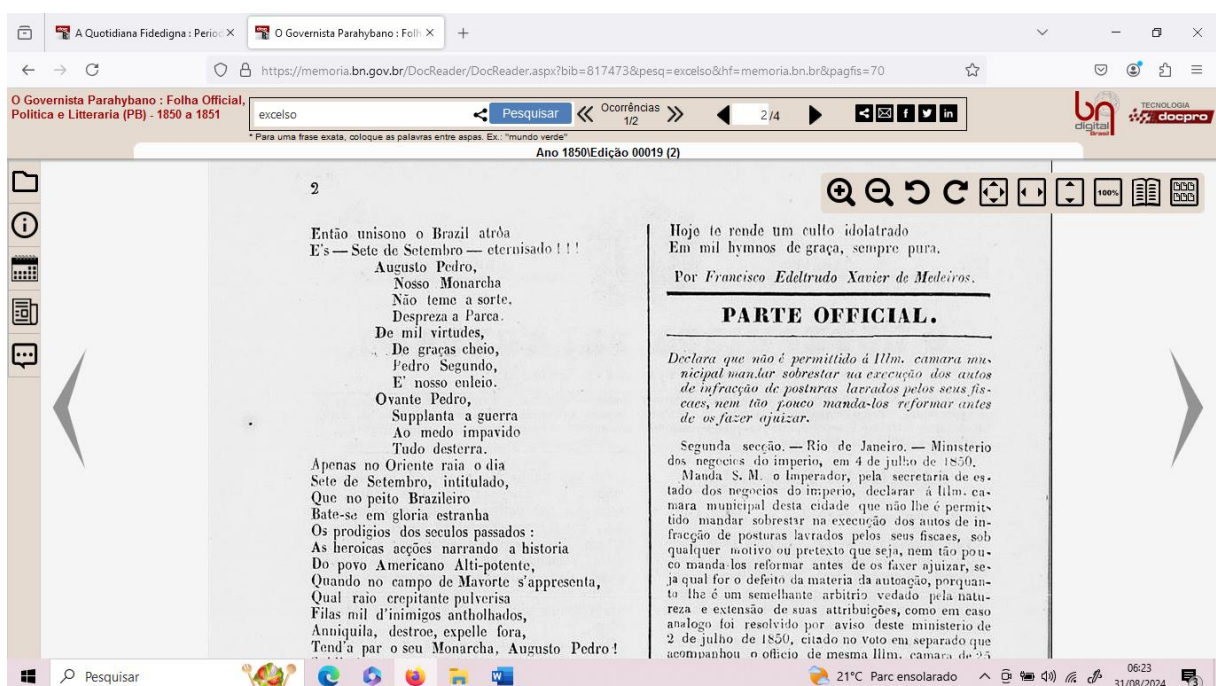
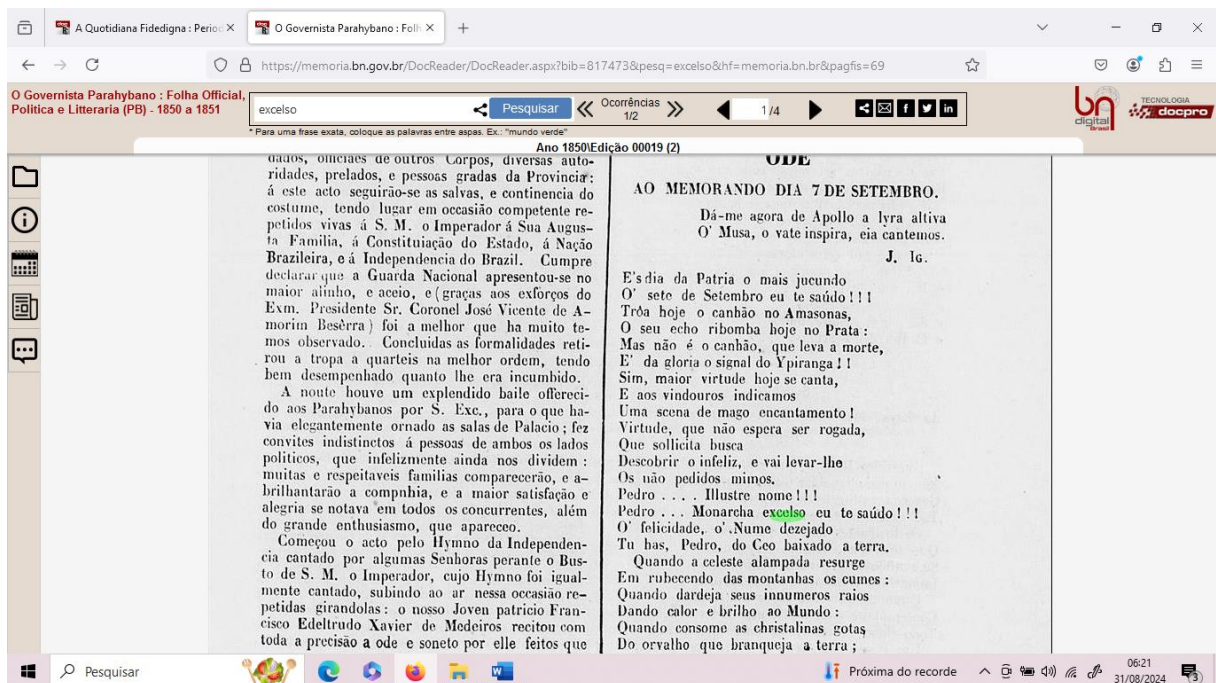
O artigo intitulado “Os compêndios didáticos nos relatórios de província da Paraíba: fontes para a leitura escolar no Império” (Sena,2012; Pacífico Barbosa, 2012), lança luz sobre o cotidiana das salas de aula no período do segundo reinado, e com base na legislação e normativas do período, esclarece e aponta não apenas uma tentativa dos presidentes de província em criar uma imagética social deificada da pessoa do Imperador, mas colocavam em prática, através da instrução pública, mecanismos de associação psicológica entre a figura de Cristo e do Imperador, como sendo entidades no mesmo nível de importância moral, pois vejamos o que afirmam sobre a função da educação no período do segundo reinado na província da Parahyba:

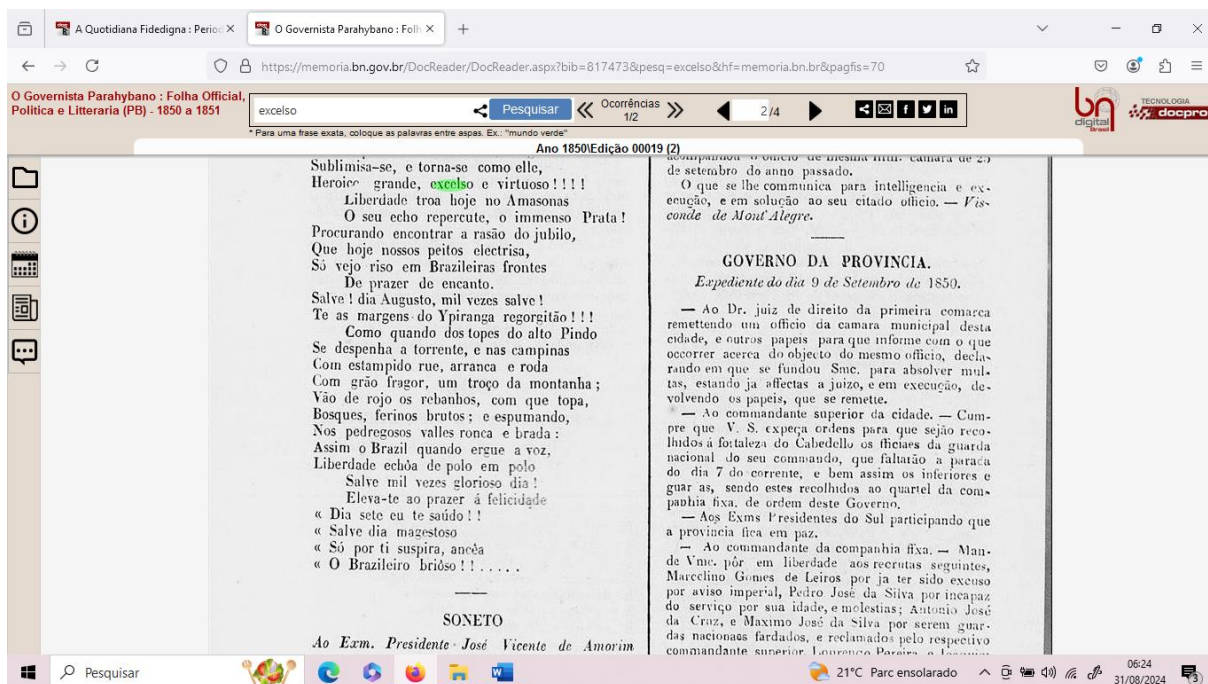
Entretanto, a pesquisa sobre os manuais escolares possibilita a verificação da “circulação de ideias sobre o que a escola deveria transmitir/ensinar e, ao mesmo tempo, saber qual concepção educativa estaria permeando a proposta de formação dos sujeitos escolares” (Corrêa, 2000, p. 13), apontando o que se lia, quem lia, onde lia, quando se lia, como se lia e por que se lia (Darnton,2010). No Art. 2º do regulamento de ensino da Paraíba, de 20 de janeiro de 1849, há no ordenamento do presidente da província para a prática religiosa a exigência de que “em frente dos meninos, na escola, haverá uma Imagem de Cristo, e o retrato de S.M. Imperial” (Paraíba, 2004 [1849], p. 22). O uso destas imagens na sala de aula pode ser compreendido, ao lado da indicação dos compêndios, como um mecanismo a mais de internalização da obediência e respeito a Cristo e ao Imperador, por meio da disciplina e da ordem. (Sena,2012; Pacífico Barbosa, 2012, p. 36-47)

Fica claro a estratégia de internalização da ideia deificada da figura do Imperador, implementada em 1849, pelo poder local através da instrução pública, para gerar na consciência da juventude uma obediência e respeito incondicionais na perspectiva de garantir a tão almejada autoridade moral pretendida pelo conjunto dos presidentes de províncias, como uma nova forma

de legitimidade do poder que surgia após o período regencial, como indica Uricoechea (1978, p.276) em sua obra.

Outra demonstração dessa construção imagética da figura do Imperador ocorre na divulgação pelo jornal O Governista Parahybano dos festejos do 7 de setembro de 1850, onde o Ode em homenagem ao Imperador Pedro II, expõem uma suposta natureza celeste ao chefe do executivo federal.





Fonte: O Governista Parahybano : Folha Oficial, Política e Litteraria (PB) - 1850 a 1851. Edição 00019, p. 1/4.
 Ano 1850. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817473&pesq=excelso&hf=memoria.bn.br&pagfis=69>
 acesso em 24/04/2022.¹⁶

Quando da divulgação no jornal, O governista Parahybano, da Ode em comemoração ao 7 de setembro em 1850, exaltando o Imperador, fica evidente a intenção explícita de que o mandatário do executivo é visto como uma entidade que desce do céu para a terra, isso incrementa a ideia de deidade buscada nessa escrita regional da história da Paraíba durante o período estudado.

O relatório de 1853, na página três, revela uma fala que carrega uma intencionalidade política, que prova a busca de legitimar o poder do Imperador através de um discurso deificante, na medida que, usa de forma reiterada os termos augusto e adorado não só para a caracterização da figura do Imperador, mas também para toda sua família, e que o fato de gozarem de saúde em função de sua condição de augustos, a sociedade também gozaria de paz e tranquilidade. Então vejamos:

Antes porem de entrar na materia é do meu dever dar-vos parte da infausta noticia communicada á esta Presidencia por Aviso de 12 de março do corrente anno, annunciando a prematura morte da Augusta Princeza D. Maria Amelia, irmã do nosso Augusto Monarcha, e filha do segundo matrimonio do Magnanimo Fundador

¹⁶ Obs: Ode é um poema lírico composto de estrofes de versos com medida igual, sempre de tom alegre e entusiástico. Disponível em: <https://www.significados.com.br/ode/#:~:text=Ode%20C3%A9%20uma%20composi%C3%A7%C3%A3o%20po%C3%A9tica,coro%2C%20e%20com%20acompanhamento%20musical>.

do Imperio. Esta noticia foi recebida por esta Presidencia com a maior magoa, e sentimento, como deve acontecer á todos aquelles que mostram adhesão ao Throno do Nosso **Adorado** Monarcha, e um vivo amor, e simpathia á toda a Sua **Augusta** Familia. Sua Magestade O Imperador em testemunho de seu grande sentimento, e magoa por tão infausto acontecimento, tomou luto com a Côrte por seis mezes, sendo trez rigoroso, e trez aliviado. Annunciando-vos porem esse triste passamento cabe-me por outro lado a honra communicar-vos, que Sua Magestade O Imperador, e toda sua Augusta Familia gozão perfeita saude, e que todas as Provincias do Imperio se achão em completa paz, e tranquillidade. (Relatório de 1853, p. 03)

Na escrita do texto resta a ocultação da natureza humana tanto da figura do Imperador quanto de sua família, visto que procura exaltar sempre a característica augusta e adorada do Imperador e sua família, que mesmo a morte não abala o trono e que tudo segue, apesar do “infausto acontecimento”, na serena tranquillidade e paz em todas as províncias do império.

Enfim, nos relatórios de 1852, 1854, 1855, 1856, 1857, 1859, 1860 e 1862 se reproduzem o mesmo discurso deificante sempre reafirmando e elevando o monarca e sua família ao patamar de sagrados, confirmando o objeto e a problemática dessa dissertação.

Em cumprimento da Lei venho hoje á vossa prezença expor as necessidades desta Provincia, os serviços que a Administração ha feito em prol de sua prosperidade, o quaes quer outros factos que dignos sejam de vossa atenção e solicitude. Agradeço ao Céu o favor que inc concede de poder communicar-vos que a precioza saude de S. M. o Imperador e de sua **Augusta** Familia continúa inalteravel; que o Imperio goza actualmente de paz interna e externa; e que finalmente chegou ao seu termo a luta em quo ao Sul do Imperio o nosso brio nacional estava empenhado. O Despota das Republicas do Prata, que tantas ofensas nos fez, foi debellado nos campos de Moron, abandonando vergonhosamente a terra que elle tantas vezes ensopou com o sangue inocente de victimas desgraçadas. Nossas armas cobrirão-se de gloria nesse triumpho obtido pela causa da civilisação e da liberdade contra o despotismo e a barbaria. (Relatório de 1852, p.03)¹⁷

Antes porem de tudo, appresso-me a participar-vos, que graças á Providencia, a saude de SS. MM. II; e das Angustas Princezas, não tem sido alterada. O falecimento porem da Senhora D. Maria Segunda, Irmã do Imperador, e Bainha dos Portuguezes mergulhou em dór immensa a Familia Imperial, mas a der da Familia Imperial, vós o sabeis, é sempre expansiva; commoveo o Brazil inteiro. Todo elle resentio o passamento da virtuoza Rainha, cujo coração, seja-me permitido commernorar, era aberto, como um templo, a todos os raios puros, a todas as exaltações da virtude. (Relatório de 1854, p. 03)¹⁸

Antes de tudo appresso-me a communicar-vos que a Providencia Divina conserva em bom estado a precioza sande do nosso muito amado Monarcha e a da sua augusta

¹⁷Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 3 de maio de 1852., p. 03. Acesso em: 18/02/2023. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms&item_id=4058#?c=4&m=20&s=0&cv=2&r=0&xywh=-161%2C745%2C2113%2C1491

¹⁸Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da sessão ordinaria em 5 de maio de 1854, p.03. Acesso em: 18/02/2023. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms&item_id=4058#?c=0&m=25&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1315%2C-1%2C4404%2C3107

familia, caros penhores das instituições que nos regem ao bonos seguros da ordem e da tranquillidade publica, quo é a vida das Nações. (Relatório de 1855, p. 03)¹⁹

Congratulo-me com vosco pela perfeita saúde de que gosão Sua Magestade o Imperador e Sua Augusta Famina.E' este um facto por que devemos render graças ao Poderoso, que ainda urna vez poupou, no meio das calamidades por que passou quasi todo o Império pela invasão da cholera-morbus, a mais forte senão a unica e verdadeira garantia de nossas Instituições, c da felicidade e prosperidade publicas. (Relatório de 1856, p. 03)²⁰.

Antes de tudo tenho a satisfação de communicar-vos, que a preciosa sande Suas Magestades Imperiaes, e dos Augustos Penhores da perpetuidade da dymnastia Imperante não tem soffrido alteração. Rendamos por este facto graças ao Todo Poderoso, que assim dá uma provatão significativa da Alta Protecção, que lhe apraz conceder ao Brasil. Ao bem estar, e felicidade da Familia Imperial estão intimamente ligados a segurança das sabias instituições, que nos regem, o desenvolvimento, e prosperidade publica, que tanto desejamos. (Relatório de 1857, p. 03)²¹

Tenho a satisfação de commnucar-vos, que até as ultimas datas S. 31. o Imperador e a Augusta Familia Imperial Gozavão perfeita saude. Providencia Divina, que vela sohr.! os destinos do Imperio, devemos (levar constants votos pela conservação e mor (p.a tributamos ás estar d'Aquelles Penhores do a- nossas bellas Sinto prol.º nda ter de communicar-.,os, que foi Deo:: servido lavar da %id.; presente S. 11. El-lei das Duas Sicilias, .lusto irmão de S. 31. a Imperatriz. (Relatório de 1859, p. 03)²².

Devo começar pela menção do importante facto, que a historia desta provincia registrará sem duvida como um dos mais elevados e fecundos em proveitosas coasequencias para sua prosperidade, e futura grandesa a Visita Imperial. Aqui estiverão SS. MM. II. desde as 3 horas da tarde de 24 até as 9 horas da manhaã de 30 de desembro do armo proximo passado. O lugar que me coube, como presidente da provincia, na festa immensa, com que aqui forão recebidos SS. MM. II., pura significação do patriolismo dos Parahybanos, e do profundo amor e veneração, que tributamos ao Augusto Chefe da Nação á Familia Imperial, proporcionou-me os meios de presenciar de perto, e porconsequencia de poder relatar minuciosamente agora á V. Exc. todos os successos festivos d'aquelles seis dias notaveis, em que vi trocadas as fadigas e dissabores da administração por momentos de indisivel prazer, cuja grata recordação conservarei sempre ; mas o fervoroso acolhimento, que aqui tiverão SS. MM. II., as provas de amor e veneração ás Suas Augustas Pessoas, que á cadapasso,

¹⁹ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo vice-presidente da mesma, o dr. Flavio Clementino da Silva Freire, em 2 de outubro de 1855, p.03. Acesso em: 18/02/2023.Disponível em:http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms&item_id=4060#?c=0&m=27&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1393%2C806%2C4512%2C1614

²⁰ Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da provincia, o doutor Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de agosto de 1856., p. 03. Acesso em: 18/02/2023.Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms&item_id=4062#?c=4&m=30&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1330%2C-1%2C4706%2C3320

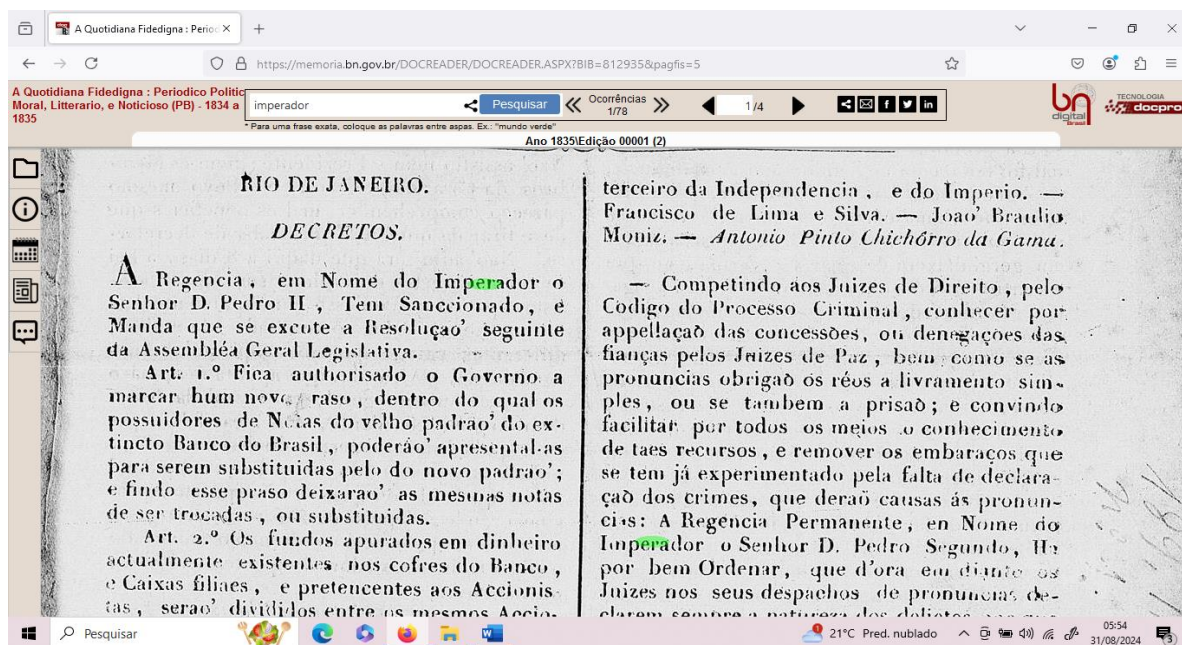
²¹ Relatório recitado na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo vice-presidente da provincia, o dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1 de agosto de 1857, p.03. Acesso em: 19/02/2023. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms&item_id=4063#?c=4&m=31&s=0&cv=2&r=0&xywh=-3516%2C0%2C9110%2C3259.

²²Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da provincia, o dr. Ambrozio Leitão da Cunha, em 2 de agosto de 1859, p.03. Acesso em: 22/02/2023.Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms&item_id=4105#?c=0&m=34&s=0&cv=2&r=0&xywh=-632%2C1367%2C3090%2C1105.

e como que á porfia, procurava e) manifestar, pelo modo mais desinteressado, todas as classes de cidadãos sem distincção alguma. a angelica bondade. (Relatório de 1860, p. 01)²³.

Depois do almoço tornou a sahir S. M. I. e visitou o lycèu, e as escolas deprimeiras letras da capital, recolhendo-se ao Paço, de onde sabiraõ SS. MM. 11. a noute para honrarem com suas Angustas Presenças o baile, que se dignaraõ de aceitar como parte das demonstrações do elevado regosijo, de que fora presa apopulação da Parahyba com a visita Imperial. (Relatório de 1860, p. 03)²⁴

Nos relatórios de 1837 e 1838 não se tem nenhuma referência a família real ou ao Imperador ou qualquer característica que demande expressão de poder político da monarquia brasileira. Somente no relatório de 1839 temos na página onze uma pequena e única referência ao Imperador, mas só isso. Esse fato é compreensivo, pois na década de 30 dos oitocentos estava instalado o governo das Regências, que procurava ocultar ou obliterar a monarquia centralizada como forma de governo, haja visto que as elites buscavam por autonomia política, administrativa e econômica. Vejamos a forma de tratamento dado em 1835, ao Imperador:



Fonte: **A Quotidiana Fidedigna**: Periódico Politico, Moral, Litterario, e Noticioso (PB) – 1834 a 1835. Edição 00001(2), p. ¼. Ano 1835.²⁵

²³Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 15 de junho de 1860 pelo presidente, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, p. 01. Acesso em: 22/02/2023. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4107#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=37&s=0&cv=2&r=0&xywh=6%2C1949%2C2417%2C1705

²⁴Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 15 de junho de 1860 pelo presidente, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, p. 03. Acesso em: 22/02/2023. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4107#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=37&s=0&cv=4&r=0&xywh=-176%2C936%2C2655%2C1872

²⁵ Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=812935&pagfis=5>

O manejo do conceito, Senhor, revela as intenções do momento, o Imperador no texto é apresentado como uma autoridade comum, “o Senhor Imperador”, não se constata nenhuma intenção de exaltação da figura de D. Pedro II. No momento histórico da publicação do periódico em questão, quanto mais esvaziado de autoridade o Imperador estivesse melhor para o projeto político de autonomia administrativa, política e econômica das elites regionais.

Enfim, durante a consolidação do poder monárquico nos anos de 40 e 60 dos oitocentos, o tom do discurso foi de enaltecimento deificante da figura do Imperador.

llasta-me fatiar a V. Esc. n'urna obra provincial, cuja palpitante necessidade foi reconhecida por S. M. o Imperador, e por V. Eu. mona) quando aquelle Augusto Senhor se dignou visitar esta provinda.(Relatório de 1861, p. 34).²⁶

A S. M. o Imperador, forão presentes algumas petições dos indios dos diversos aldeamentos desta Provincia, que amargamente se queixavão do esbulho das terras do patrimonio que primitivamente lhes foi concedido, principalmente por parte das camaras de alguns municipios. O mesmo Augusto Senhor, considerando, em vista das informações que acompanharão ditas petições, que aquelles indios se achão nas circumstancias de entrarem no gozo dos direitos, que competem a todos os Brasileiros Houve por bem autorisar-me, por aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, de 8 de Fevereiro do corrente anno, á extinguir os referidos aldeamentos concedendo-me autorisação para distribuir a cada familia no ponto onde já possuia casa e lavoura, bem como aos solteiros maiores de 21 annos, que tenha° economia separada, terreno suficiente que não abranja mais de 62,500 braças quadradas e seja em geral de 22,500, que ficarão sendo propriedade desses individuos depois de cinco annos de eirectiva residencia e cultura ; cessando, depois de feita esta distribuição de terreno, toda a jurisdicção do Director Geral e dos Directores parciaes sobre o terroito e habitantes das Aldeias. (Relatório de 1862, p. 34)²⁷

Como podemos verificar, todos os discursos acima pesquisados, ao longo de um período considerado de tempo, têm em comum o fato de colocarem o Imperador na condição de sagrado ou augusto. Isso confirma a intenção política dos dirigentes da província entre os anos de 1840 e 60 em transformar o Imperador “jovem” em uma autoridade sagrada, pois seria a via mais acertada diante de uma conjuntura política altamente patriarcal e desfavorável ao governo de um Imperador “moço homem”.

²⁶ Relatório com que o ill.mo e ex.mo snr. barão de Mamanguape recebeu do ill.mo e ex.mo snr. dr. Luiz Antonio de Silva Nunes, a administração da provincia da Parahyba do Norte a 17 de março de 1861, p. 34 Disponível em:http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4068#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=39&s=0&cv=33&r=0&xywh=-388%2C42%2C2567%2C1808

²⁷ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente, dr. Francisco d'Araujo Lima, p. 34 Disponível em:http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4069#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=41&s=0&cv=33&r=0&xywh=-97%2C1335%2C1857%2C1310

Em uma sociedade que era totalmente dependente do fato religioso, a igreja como instituição de Estado, exercia total influência social e controle político da sociedade parahybana, isso possibilitou que um discurso político deificante sobre a figura do Imperador fosse um elemento importante para garantir legitimidade e justificava a obediência daqueles que não poderiam aceitar se submeter ao poder de um jovem Imperador.

A própria Constituição do Imperio, no seu Artigo 99, impõem a todos o dever de adorar o Imperador, pois o texto é claro em sua intenção em estabelecer uma relação de adoração da sociedade para com seu governante principal, pois vejamos o texto de lei: "Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolável, e **Sagrada**: Elle não está sujeito a responsabilidade alguma."²⁸ Grifo nosso.

Posso afirmar que o caráter sagrado do Imperador é letra de lei. Portanto além de uma obrigação legal dos súditos, essa ideia foi cotidianamente sendo construída no chão da história da província da Parahyba, sem sombra de dúvidas. Logo as falas dos presidentes além de seguir uma orientação constitucional, promovia perante a sociedade um sentimento de respeito moral à figura do Imperador e com isso ajudou a consolidar a monarquia brasileira durante toda a segunda metade do século XIX e garantiu um instrumento de dominação sobre os subalternizados em geral.

A constatação da consolidação do imaginário do poder deificado, durante o período posterior aos anos 1860 é evidenciado com uma outra forma de se apresentar na sociedade, agora como Imperador cidadão, despido de sua “sacralidade”, com vestuário comum, Pedro de Alcantara, não necessitava da armadura imagética inicial, visto que a autoridade moral já estava consolidada no imaginário popular e nos espaços de poder da sociedade estudada. Então vejamos que:

Depois de viagens à Europa após o período de consolidação do Estado Imperial (1840-75), do contato com a civilização, o Imperador procurou deslocar sua imagem pública, reduzindo ao máximo, ou até extinguindo, diversos rituais caros à realeza. Deixava de representar o soberano divino, aparatado de símbolos dialogando com diversas culturas, para assumir o aspecto de monarca cidadão, que, se tinha algo de simpático e atual no contexto europeu, pouca simpatia encontrava no brasileiro. (Lobo, 2013, p. 166-167).

²⁸Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm#:~:text=Art.%2099.%20A%20Pessoa%20do%20Imperador%20%C3%A9%20inviolavel%2C%20e%20Sagrada%3A%20Elle%20n%C3%A3o%20est%C3%A1%20sujeito%20a%20responsabilidade%20alguma.

Essa mudança de comportamento do Monarca, em relação ao apresentar-se em público nas décadas posteriores a 1860, dessacralizado, revelou que a sociedade o reconhecia como Augusto, Excelso ou enviado por Deus para solucionar questões de todo tipo, que o fato de usar roupas comuns não dessacralizava o Imperador, visto que o povo não achava simpático tais vestis.

4.2 A RELAÇÃO DO PODER IMPERIAL COM A IGREJA NA PARAHYBA DO NORTE: TE-DEUM: UM RITO, UM MITO

Esses reis dialogavam não só entre si mas também com os santos. Com efeito, no Brasil religião e realeza estão ligadas de forma muito peculiar. Aqui não se atribuem ao rei poderes mágicos ou transcendentais, como no caso clássico francês dos reis taumaturgos estudados por Bloch, porém de toda maneira o ritual local aprimora o “fraco” cerimonial dos Bragança. No Brasil, os Imperadores passam a ser ungidos e sagrados, numa tentativa de dar sacralidade a uma tradição cuja inspiração era antiga, mas a realização datada. (Schwarcz , 1998, p. 25)

Quando se pensa o poder, pensa-se uma relação simbólica em sua íntima constituição, pois toda relação de poder é sempre e não importa o tempo e nem o espaço onde ela acontece é imagética. Nesse sentido, a relação do poder do Estado português com o poder da Igreja Católica foi responsável pela edificação de todas as relações políticas, econômicas e sociais/culturais na Parahyba do Norte durante toda a colonização e pela posteridade:

“(...)ao tomar parte no ritual barroco, os paraibanos dos séculos XVII e XVIII estavam também, inadvertidamente, se inserindo num conjunto de sinais e representações que somente reforçavam a dominação simbólica exercida pela Coroa portuguesa. Segundo Pierre Bourdieu: “A eficácia do discurso performativo que pretende fazer acontecer o que enuncia no próprio ato de enunciá-lo é proporcional à autoridade daquele que o enuncia (...)” (1996: 111). Por fim, acredito que ao incrustar em suas paredes as insígnias do poder temporal lusitano, a Igreja católica, na Paraíba, instituía um tipo de discurso performativo, no sentido de que ao enunciar a presença da Coroa portuguesa nas terras paraibanas estava, também, reforçando essa presença e seu poder simbólico.”²⁹

Começo o último tópico desta dissertação pensando a influência da arquitetura das construções da Igreja Católica e sua influência no imaginário coletivo da sociedade paraibana do século XIX, pois a reflexão realizada por Oliveira, lança luz para a confirmação de minha

²⁹ Oliveira, Carla Mary S. Arte, Religião e Conquista: os sistemas simbólicos do poder e o Barroco na Paraíba. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 05. N. 12, out./nov. de 2004, p. 126. – Semestral ISSN -1518-3394 Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme. Acesso em: 23/12/2023.

inquietação historiográfica, devido ao fato da arquitetura construída na cidade sede do poder monárquico na Parahyba do Norte, durante os séculos XVII e XVIII, ter como fundo político a dominação territorial, econômica e social daqueles que estavam submetidos ao poder tanto da igreja, quanto do governo português.

No século XIX, essa arquitetura já estava totalmente consolidada e profundamente introjetada no imaginário social dos habitantes da pequena cidade da Parahyba com seus quase dez mil habitantes. Na trajetória explicativa da autora, a arte barroca tinha ou exercia a função política de submeter a população a subjugação religiosa e política na perspectiva de uma total obediência à ordem política e social estabelecida.

É dentro desse contexto, que o discurso deificante da figura do Imperador D. Pedro II realizado pelos presidentes e divulgados nos jornais em circulação e de forma pedagógica, também nas escolas através de iconografias comparando Cristo com D. Pedro II, que o objeto de minha dissertação se confirma e as questões colocadas ao longo dessa análise são respondidas de forma razoável.

No relatório oficial de 1844, o presidente da província Agostinho da Silva Nunes (relatório provincial, 1844, p. 09) revelou que na província existia vinte e duas matrizes que estavam quase todas precisando de reparos e consertos. A situação das paróquias espalhadas pela província estava em franca decadência segundo o relatório de 1843, anunciado pelo presidente José Ricardo Gomes Jardim (relatório provincial, 1843, p.15).

O presidente tenente coronel Frederico Carneiro de Campos em 1845, pede uma avaliação por parte dos párocos das reais necessidades de reparos e consertos das igrejas, pois entende que a religião é elemento fundamental para garantia da ordem moral da sociedade (relatório provincial, 1845, p. 15-16). No ano de 1847, o então presidente Frederico Carneiro de Campos, através de lei própria, libera recursos para a recuperação de algumas igrejas (relatório provincial, 1847, p.13). O relatório de 1848 prossegue a distribuição de recursos para os reparos necessários as igrejas da província parahybana (relatório provincial, 1848, p.04-05).

Podemos perceber uma preocupação da administração provincial durante o avançar da década de quarenta, na melhoria das instalações das igrejas, prova disso vemos no relatório de 1849, tendo o bacharel em direito João Antonio Vasconcellos, como presidente da província, usando a força de leis, que autorizavam o repasse de verbas para a revitalização de matrizes,

paróquias e o pagamento de cômguas aos párocos, bispos e arcebispos (relatório provincial, 1849, p.16) procurando solucionar os problemas de pessoal e de instalações das igrejas do período. O presidente afirmava que todas as freguesias estavam com seus devidos párocos e portanto, toda a estrutura da igreja católica na província da parahyba estava se estabilizando do ponto de vista arquitetônico e de pessoal.

Devido aos poucos recursos para as reparações e consertos das matrizes e paróquias das vilas e freguesias antes de 1840, a província da Parahyba do ponto de vista de sua fé ou seu espírito religioso, segundo as afirmações do presidente da província Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, se tornou fria (relatório provincial, 1851, p.10-11).

Daí o esforço de revitalizar a fé do povo e restaurar o poder político na perspectiva que estava sendo intencionada, ao longo das décadas de 40 e 50 dos oitocentos, ou seja, tornar o poder imperial, deificado, para que a obediência social fosse uma realidade, pois pelo relato do presidente infere-se que os crimes que estavam acontecendo na província estavam ligado diretamente a decadência moral da sociedade, em função dessa constatação feita pelo presidente Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque apesar do pouco tempo na província, ele afirma que a o espírito religioso estava frio naquelas terras.

O presidente Flavio Clementino da Silva Freire em 1855 fez uma análise das condições das igrejas e das ações dos párocos em toda a província e criticava a forma como estavam distribuídas as 25 matrizes e suas respectivas vilas e freguesias, pois a geografia das igrejas não contribuía para uma melhor administração do culto religioso e de tudo que ele representava na organização da sociedade (relatório provincial, 1855, p.15-17). A reflexão que, o presidente Manuel Clementino Carneiro da Cunha em 1857, fez sobre a dimensão política da instituição da igreja na vida da administração pública e na vida das pessoas em geral foi reveladora da imbricação profunda entre o papel da igreja e sua inteira dependência ao poder do Estado. Segundo o presidente:

“ O zelo, proteção, e favor, que se deve à religião Catholica Apostólica Romana, além do cumprimento de um dever, de consciência, é também a execução d’uma obrigação política, que muito nos deve importar. Esta Religião é entre nós uma instituição política, é a religião legal, é do Estado. Cumpre pois que seja ensinada, e mantida por todos os meios, que estiverem ao alcance da autoridade”. (relatório provincial, 1857, p.16-17).

Penso que em uma província como a da Parahyba do Norte, entre o período estudado e exposto nesta dissertação, as condições reveladas pela análise dos documentos oficiais, das

condições objetivas da estrutura religiosa, eram precárias e necessitavam inteiramente da intervenção do Estado para sua manutenção.

O relatório de 1858 revela que todas as paróquias das matrizes precisavam de algum tipo de consertos, já o relatório de 1859 expõem a estrutura da igreja na Parahyba do Norte, contando com 29 Freguesias, sendo 21 paróquias em cada freguesia, 34 igrejas, sendo 8 na capital, 76 capelas, sendo 55 públicas e 21 particulares, 3 oratórios e 4 conventos, sendo 3 na capital e 1 na freguesia de Livramento. (relatório provincial, 1859, p.12-13), isso demonstra que a instituição religiosa fazia parte do orçamento anual permanentemente, mesmo que o orçamento não desse conta de todas as despesas para esse fim, sempre destinava recursos para essa finalidade (relatório provincial, 1858, p.27-29).

O que chamou a atenção na fala do presidente Henrique de Beaurepaire Rohan foi o fato de ter, consciência da importância que a igreja exerce no imaginário social da época, quando afirma que, “O esplendor dos templos, a riqueza dos ornamentos e vestes sacerdotais, a pompa das cerimônias religiosas **tem grande acção sobre os sentidos e imaginação**, e por isso também sobre a fé e devoção com que os fiéis professam as doutrinas do Evangelho” (relatório provincial, 1859, p.12) grifo nosso.

Essa afirmação revela o grau de esclarecimento e consciência do presidente Henrique B. Rohan em relação a importância do poder do imaginário sobre a população, como instrumento político de domínio e subordinação social, foi elemento fundamental para influenciar o pensamento, a ação e as opiniões da sociedade em geral.

Diante de uma igreja fragilizada e dependente dos favores do Estado, a influência dos presidentes, por força de lei, sobre os cultos e sobre os membros da igreja favorecia suas intenções e sua agenda política em benefício dos interesses do império. Em um terreno fértil para a propagação política em tornar o Imperador uma figura deificada, se explica em parte, pela necessidade de garantir o controle moral da sociedade, pois a igreja não estava dando conta de sua maior tarefa, que era garantir a submissão moral da sociedade, evidenciada pela falta de recursos, pela precariedade de suas instalações espalhadas pela província e sobretudo pela dependência da política do Estado.

Todos os relatórios analisados apontam para um quadro de abandono pelo Estado das igrejas e por conta disso a população estava ficando “sem o alimento religioso necessário para

sua civilidade”, daí o aumento dos crimes, segundo a visão dos presidentes que passaram pela província da Parahyba entre as décadas 40, 50 e 60 do século XIX.

Chegamos à conclusão de que era uma necessidade política transformar o Imperador numa figura deificada (mito) para fortalecer o poder imperial por meios não só dos discursos e divulgação periódica dessa ideia, mas também na política pública de recuperação das unidades religiosas espalhadas pela província da Parahyba.

Na província da Parahyba, isso ficou evidente nas falas dos presidentes e na divulgação dessa ideia nos periódicos da época, mesmo que isso não tenha se transformado em culto público na prática histórica do período imperial de nossa história, ou seja, não houve uma efetiva veneração ao Imperador pela sociedade em geral, não encontrei evidências disso, mas de fato ocorreu um movimento no sentido da real efetivação de fortalecer um imaginário político/religioso no período estudado com o objetivo de recuperação da fé do povo através da restauração e consertos das igrejas e na maior capacitação dos seus membros (padres, bispos e arcebispos) no sentido de relacionar o bem estar social (paz, ordem e prosperidade) através da relação entre igreja e Estado.

Podemos concluir de forma parcial, mas com segurança de fonte e com amparo bibliográfico, que a relação entre Estado e Igreja nos oitocentos na Parahyba do Norte foi um consócio, onde em grande medida colocou-se em prática, mesmo que fragilmente, a estratégia política de deificação do Imperador, que ajudou no controle da sociedade na perspectiva de garantir a autoridade fragilizada do jovem monarca e sem barbas (Schwarcz, 1998, p.165), que ao longo das décadas de 40, 50 e 60 junto com a prática de cooptação política, através da distribuição de títulos nobiliárquicos e honrarias, do uso de discursos e divulgação jornalística sobre uma pretensa natureza deificada da figura de D. Pedro II e nas escolas do ano de 1849 em diante através do uso de imagens (fotos), com o objetivo de associar na mente dos alunos a igualdade entre Cristo e o Imperador, que se garantiu a consolidação do império na pequena Parahyba transformando-a em “laboratório social”, pois está evidenciado nas falas e relatórios, assim como nos jornais essas práticas e intenções de deificação do poder do Imperador na terra paraibana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisando os documentos digitais do Center For Research Libraries, relativos ao arquivo público da província da Parahyba do Norte, observei que durante as décadas de 40, 50 e 60 oitocentista, os termos de tratamento com conotação divina (augusto, excelso, anjo, veneração, adoração) ligados à figura do Imperador e sua família foram usados de forma costumeira, com o objetivo de produzir na consciência social da sociedade parahybana a crença da Nação³⁰, e consistia na divulgação das ideias de manutenção da ordem pública e do respeito à autoridade, pois condição de existência da política do regresso e do progresso da paz, crença aquela colocada em prática por uma política de governo paternal e civilizadora.

A análise dos dados relativos às mensagens dos presidentes da província da Parahyba, durante o período imperial delimitado revelou as concepções construídas sobre a deidade e deificação da figura do Imperador D. Pedro II e mostrou também, como através da confecção de conceitos ligados a ideia de poder divinizado foi possível à construção ou a *tentativa de efetivação* de um determinado Imaginário do poder imperial e a consequente dominação imagética da sociedade da época.

Assim sendo, a dissertação almejou uma pequena lauda na historiografia local, sobre aspectos específicos do período imperial, que lançou luz sobre um possível entendimento das formas de dominação social praticadas conscientemente na Parahyba oitocentista, por aqueles que travavam a luta pelo controle dos bens simbólicos da sociedade em questão.

Portanto, esse estudo objetivou a compreensão de como se processou a construção do imaginário social, no dizer-fazer dos dirigentes políticos na Parahyba, em torno da ideia de deidade do Imperador e sua família, para legitimar e consolidar o projeto político do império brasileiro no chão da história paraibana.

Implementar um discurso enfatizando características deificantes tais como “Adorado Imperador”, “Excelso Imperador” ou “Augusto Imperador” tinha como intenção valorizar a noção de autoridade estatal que estava faltando na pessoa real do Imperador. As fontes levantadas apontam para essa estratégia, pois através dos anos de 1840 a 1860, justamente no período de formação e consolidação do Estado Imperial, é que surge esse discurso deificante

³⁰ “Reina na provincia profunda paz, nem devemos suppor, que possa ser ella alterada, desde que na crença da nação fora acolhida como um dogma a necessidade imprescindivel da manutenção da ordem publica, e do respeito á autoridade, como condicção da nossa existencia politica, e do progresso do pais: sendo certo que a politica paternal e civilisadoura, adoptada pelo governo Imperial, e lealmente executada por seus delegados nas provindas [...]” (*Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 15 de junho de 1860 pelo presidente, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes.* p. 04. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=37&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1274%2C-1%2C4835%2C3411>. Acesso em: 15 maio 2022. Grifos nossos.)

não só na Parahyba, mas em outras províncias menores, pois é nelas que se congregava as forças locais que exerciam pressão junto ao poder central e eram elas que precisavam ser neutralizadas e cooptadas para o lado do jovem Imperador.

Através da análise dessa documentação ficou demonstrado o objeto e a problemática dessa escrita regional da História.

Com isso percebeu-se através do conceito de imaginário social na perspectiva Backzoniana, como foi construída a ideia de império com os velhos costumes monarquistas, mas ocultando sua intenção na perspectiva da violência simbólica em Bourdieu, qual seja, garantir uma política de privilégios em nome do Imperador com um dizer-fazer, dito, para todos.

Podemos afirmar então, que o poder no interior das sociedades só se estabelece no momento em que é coletivamente reconhecido; esse reconhecimento, sem dúvida, passa pelo campo do imaginário social, ou ainda, pela construção de um conjunto de representações sociais, que estabelece esse poder como legítimo, mas ocultando sua verdadeira intenção, ou seja, a dominação social e política do conjunto da sociedade.

Portanto, as orientações teóricas, as fontes primárias e a bibliografia escolhidas conduziram ao entendimento de como foi produzida a imagética do poder imperial na capital da província da Parahyba do Norte, com a exaltação dos privilégios de classe típicos de sociedades monarquistas e tendo a figura do Imperador D. Pedro II, como uma “deidade”, que sustentava a unidade política do território brasileiro e, no específico, a boa condução da “paz social” na Província da Parahyba do Norte e o fundamental papel da igreja nesse processo de construção de mitos e ritos ligados a temática aqui trabalhada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maurilio Augusto de. **Presença de d. Pedro II na Paraíba**. Mousinho Artefato de papel, Recife, 1975. p. 43.

ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1983. p. 71-73.

BACZKO, Bronislaw. “**A imaginação social**” In: Leach, Edmund et Alii-Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Disponível em: <https://docplayer.com.br/21101171-Baczko-bronislaw-a-imaginacao-social-in-leach-edmund-et-alii-anthropos-homem-lisboa-imprensa-nacional-casa-da-moeda-1985.html> acesso em 27/05/2022.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Sergio Miceli (introdução, organização e seleção). 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 52-53.

BRAGA, Pedro Henrique Maia. **O Clima do Amazonas: Uma Interpretação dos Discursos de Administradores Provinciais (1850-1890)** / Pedro Henrique Maia Braga. - João Pessoa, 2015. 128 f.: il. -Orientadora: Profª. Drª. Telma Cristina Delgado Dias Fernandes. Dissertação (Mestrado) - UFPB/ CCHLA. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8096?&locale=pt_BR&libras=Sim

CARLA Mary S. Oliveira - Cláudia Engler Cury - « **A Província em festa: celebrações e poderes simbólicos na visita de sua Majestade Imperial à Parahyba do Norte – 1859**», in *Numéro4* .(c)Artelogie,nº4,Janvier2013.URL: <http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article167>.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CAVALCANTI, A. A.; Cavalcanti, A. P.O que é imaginário? Olhar biopsicossocial da obra transdisciplinar de Gilbert Durand. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

CAVALCANTI, Carlos André Macêdo. **A Teoria Do Imaginário na Pesquisa de Símbolos e Iconografias da Inquisição: Apoio Multidisciplinar no Ofício do Historiador das Religiões**. Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais – Salvador, agosto 2011.ULR:<http://www3.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/wp-content/uploads/2012/01/Carlos-Andr%C3%A9-Cavalcanti.pdf>,p,10.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: _____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **O Nordeste na historiografia sobre a política no Segundo Reinado**. XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH – conhecimento histórico e diálogo social – Natal-RN 22 e 26 de junho/2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364065619_ARQUIVO_ONordestenahistoriografiasobreapoliticanosSegundoReinado-Copia.pdf / acesso em: 14/04/2022.

COSTA, Ana Cristina Bezerra. **O império e o imperador através da viagem de Dom Pedro II à província de Pernambuco em 1859**. 2020. Dissertação (Mestrado). Pró-reitoria de Pesquisa e Graduação, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2020.

COSTA, Suenya do Nascimento. **As ideias Educacionais e Políticas de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha na Província da Parahyba do Norte (1874-1876)** / Suenya do Nascimento Costas – João Pessoa-PB, 2017. 124f. Orientador Jean Carlo de Carvalho Costa. Dissertação (Mestrado). UFPB-PPGE. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9861/2/Arquivototal.pdf> / acesso em: 14/04/2022.

DINIZ, Leandro Neves. **Vida Econômica na Paraíba Imperial (1850-1880): as famílias livres e pobres e a produção agropecuária**. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 38, Jan-Jun, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/240499/36240> / acesso em: 14/04/2022.

DURAND, Gilbert. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário: introdução à arquetipologia geral**/Gilbert Durand: tradução Hélder Godinho. 4.ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ESPÍNOLA, André Felipe de Albuquerque e MELO, José Hélio Oliveira de - **A Fina Flor da Paraíba Imperial: As relações entre a elite política e econômica da Província da Paraíba entre 1848 A 1855**. XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB - e-ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo. Ed. Cia das Letras, 1987.

IHGP. **Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos de Brasil**. João Pessoa. Secretaria de Educação e Cultura do Estado. 414p: Disponível em: <http://ihgp.net/pb500e.htm> / acesso em: 15/05/2019.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEANDRO, Wesley Abrantes. **A Atuação dos Deputados da Paraíba na Constituinte do Império - 1823** / Wesley Abrantes Leandro. - João Pessoa, 2019. 137 f. Orientação: Orientadora: Profa. Dra. Serioja R. C. Mariano. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

LOBO, Judá Leão. **Representações republicanas, sentidos monárquicos e permanências na transição**. Revista Direito e Práxis, v. 4, n. 6, p. 164-188, 2013.

NOGUEIRA, Octaciano. **1824/Octaciano Nogueira**. – 3.ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 105p. – (Coleção Constituições Brasileiras; v.1). Endereço Eletrônico: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/137569>.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)** / Thayná Cavalcanti Peixoto. - João Pessoa, 2017. 158 f. : il. - Orientadora: Cláudia Engler Cury. Dissertação (Mestrado) - UFPB/ CCHLA, p, 22-23.

PROST, Antoine. **Doze Lições Sobre a História**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. [Capítulo XII, A história se escreve, p. 235-252; e a Conclusão, p. 253 –272].

SANTOS, Jerlyane Dayse Monteiro dos. **Da província à corte: deputados paraibanos e a formação do estado nacional (1831-1840)** / Jerlyane Dayse Monteiro dos Santos.- João Pessoa, 2014. 152f. Orientadora: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

SCHWARCZ, Lilia. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: companhia das Letras, 1998. Disponível em: <file:///C:/Users/Jpaulo/Downloads/As%20Barbas%20do%20Imperador%20-%20Lilia%20Mortiz%20Schwarcz.pdf> . acesso em: 20/09/2022.

SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços da autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875)** / Myraí Araújo Segal.- João Pessoa, 2017.225 f. : il.- Orientadora: Profa. Dra. Serioja R. C. Mariano. Dissertação (Mestrado) -UFPB/CCHLA.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Igor Oliveira. **A Outa Face da Moeda: A construção da imagem de Dom Pedro II nas moedas do Império**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SOUSA, Deise Silva. **Cidade da Parahyba, Cultura e Cotidiano nas Teias Mercantis do Império / Deise Silva Sousa**. – João Pessoa, 2019.147 f.: il. Orientação: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano. Coorientação: Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA/PPGH.

SOUSA JÚNIOR, Laércio de Araújo. **Os mortos, a morte e o morrer em tempos de epidemia: O caso da Província da Parahyba do Norte (1850-1860)**. 2020. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História). Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RELATÓRIOS DO ARQUIVO PÚBLICO DA PARAÍBA (1844-1863) UTILIZADOS

Relatório que á Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte apresentou na sessão ordinaria de 1844 o excellentissimo presidente da mesma provincia, Agostinho da Silva Neves. Disponível em:http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=excelsa%20D%20pedro&item_id=4050#?h=excelsa%20D%20pedro&c=4&m=7&s=0&cv=30&r=0&xywh=-218%2C700%2C1986%2C1401. p. S1-1. Acesso em: 18/02/2023.

Relatório que á Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte apresentou na sessão ordinária de 1844 o excellentissimo presidente da mesma provincia, Agostinho da Silva Neves. Disponível em:<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=7&s=0&cv=2&r=0&xywh=-147%2C689%2C1956%2C1380>. Acesso em 17/05/2022.

Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o tenente coronel Frederico Carneiro de Campos, em maio de 1847., p. 03. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms&item_id=4053#?c=4&m=10&s=0&cv=2&r=0&xywh=-471%2C705%2C2524%2C1359. Acesso em 21/02/2023.

Relatório de 1849, p. 03. Acesso em: 08/01/2023. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4055#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=13&s=0&cv=2&r=0&xywh=-167%2C693%2C1964%2C1385

Relatório de 1850, p. 29. Acesso em: 10/01/2023. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4056#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=14&s=0&cv=28&r=0&xywh=-147%2C76%2C2007%2C1416

Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinaria em 2 de agosto de 1850. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=14&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1128%2C-554%2C3982%2C2803>. p 3. Acesso em: 17 maio 2022.

Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinária em 2 de agosto de 1850. Disponível em:http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4056#?h=august o%20Imperador&c=4&m=14&s=0&cv=28&r=0&xywh=-147%2C76%2C2007%2C1416. Acesso em: 18/02/2023.

Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 2 de agosto de 1851. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4057#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=18&s=0&cv=20&r=0&xywh=-78%2C597%2C2158%2C1522. p. S1-1. Acesso em: 18/02/2023.

Exposição feita pelo dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque na qualidade de presidente da provincia da Parabyba [sic] do Norte no acto de passar a administração da provincia ao segundo

vice-presidente, o excellentissimo senhor doutor Flavio Clementino da Silva Freire, em 29 de abril de 1853. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4098#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=22&s=0&cv=2&r=0&xywh=-580%2C1215%2C3010%2C1191. p. 03. Acesso em: 18/02/2023

Relatório de 1853. Acesso em: 05/02/2023. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4098#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=22&s=0&cv=21&r=0&xywh=-1265%2C0%2C4065%2C2862 , p. 22. acesso em: 24/02/2023.

Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan .Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms&item_id=4064#?c=4&m=33&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1370%2C-1%2C4835%2C3411 acesso em: 24/02/2023.

Relatório de 1860, p. 01. Acesso em: 15/01/2023. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4107#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=37&s=0&cv=2&r=0&xywh=6%2C1949%2C2417%2C1705

Relatório de 1860, p. 09. Acesso em: 05/01/2023. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4066#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=36&s=0&cv=8&r=0&xywh=434%2C1958%2C955%2C674

Relatório de 1861, p. 34. Acesso em: 02/02/2023. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4068#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=39&s=0&cv=33&r=0&xywh=-388%2C42%2C2567%2C1808

Relatório de 1862, p. 34. Acesso em: 05/02/2023. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4069#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=41&s=0&cv=33&r=0&xywh=-97%2C1335%2C1857%2C1310

Relatório de 1862, p. AF-3. Acesso em: 10/02/2023. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4069#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=41&s=0&cv=101&r=0&xywh=-110%2C1280%2C1943%2C1371

Relatório de 1863, p. 01. Acesso em: 10/02/2023. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4070#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=42&s=0&cv=2&r=0&xywh=-145%2C655%2C1857%2C1309

PERIÓDICOS/JORNAIS: SITE DA BIBLIOTECA NACIONAL

O Publicador (PB) - 1864 a 1869. Edição 00677, p. 1/4, ano 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=215481&pagfis=924&url=http://memoria.bn.br/docreader#> acesso em: 23/05/2023.

O Publicador (PB) - 1864 a 1869. Edição 00662, p. 1/4, ano 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=215481&pagfis=863&url=http://memoria.bn.br/docreader#> acesso em: 23/05/2023.

A Regeneração : Jornal Politico, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862. Edição 00044 (1), p. 4/4. Ano 1861. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&pesq=%22imperial%20ordem%20da%20rosa%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=179> acesso em: 22/12/2023.

A Ordem: Jornal Político, Litterario, e Critico (PB) - 1849 a 1851. Edição 00025, p. 4/4, ano 1850. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702552&pesq=augusto&pagfis=104> acesso em: 23/04/2022.

A Ordem: Jornal Político, Litterario, e Critico (PB) - 1849 a 1851. Edição 00032, p. 3/4, ano 1850. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702552&pesq=augusta&pagfis=119> acesso em 22/02/2023

A Ordem: Jornal Político, Litterario, e Critico (PB) - 1849 a 1851. Edição 00047, p. 3/4, ano 1850. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702552&pesq=augusta&pagfis=167> acesso em: 23/04/2022.

A Ordem: Jornal Político, Litterario, e Critico (PB) - 1849 a 1851. Edição 00058, p. 4/4, ano 1851. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702552&pesq=augusta&pagfis=212> acesso em: 22/02/2023.

A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862. Edição 00015, p. 1/4, ano 1861. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=augusta&pagfis=57> acesso em: 23/04/2022.

A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862. Edição 00009 p. 3/4, ano 1861. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=augusto&pagfis=35> acesso em: 22/02/2023.

A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862. Edição 00019 p. 1/4, ano 1861. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=augusto&pagfis=73> acesso em: 22/02/2023.

A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862. Edição 00021 p. 1/4, ano 1861. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=augusto&pagfis=81>
 acesso em: 22/02/2023.

A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862. Edição 00031 p. 1/4, ano 1861. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=augusto&pagfis=121>
 acesso em: 22/02/2023.

A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862. Edição 00039 p. 1/4, ano 1861. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=augusto&pagfis=153>
 acesso em: 22/02/2023.

A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862. Edição 00043 p. 1/4, ano 1861. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=augusto&pagfis=172>
 acesso em: 22/02/2023.

A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862. Edição 00045 p. 1/4, ano 1861. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=augusto&pagfis=180>
 acesso em: 22/02/2023.

A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862. Edição 00019 p. 4/4, ano 1861. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=augusta&pagfis=76>
 acesso em: 22/02/2023.

A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862. Edição 00043 p. 1/4, ano 1861. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=augusta&pagfis=172>
 acesso em: 22/02/2023.

O Reformista (PB) - 1849 a 1850. Edição 00013 p. 1/4, ano 1849. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&hf=memoria.bn.br&pagfis=49>
 acesso em: 22/02/2023.

O Reformista (PB) - 1849 a 1850. Edição 00013 p. 1/4, ano 1849. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&hf=memoria.bn.br&pagfis=113>
 acesso em: 22/02/2023.

O Reformista (PB) - 1849 a 1850. Edição 00039 p. 3/4, ano 1850. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&hf=memoria.bn.br&pagfis=155>
 acesso em: 22/02/2023.

O Publicador (PB) - 1864 a 1869. Edição 00950, p. 3/4, ano 1865. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&pesq=%22augusto%20Imperador%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1433>
 acesso em: 23/04/2022.

A Esperança: Jornal Religioso, Politico, Scientifico e Litterario (PB) - 1864 a 1865. Edição 00018, p. 3/4, ano 1865. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767174&pesq=%22augusto%20Imperador%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=82> acesso em: 23/04/2022.

O Publicador (PB) - 1864 a 1869. ano 1864\edicao 00452, ano 1864\edicao 00487, ano 1864\edicao 00533, ano 1864\edicao 00596, ano 1865\edicao 00895, ano 1865\edicao 00909, ano 1865\edicao 00975, ano 1867\edicao 01304, ano 1867\edicao 01305, ano 1866\edicao 01176, ano 1866\edicao 01282ano 1867\edicao 01488, ano 1868\edicao 01774, ano 1868\edicao 01778, ano 1868\edicao 01838, ano 1869\edicao 01938, ano 1869\edicao 02103.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&pesq=%22augusta%20familia%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=25> acesso em: 23/04/2022.

REFERÊNCIAS SOBRE A IMPERIAL ORDEM DA ROSA NOS JORNAIS DO SÉCULO XIX

O Publicador (PB) - 1864 a 1869. Edição 00677, p. 1/4, ano 1864. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=215481&pagfis=924&url=http://memoria.bn.br/docreader#> acesso em: 23/05/2023.

O Publicador (PB) - 1864 a 1869. Edição 00662, p. 1/4, ano 1864. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=215481&pagfis=863&url=http://memoria.bn.br/docreader#> acesso em: 23/05/2023.

ARTIGOS UTILIZADOS

Sena, Fabiana; Pacífico Barbosa, Socorro de Fátima. Os compêndios didáticos nos relatórios de província da Paraíba: fontes para a leitura escolar no Império. Educação Unisinos, vol. 16, núm. 1, enero-abril, 2012, pp. 36-47. Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4496/449644457005.pdf>. Acesso em: 08/11/2023.

Silva, Leonardo Santana da. Carlo Ginzburg: O conceito de circularidade cultural e sua aplicação nos estudos sobre a música popular brasileira. Rev. Augustus, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 72-83, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229105247.pdf>. Acesso em: 22/07/2022.

Oliveira, Carla Mary S. Arte, Religião e Conquista: os sistemas simbólicos do poder e o Barroco na Paraíba. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 05. N. 12, out./nov. de 2004. – Semestral ISSN -1518-3394 Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme. Acesso em: 23/12/2023.

TABELA DOS PRESIDENTES ESTUDADOS

	Trajano Chacon Cavalcanti	7 de abril de 1839	22 de fevereiro de 1840	
—	Antônio José Henriques	22 de fevereiro de 1840	7 de abril de 1840	1º Vice-Presidente no cargo de titular
	Agostinho da Silva Neves	7 de abril de 1840	5 de setembro de 1840	
Segundo Reinado (1840-1889)				
	Antônio José Henriques foi Presidente da Província de São Paulo em 1860-1861.	5 de setembro de 1840	7 de setembro de 1840	Presidente interino
	Francisco Xavier Monteiro da Franca Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, em 1838.	7 de setembro de 1840	4 de maio de 1841	Sua filha Francisca Monteiro da Franca foi esposa do barão de Maraú, José Teixeira de Vasconcelos
	Pedro Fernandes Chaves	4 de maio de 1841	3 de fevereiro de 1843	De 1853 a 1866, Chaves foi senador do Império do Brasil. Nesse período, foi agraciado comendador da Imperial Ordem da Rosa e da Imperial Ordem de Cristo , além de receber o título de Barão "com grandeza" de Quaraim, em 14 de março de 1855.
	André Maranhão Jr	3 de fevereiro de 1843	14 de março de 1843	Presidente interino

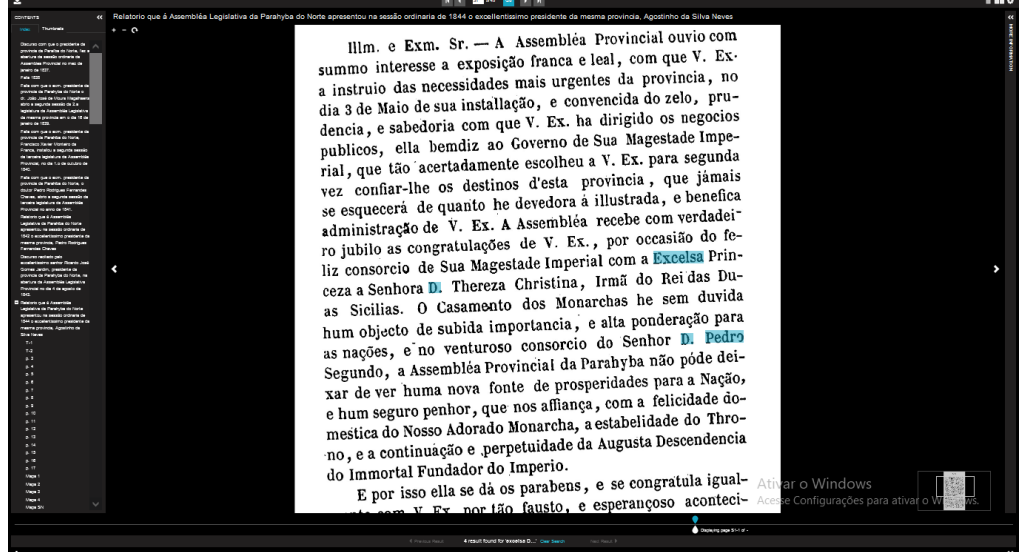
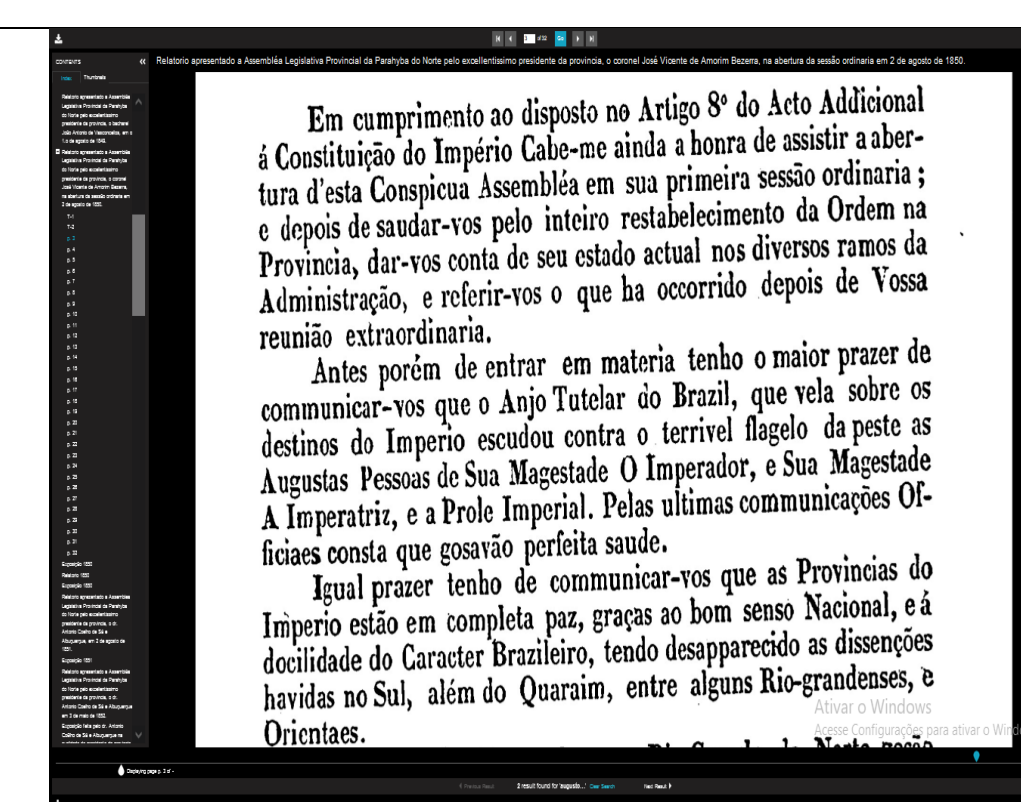
	Ricardo Gomes Jardim	14 de março de 1843	2 de dezembro de 1843	Condecorado com os graus de cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, oficial da Imperial Ordem da Rosa e comendador da Ordem de São Bento de Avis.
	Agostinho da Silva Neves	2 de dezembro de 1843	22 de julho de 1844	1º Vice-Presidente no cargo de titular
	Joaquim Franco de Sá	22 de julho de 1844	2 de agosto de 1844	Secretário Geral no cargo interinamente
	José Machado Sousa Ribeiro	2 de agosto de 1844	9 de agosto de 1844	
	André Maranhão Jr	9 de agosto de 1844	14 de agosto de 1844	
	Joaquim Franco de Sá	14 de agosto de 1844	18 de dezembro de 1844	
	Frederico Carneiro de Campos	18 de dezembro de 1844	16 de março de 1848	
	João de Albuquerque Maranhão	16 de março de 1848	11 de maio de 1848	
	João Antônio de Vasconcelos	11 de maio de 1848	23 de janeiro de 1850	
	José Vicente de Amorim Bezerra	23 de janeiro de 1850	30 de janeiro de 1850	
	Agostinho da Silva Neves	30 de janeiro de 1850	3 de abril de 1851	
	Frederico de Almeida e Albuquerque	4 de abril de 1851	8 de maio de 1851	
	Francisco de Almeida e Albuquerque	8 de maio de 1851	3 de julho de 1851	

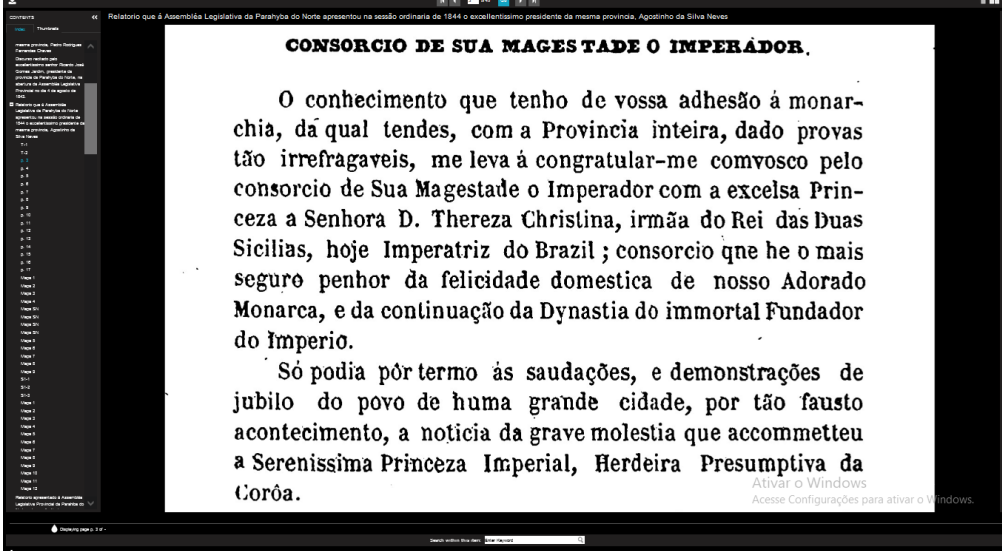
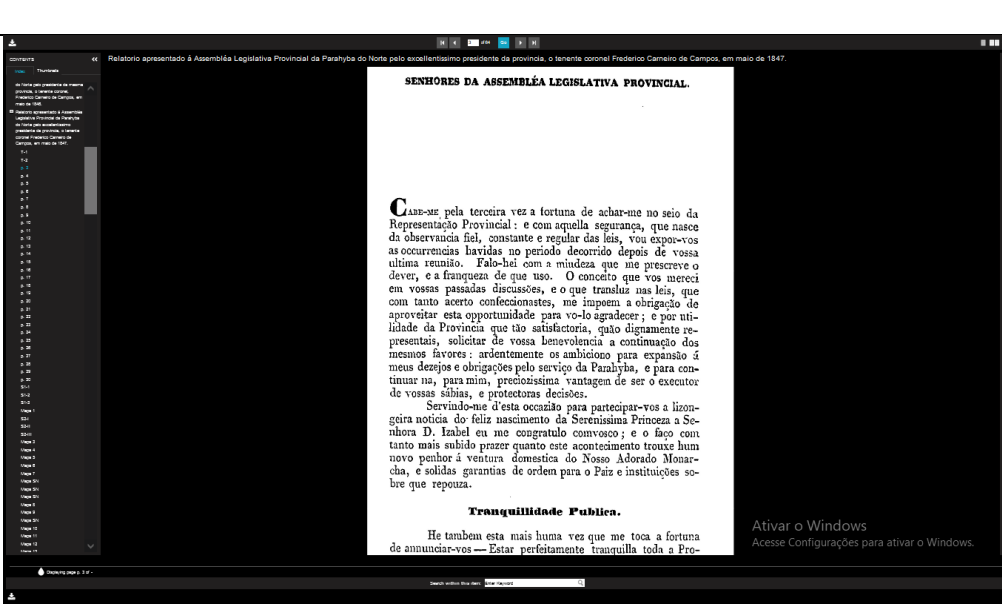
	Antônio Coelho de Sá e Albuquerque	3 de julho de 1851	29 de abril de 1853	
	Flávio Clementino Freire	29 de abril de 1853	7 de outubro de 1853	Barão de Mamanguape. Oficial da Imperial Ordem da Rosa.
	Frederico de Almeida e Albuquerque	7 de outubro de 1853	22 de outubro de 1853	
	João Bandeira de Mello	22 de outubro de 1853	7 de maio de 1854	
	Flávio Clementino Freire	7 de maio de 1854	23 de outubro de 1854	Barão de Mamanguape
	Francisco Xavier Paes	23 de outubro de 1854	16 de abril de 1855	
	Flávio Clementino Freire	16 de abril de 1855	26 de novembro de 1855	Barão de Mamanguape
	Antônio Pinto e Silva	26 de novembro de 1855	9 de abril de 1857	
	Manuel Carneiro da Cunha	9 de abril de 1857	9 de dezembro de 1857	Foi deputado geral do império[1] e oficial da Imperial Ordem da Rosa e bacharel em Direito.[3]
	Henrique de Beaupaire Rohan	9 de dezembro de 1857	4 de junho de 1858	foi grã-cruz da Imperial Ordem de São Bento de Avis, dignitário da Imperial Ordem da Rosa e comendador da Imperial Ordem de Cristo. Escreveu a Corografia da

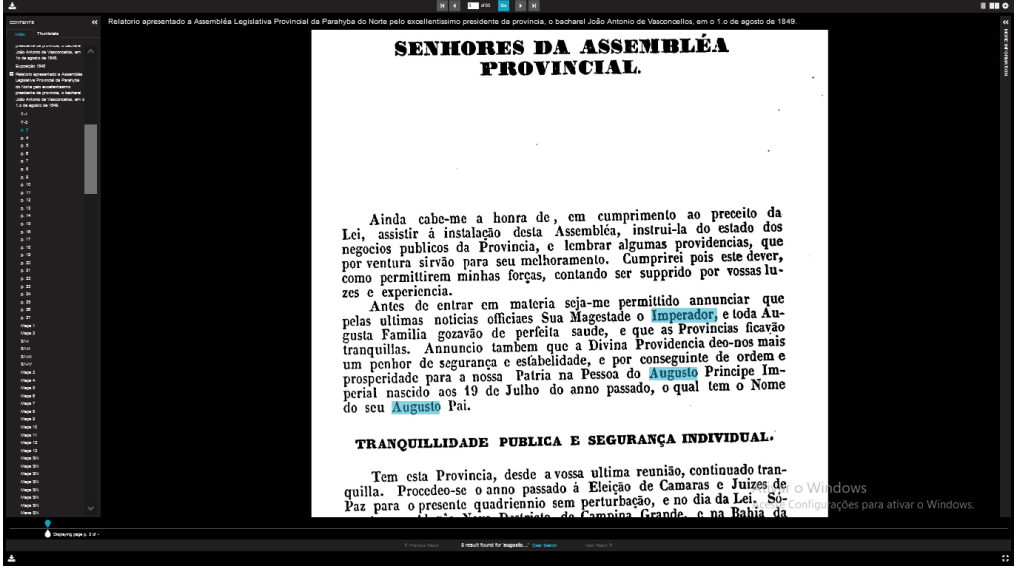
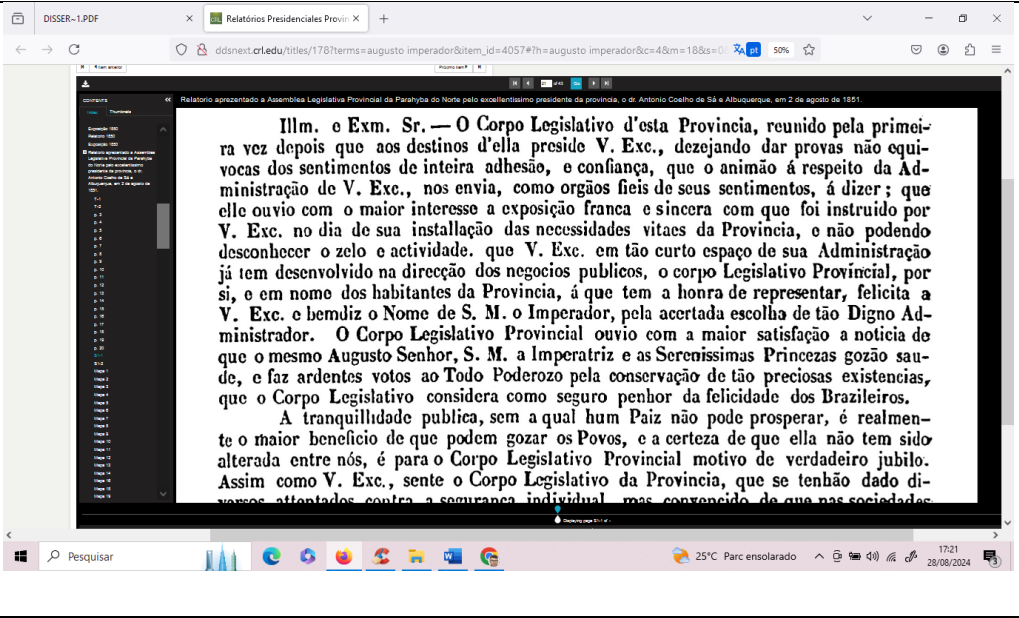
				Província da Paraíba do Norte, publicada na Revista do Instituto Histórico da Paraíba, em 1911.
	Ambrósio Leitão da Cunha	4 de junho de 1858	13 de abril de 1860	Barão de Mamoré Foi comendador da Imperial Ordem de Cristo e da Imperial Ordem da Rosa.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_da_Para%C3%ADba /
acesso em: 22/05/2024.

TABELA DAS FALAS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA PARAHYBA DO NORTE ENTRE 1844 A 1863.

RELATÓRIOS	FALAS
relatório que á Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte apresentou na sessão ordinária de 1844 o excellentissimo presidente da mesma provincia, Agostinho da Silva Neves	
Link	http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=excelsa%20D%20pedro&item_id=4050#?h=excelsa%20D%20pedro&c=4&m=7&s=0&cv=30&r=0&xywh=-218%2C700%2C1986%2C1401
Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinária em 2 de agosto de 1850.	
Link	http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4056#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=14&s=0&cv=28&r=0&xywh=-147%2C76%2C2007%2C1416

Relatório que á Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte apresentou na sessão ordinária de 1844 o excellentíssimo presidente da mesma provincia, Agostinho da Silva Neves	
Link	http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=7&s=0&cv=2&r=0&xywh=-147%2C689%2C1956%2C1380
Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentíssimo presidente da provincia, o tenente coronel Frederico Carneiro de Campos, em maio de 1847.	
Link	http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms&item_id=4053#?c=4&m=10&s=0&cv=2&r=0&xywh=-471%2C705%2C2524%2C1359

Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em o 1.o de agosto de 1849.	
Link	http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4055#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=13&s=0&cv=2&r=0&xywh=-927%2C89%2C3485%2C1540
Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 2 de agosto de 1851.	
Link	http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4057#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=18&s=0&cv=20&r=0&xywh=13%2C405%2C1931%2C853

Exposição feita pelo dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque na qualidade de presidente da provincia da Parabyba [sic] do Norte no acto de passar a administração da provincia ao segundo vice-presidente, o excellentissimo senhor doutor Flavio Clementino da Silva Freire, em 29 de abril de 1853.

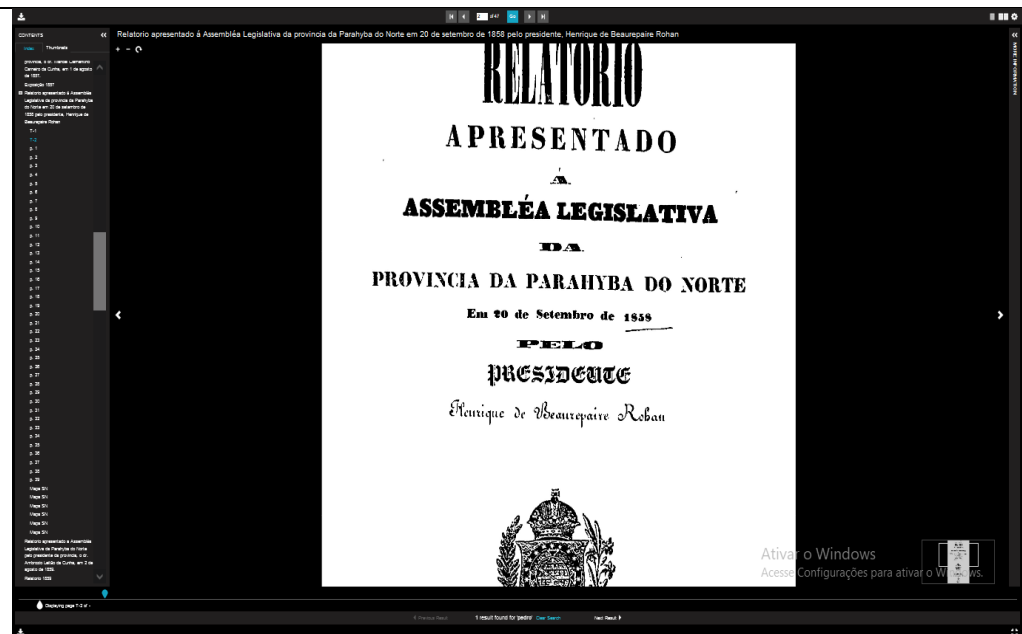
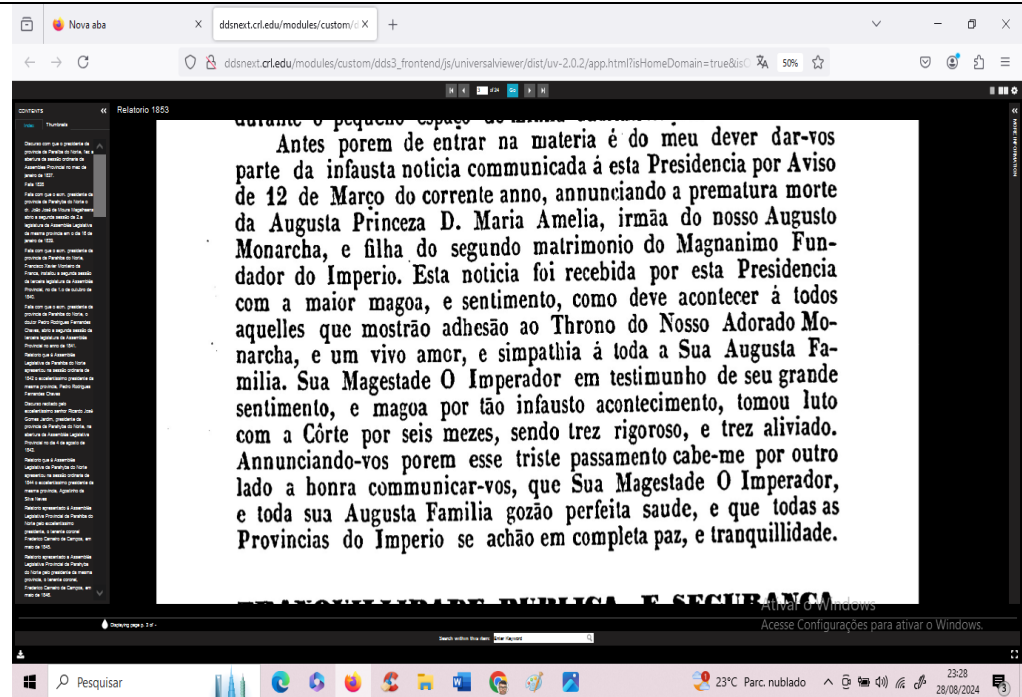
☐ Relatório 1853

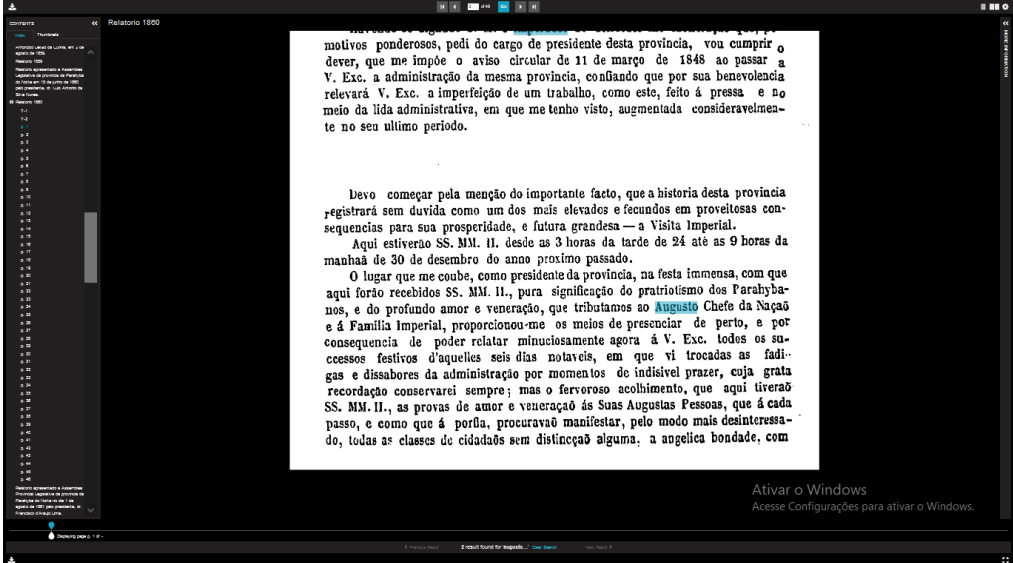
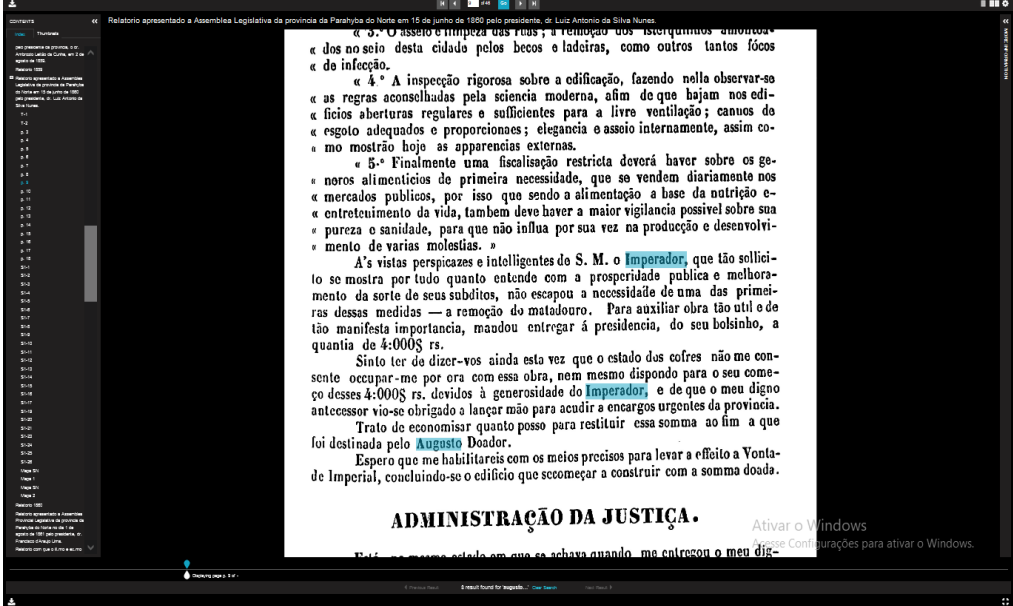
Link

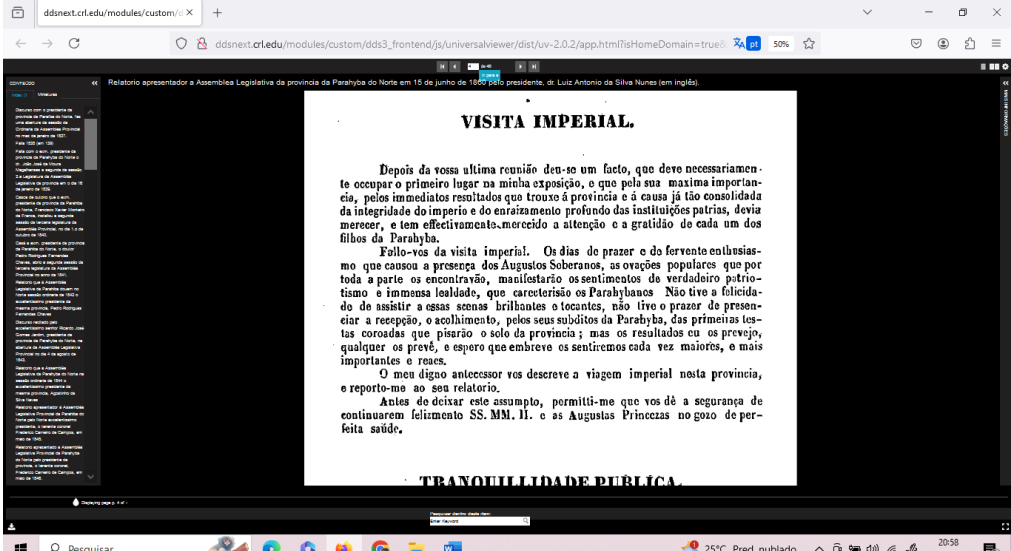
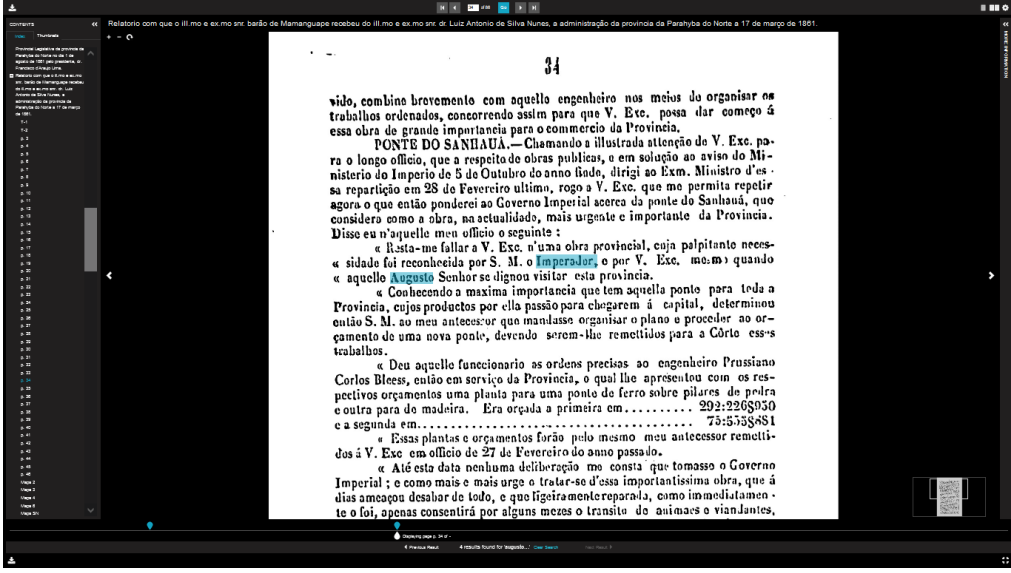
http://ddsnxt.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4098#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=22&s=0&cv=2&r=0&xywh=-580%2C1215%2C3010%2C1191

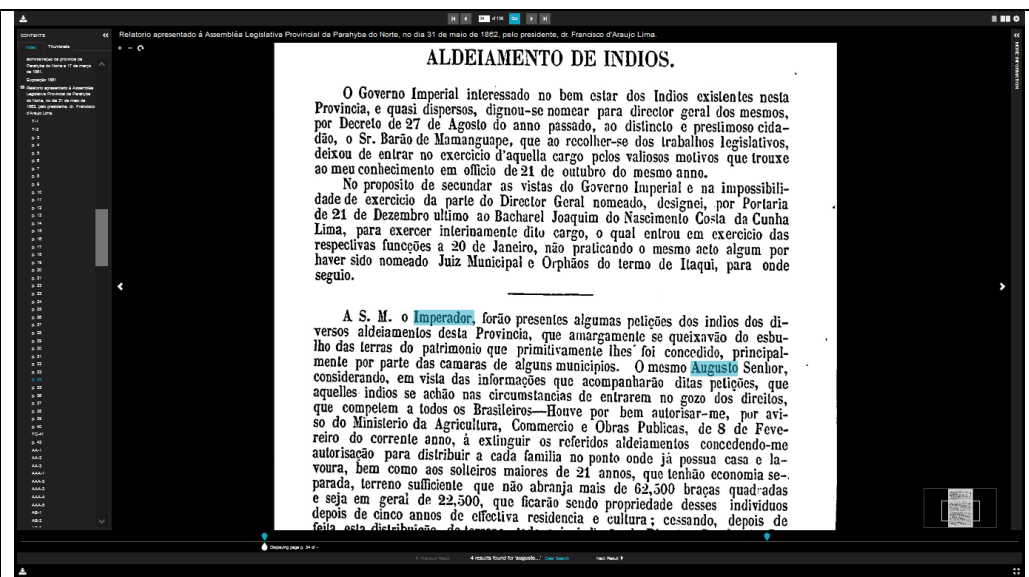
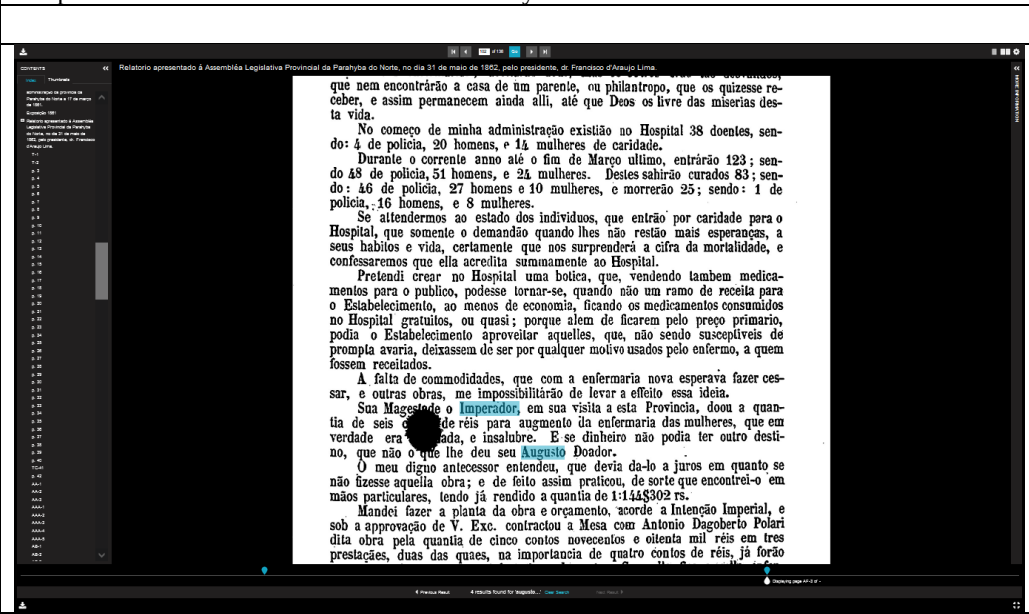
Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan

Obs: em 1858, o presidente Henrique de Beaurepaire Rohan, não se refere ao Imperador

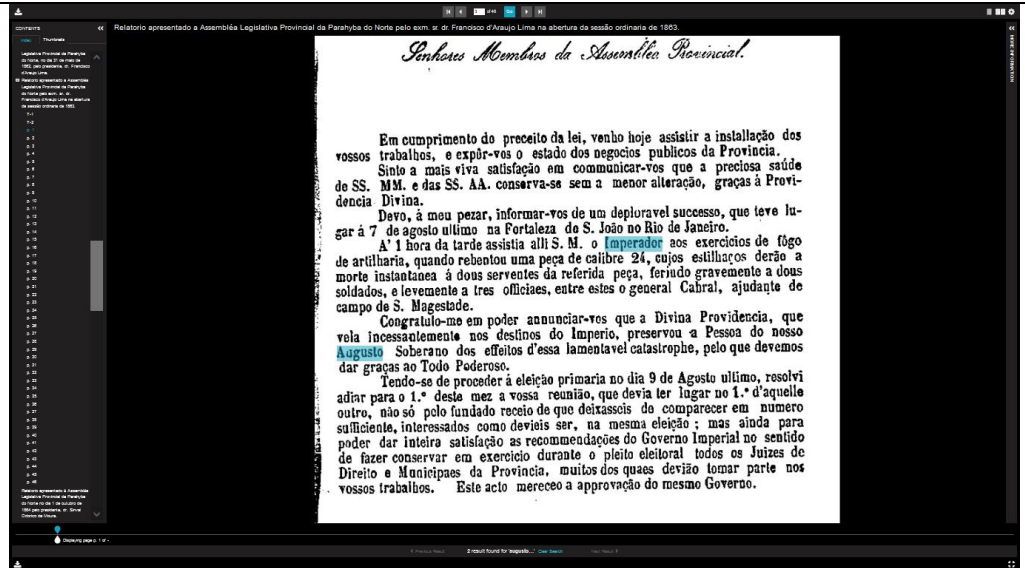


como uma deidade.	
link	http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms&item_id=4064#?c=4&m=33&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1361%2C218%2C4769%2C2107
☐ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da província da Parahyba do Norte em 15 de junho de 1860 pelo presidente, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes. ☐ Relatório 1860	
Link	http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4107#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=37&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1241%2C1518%2C4769%2C2107
relatório apresentado a Assembléa Legislativa da província da Parahyba do Norte em 15 de junho de 1860 pelo presidente, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes.	
Link	http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4066#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=36&s=0&cv=8&r=0&xywh=434%2C1958%2C955%2C674

Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 15 de junho de 1860 pelo presidente, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes.	
Link	http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4107#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=37&s=0&cv=2&r=0&xywh=6%2C1949%2C2417%2C1705
Relatório com que o ill.mo e ex.mo snr. barão de Mamanguap e recebeu do ill.mo e ex.mo snr. dr. Luiz Antonio de Silva Nunes, a administração da provincia da Parahyba do Norte a 17 de março de 1861.	
Link	http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4068#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=39&s=0&cv=33&r=0&xywh=-834%2C46%2C3408%2C1506

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente, dr. Francisco d'Araujo Lima.	
Link	http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4069#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=41&s=0&cv=33&r=0&xywh=-1014%2C-1%2C3707%2C2620
Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente, dr. Francisco d'Araujo Lima.	
Link	http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4069#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=41&s=0&cv=101&r=0&xywh=-1101%2C0%2C3880%2C2741

Relatório
apresentado
a Assembléa
Legislativa
Provincial
da Parahyba
do Norte
pelo exm. sr.
dr. Francisco
d'Araujo
Lima na
abertura da
sessão
ordinária de
1863.



Link

http://ddsnxt.crl.edu/titles/178?terms=augusto%20Imperador&item_id=4070#?h=augusto%20Imperador&c=4&m=42&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1070%2C-1%2C3707%2C2620

TABELA DE PERIÓDICOS UTILIZADOS NA DISSERTAÇÃO

PERIÓDICO	EDIÇÃO	LINK
O Publicador (PB) - 1864 a 1869.	Edição 00677, p. 1/4, ano 1864.	http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=215481&pagfis=924&url=http://memoria.bn.br/docreader#
O Publicador (PB) - 1864 a 1869.	Edição 00662, p. 1/4, ano 1864.	http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=215481&pagfis=863&url=http://memoria.bn.br/docreader#
A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862.	Edição 00044 (1), p. 4/4. Ano 1861.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&pesq=%22imperial%20ordem%20da%20rosa%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=179
A Ordem: Jornal Político, Litterario, e Critico (PB) - 1849 a 1851.	Edição 00025, p. 4/4, ano 1850.	http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702552&pesq=agosto&pagfis=104
A Ordem: Jornal Político, Litterario, e Critico (PB) - 1849 a 1851.	Edição 00032, p. 3/4, ano 1850.	http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702552&pesq=agusta&pagfis=119
A Ordem: Jornal Político, Litterario, e Critico (PB) - 1849 a 1851.	Edição 00047, p. 3/4, ano 1850.	http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702552&pesq=agusta&pagfis=167
A Ordem: Jornal Político, Litterario, e Critico (PB) - 1849 a 1851.	Edição 00058, p. 4/4, ano 1851.	http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702552&pesq=agusta&pagfis=212
A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862.	Edição 00015, p. 1/4, ano 1861.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=agusta&pagfis=57
A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862.	Edição 00009 p. 3/4, ano 1861.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=agosto&pagfis=35
A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862.	Edição 00019 p. 1/4, ano 1861.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=agosto&pagfis=73
A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862.	Edição 00021 p. 1/4, ano 1861.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=agosto&pagfis=81
A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862.	Edição 00031 p. 1/4, ano 1861.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=agosto&pagfis=121

A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862.	Edição 00039 p. 1/4, ano 1861.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=augusto&pagfis=153
A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862.	Edição 00043 p. 1/4, ano 1861.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=augusto&pagfis=172
A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862.	Edição 00045 p. 1/4, ano 1861.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=augusto&pagfis=180
A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862.	Edição 00019 p. 4/4, ano 1861.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=augusta&pagfis=76
A Regeneração: Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial (PB) - 1861 a 1862.	Edição 00043 p. 1/4, ano 1861.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=augusta&pagfis=172
O Reformista (PB) - 1849 a 1850. Disponível em: acesso em: 22/02/2023.	Edição 00013 p. 1/4, ano 1849.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&hf=memoria.bn.br&pagfis=49
O Reformista (PB) - 1849 a 1850.	Edição 00013 p. 1/4, ano 1849.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&hf=memoria.bn.br&pagfis=113
O Reformista (PB) - 1849 a 1850.	Edição 00039 p. 3/4, ano 1850.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&hf=memoria.bn.br&pagfis=155
O Publicador (PB) - 1864 a 1869. Disponível em: acesso em: 23/04/2022.	Edição 00950, p. 3/4, ano 1865.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&pesq=%202augusto%20Imperador%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1433
A Esperança: Jornal Religioso, Politico, Scientifico e Litterario (PB) - 1864 a 1865.	Edição 00018, p. 3/4, ano 1865.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767174&pesq=%202augusto%20Imperador%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=82
O Governista Parahybano : Folha Official, Política e Litteraria (PB) - 1850 a 1851.	Edição 00019, p. 1/4. Ano 1850.	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817473&pesq=excelsa&hf=memoria.bn.br&pagfis=69
A Quotidiana Fidedigna: Periodico Politico, Moral, Litterario, e Noticioso (PB) - 1834 a 1835.	Edição 00001(2), p. 1/4. Ano 1835.	https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=812935&pagfis=5

Obs: O tratamento dado a figura do Imperador na Regência era de uso comum: Senhor Imperador ou no máximo Magestade, que era tratamento próprio ao cargo.

IMAGEM DE D.PEDRO II



D. Pedro II em foto de 1858, aos 33 anos. Acervo do Museu Imperial, Petrópolis. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/D-Pedro-II-em-foto-de-1858-aos-33-anosAcervo-do-Museu-Imperial-Petropolis_fig3_235050262 / acesso em 22/05/2024.